

Mulheres negras e populares do Norte e Nordeste

experiências que se entrelaçam

Obra coletiva

Recife, 2018



Mulheres negras e populares do Norte e Nordeste: experiências que se entrelaçam

Obra coletiva

Coedição CESE e SOS Corpo

Organização: Silvia Camurça

Edição: Sivia Camurça e Cristina Lima

Revisão: Cristina Lima

Projeto gráfico: Mariana Camillo

Capa: Carlos Pellegrino

Grafismo: Povo Tupinambá de Olivença (Bahia) e da Andikira (Sankofa)

Identidade visual da Ação: Rita Machado

Fotografias: Acervos CESE e SOS Corpo e Thais Moreira, Militão, Lorena Cristina da Silva, Marilícia Leal, Eliana da Silva e César Ramos.

Apoio: Uniao Europeia e Pão Para o Mundo (Brot für die Welt) e Gráfica Provisual.

M956

Mulheres negras e populares do Norte e Nordeste:
experiências que se entrelaçam / Obra coletiva; organização [de]
Silvia Camurça - Salvador: CESE; Recife: SOS Corpo 2018.

162p.: il.
ISBN 978-85-89165-41-9

1. Mulheres negras. 2. Feminismo. 3. Mulheres -
Condições sociais. I. Camurça, Silvia, org. II. CESE-Co-
ordenadoria Ecumênica de Serviço. III. SOS Corpo —
Instituto Feminista para a Democracia

CDU — 396

CESE - Coordenadoria Ecumênia de Serviço

Rua da Graça, 150. Graça,
CEP: 40.150-055 - Salvador-BA, Brasil.

Tel.: +55 71 2104-5457,

e-mail: cese@cese.org.br

www.cese.org.br

SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia

Rua Real da Torre, 593, Madelena
CEP: 50.610-100 - Recife-PE, Brasil

Tel.: +55 81 3087-2086

e-mail: sos@soscorpo.org.br

www.soscorpo.org.br

Apoio:

Brot
für die Welt

provisual
GRÁFICA



União Europeia

Este trabalho foi desenvolvido com o apoio financeiro da União Europeia. Os conteúdos expressos são de responsabilidade do SOS Corpo e da CESE e não refletem necessariamente a posição oficial da União Europeia.



índice

4 Apresentação

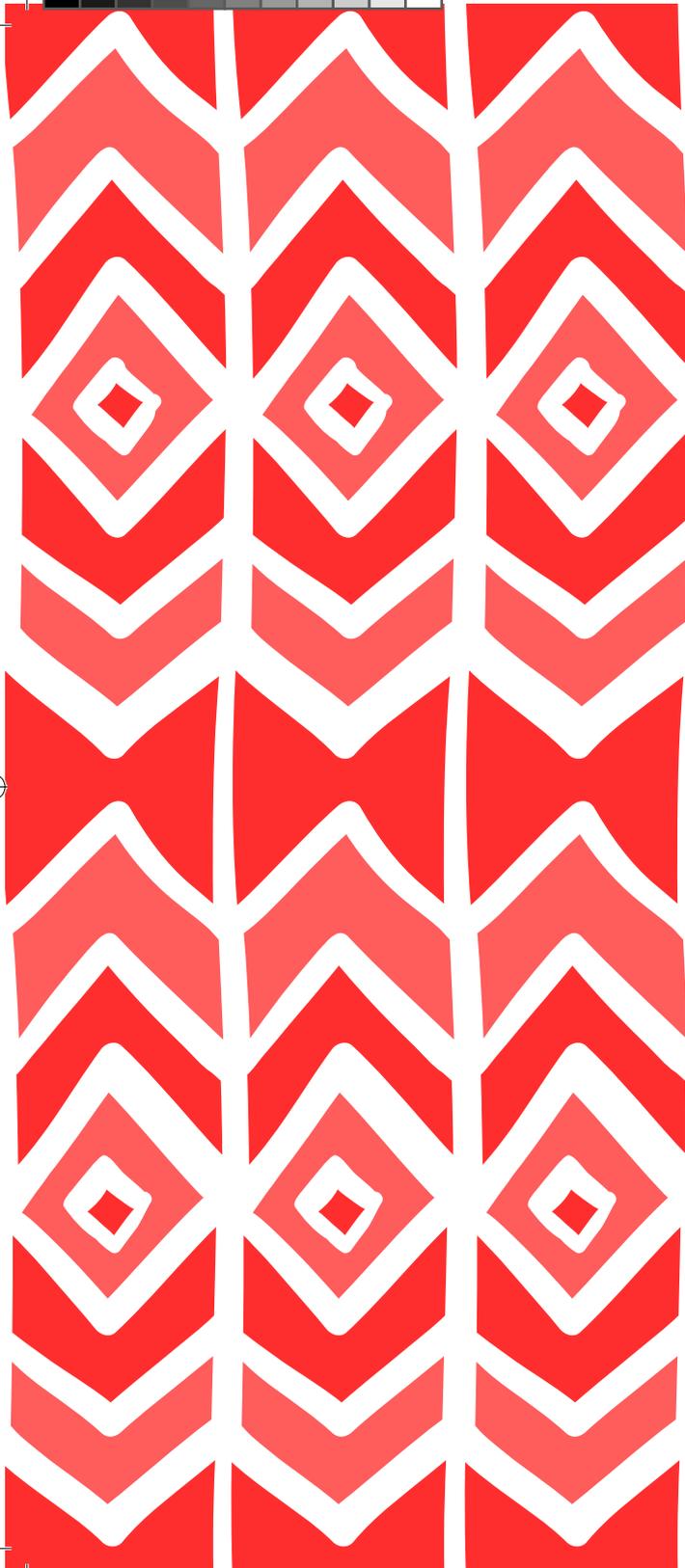
**18 Nosso jeito de fazer nas
bandas de cá**

**49 Organização e ação das
mulheres negras
e populares**

**94 Feminismo nos movimentos
de resistência das mulheres**

**127 Participação das mulheres
na política**

156 Dedicatória a Luiza Bairros



Apresentação



Neste momento, em que as organizações das mulheres negras e populares no Brasil enfrentam enormes desafios, é com alegria e esperança que partilhamos, por meio desta publicação, a sistematização da experiência de articulação e diálogo que vivenciamos com mais de 100 companheiras, todas mulheres integrantes das 82 organizações do Norte e Nordeste do Brasil com as quais pudemos conviver nas atividades desta Ação¹ entre 2015 e 2017.

Nos alegrou a possibilidade de termos atravessado esses anos difíceis com encontros periódicos de intercâmbio e debates, que nos fortaleceram, tanto pelo que pudemos trocar, ensinar e aprender, como pelo que pudemos elaborar juntas, coletivamente, agora tendo a oportunidade de termos tudo, ou quase tudo, sistematizado e compartilhado. Quanto à nossa esperança, está depositada aqui a expectativa dos debates que a leitura destes textos possam ensejar entre as organizações de mulheres negras e dos

setores populares – as destinatárias finais desta sistematização – e que estão, como tantas outras organizações que lutam por democracia, justiça e igualdade, exigidas a renovar suas práticas para melhor responderem ao contexto de ruptura democrática e regressão de direitos que vivemos no Brasil desde 2016.

Nesta publicação, compartilhamos parte do que foi possível refletir e desvelar coletivamente sobre a dinâmica e sentidos do fortalecimento da auto-organização das mulheres negras e de setores populares no Norte e Nordeste nos tempos atuais. Parte dos conteúdos aqui sistematizados foi elaborada por nós, considerando o conhecimento produzido e saberes partilhados nos encontros e oficinas que realizamos no período. Outro tanto de conteúdos foi formulado pelas integrantes das organizações participantes do processo, como forma de sistematizar a longa experiência de organização que cada uma detém, atualizar os debates sobre feminismo,

¹ Por Ação, referimos ao processo de fortalecimento de organizações de mulheres negras e populares que CESE e SOS Corpo, com apoio de União Europeia, realizaram no Norte e Nordeste do Brasil, entre 2015 e 2017.



suas concepções e práticas, atualizar a formulação sobre os problemas vivenciados pelas mulheres, muitas vezes apontando os caminhos que estão sendo construídos pela prática política para enfrentá-los.

Estruturamos a publicação em quatro capítulos que mesclam o conteúdo da sistematização com textos elaborados pelas participantes, poesias e cantos criados nas atividades ou ali partilhados, trechos de depoimentos retirados dos relatórios dos encontros e oficinas, e ainda transcrição das contribuições das participantes em alguns dos momentos públicos dessa Ação. Ao longo dos capítulos, publicamos fotos de alguns dos momentos da experiência vivida e imagens da produção coletiva.

No Capítulo 1, a título de introdução, partilhamos uma leitura do contexto dessa Ação, buscando sistematizar nossa visão das particularidades do Norte e Nordeste na desigual realidade brasileira e no momento atual, compreendendo as duas regiões na geopolítica nacional, constituída pela historicidade das relações sociais que lhe conferem as especificidades

políticas, econômicas e culturais tais quais as vivenciamos. Também no Capítulo 1, apresentamos a metodologia que construímos para a Ação e que nos guiou no percurso que trilhamos nesses três anos, juntas e misturadas, entre equipe do SOS Corpo, CESE e integrantes das demais organizações participantes.

No Capítulo 2, abordamos o tema da auto-organização e seus desafios políticos e pedagógicos. Procuramos partir de uma visão panorâmica, construída de forma colaborativa no primeiro encontro de intercâmbio desta Ação, complementada por entrevistas e consultas a mapeamentos e textos de apresentação das organizações de mulheres negras e populares formulados em seus documentos de projetos e publicações.

Apontamos a presença das organizações negras e populares, em sua diversidade, nas regiões Norte e Nordeste ao longo de vários anos. Sistematizamos questões da prática, refletidas coletivamente nos seminários e oficinas que vivenciamos. Neste capítulo, publicamos quatro textos



autorais tratando de práticas de algumas das organizações participantes.

O Capítulo 3 toma o feminismo como tema central. Entendemos o feminismo, em suas várias expressões, como referencial teórico-político da luta e organização das mulheres, mas em sua diversidade, pois mulheres negras e populares, assim como todas as mulheres, vivenciam o feminismo em contextos e situações particulares e próprias de seus grupos, povo ou comunidade de relações. O capítulo abre com a apresentação de nossa compreensão sobre o feminismo e uma sistematização do debate entre nós e as demais participantes ao longo dos três anos, mas em especial no segundo seminário inter-regional, em 2016. Neste capítulo, publicamos cinco textos autorais acerca do feminismo na perspectiva das mulheres negras e dos setores populares. Incluímos também dados apontados como marcos no caminho da construção político-organizativa das mulheres no Norte e Nordeste.

Por fim, no Capítulo 4, tomamos o enfrentamento do tema do poder, da

democracia e da participação política, como objeto de debate em mais de um momento do percurso que vivenciamos. Em destaque, neste capítulo está a crise de representatividade do sistema político brasileiro, a sub-representação das mulheres, da população negra, dos povos indígenas e da classe trabalhadora, bem como a questão do esvaziamento e modo de atuar dos movimentos sociais nos espaços institucionais de participação nas políticas públicas, ou seja: os conselhos e conferências. Assim, publicamos dois textos autorais e a transcrição da exposição de Luíza Bairros, com quem pudemos contar no primeiro debate público desse processo, como também a transcrição das contribuições das participantes ao debate público de conjuntura, promovido em 2016, na Biblioteca dos Barris em Salvador.

Considerando a exigência por mobilizações que o contexto colocou para a ação das mulheres negras e populares nestes três anos, no Capítulo 4 inserimos também uma síntese das duas ações massivas realizadas por mulheres negras e populares em 2015 – a Marcha

das Mulheres Negras e a Marcha das Margaridas – e ainda a chamada ‘Primavera Feminista’, conjunto de mobilizações ocorridas também em 2015. Esta foi a forma de contribuir para a memória destas importantes iniciativas no período dessa Ação e que engajou várias das participantes. São ações emblemáticas da disposição e capacidade de mobilização e ação política das mulheres negras, de setores populares e jovens em nosso país.

Toda a publicação é menor que a amplitude dos esforços e da atuação das organizações de mulheres, mas esperamos que o recorte do que pudemos ver e viver espelhe a riqueza do todo. Pedimos desculpas por falhas e lacunas que certamente deixamos e assumimos a responsabilidade por estes limites. Ao mesmo tempo, creditamos ao processo coletivo e à contribuição de todas a qualidade da experiência e debates aqui sistematizados.



Mulheres Negras e Populares
Traçando Caminhos
e Construindo Direitos



CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviço

A CESE é uma entidade ecumênica, criada em 1973, em plena ditadura militar, no momento histórico em que agências de cooperação internacional, Igrejas, movimentos sociais e organismos ecumênicos passam a discutir os rumos da cooperação internacional no Brasil, até então voltada para a realização de grandes projetos. Na primeira década de sua existência, a CESE empregou todos os seus esforços para dar suporte aos grupos e organizações do movimento popular. Naquele momento, formulou a ideia básica de que sua ação deveria concentrar-se nos pequenos projetos, que poderiam melhorar as condições de vida do povo e estimular sua participação efetiva nas lutas pela democratização do país e na defesa dos direitos humanos.

Tem como missão fortalecer organizações da sociedade civil, especialmente as populares, empenhadas nas lutas por transformações políticas, econômicas e sociais que conduzam a estruturas em que prevaleça democracia com justiça. Abraça os seguintes princípios éticos: Justiça; Democracia; Transparência na gestão de recursos; Participação popular na gestão pública; Equidade, sem discriminação de raça, etnia, gênero, orientação sexual e credo religioso; Desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável; Respeito à diversidade religiosa.

A CESE está sediada em Salvador, Bahia, e tem atuação nacional, com prioridade para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Ao longo dos seus 44 anos de existência, já apoiou cerca de 11 mil iniciativas populares, em todo o Brasil, com uma média de 300 pequenos projetos por ano, o que a credencia como uma das principais organizações do gênero no Brasil e na América Latina. Além do apoio a projetos, estão entre suas estratégias de atuação: a promoção de espaços de formação; o diálogo e a articulação com movimentos sociais e outros atores da sociedade; a comunicação, principalmente para ampliar a visibilidade das causas defendidas pelos movimentos populares e diálogo ecumênico e inter-religioso.





Por meio das suas ações, a CESE contribuiu para a melhoria da qualidade de vida de aproximadamente dez milhões de pessoas, de zonas rurais e urbanas, que vivem diretamente as conseqüências da extrema desigualdade no Brasil, que se organizam para lutar por direitos. Quem recebe apoio da CESE são grupos locais, movimentos sociais, articulações e organizações não-governamentais que apresentam capacidade de mobilização e construção de alternativas comunitárias, além de buscarem intervir nas políticas públicas do país. Em todos os âmbitos de sua atuação, a CESE prioriza o fortalecimento das mulheres, apoiando organizações e ações específicas, bem como valorizando a dimensão de gênero e o protagonismo feminino nas iniciativas de organizações mistas.

A parceria CESE com o SOS Corpo vem de longa data e, nestes últimos três anos de convivência, foram intensas as trocas e aprendizados, contribuindo de forma qualificada para uma Ação de apoio e fortalecimento ao movimento de mulheres negras e populares do Norte e Nordeste do Brasil.





SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia

Em 1981, um grupo de mulheres fundou em Pernambuco, no Nordeste do Brasil, uma organização que se chamou SOS Corpo - Grupo de Saúde da Mulher. Militantes do

movimento feminista, profissionais de várias áreas trabalhando em lugares diversos queriam, naquele momento, inventar outra forma de articular projetos políticos com projetos profissionais. Mais do que isto, queriam trabalhar as questões políticas e sociais com outras mulheres; experimentar novos meios de educação popular para a cidadania e para a transformação social; produzir conhecimento e criar experiências alternativas; construir novos direitos, através do fortalecimento da luta coletiva, voltados para a liberdade e a igualdade das mulheres, considerando a superação das desigualdades enfrentadas pelas mulheres como questão principal para fundamentar as estratégias de ação da nova organização que se formava.

O SOS CORPO - Instituto Feminista para a Democracia, como passou a ser chamado a partir de 2003, é hoje um coletivo político-profissional que, guardando os compromissos de sua origem, segue atuando em prol da democracia no país. Na abordagem que orienta a ação institucional, a democracia política está inextricavelmente associada à democracia como uma forma de organização de toda vida social, está relacionada à transformação das relações políticas, das relações sociais, e da relação produção/reprodução e natureza.



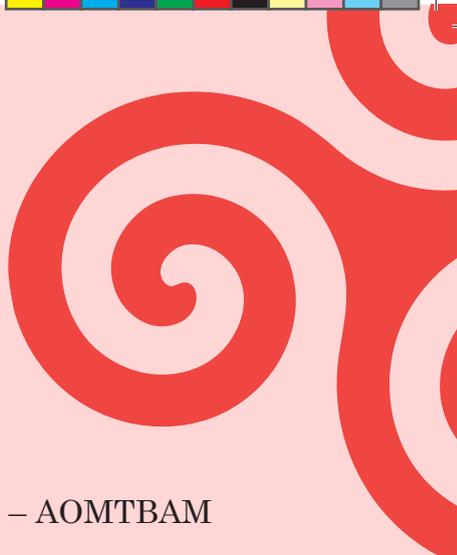


Nosso projeto político fundamenta-se em cinco premissas articuladas a partir das quais compreendemos a realidade social e construímos os caminhos de nossa prática de atuação:

1. A forma civilizatória hegemônica, baseada na dominação da natureza, no produtivismo e consumismo, na dominação de gênero e raça e em relações de trabalho que se desenvolvem com a intensa exploração de trabalhadoras/es, tem demonstrado ser inviável para a sobrevivência da humanidade e do planeta.
2. As relações sociais de gênero, raça e classe são profundamente articuladas entre si e estruturadoras da realidade de exploração e dominação em que vivemos.
3. A transformação social se realiza pela ação dos explorados/as e oprimidos/as, a partir de sua organização e atuação como sujeitos políticos.
4. A luta pela transformação social se dá tanto no campo material como no campo simbólico.
5. A luta por direitos, para sua conquista e para sua vivência, é meio de garantir a melhoria das condições vida e uma estratégia de transformação permanente.

Por isto, a autodeterminação e a organização política das mulheres são consideradas prioridades incontornáveis para uma transformação social que leve à promoção de valores igualitários e à construção de modos de vida sustentáveis e solidários, livres da violência, do racismo, da exploração, do consumismo e da mercantilização da vida. Esta é a base que funda nossa razão de existir, nossos objetivos institucionais e formaram o marco referencial com o qual atuamos na parceria com CESE e com as organizações de mulheres negras, populares, indígenas, no campo, na floresta e nas cidades.





Organizações participantes e parceiras da ação

Ajagun Obirin Organização de Mulheres Negras do Rio Grande do Norte
Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB
Articulação das Mulheres Indígenas no Ceará – AMICE
Articulação de Organizações das Mulheres Negras Brasileiras – AOMNB
Articulação das Organizações de Mulheres Trabalhadoras do Baixo Amazonas – AOMTBAM
Articulação de Mulheres da Zona da Mata de Pernambuco
Articulação Nacional das Pescadoras – RN
Articulação Nacional das Pescadoras – BA
Articulação Nacional das Pescadoras – PE
Associação Comunidade Negra Serra do Abreu – PB
Associação Estadual das Comunidades Quilombolas do Piauí – CECOQ
Associação das Mulheres em Ação – CE
Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande – PB
Associação de Mulheres do Quilombo Curiaú – AP
Associação de Mulheres Indígenas do Maranhão – AMINA
Associação dos Agricultores e Agricultoras do Município de Minador do Negrão – AL
Associação Nacional das Baianas do Acarajé
Associação Quilombola de Conceição das Crioulas – PE
Associação RuaTua – BA
Associação Servidora dos Pequenos Produtores – BA
Ayabás Instituto da Mulher Negra do Piauí
Bamidêlê Organização de Mulheres Negras da Paraíba
Batucada Feminista Centro da Mulher 8 de Março
Casa da Mulher do Nordeste
Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará – CEDENPA
Centro de Defesa Ferreira de Souza – PI

Centro de Assessoria e Serviço aos Trabalhadores da Terra Dom José Brandão de Castro – SE
Conselho Indigenista Missionário – CIMI-BA
Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas de Tocantins – COEQTO
Coletivo Autônomo Feminista Leila Diniz – RN
Coletivo As Carolinas – RN
Coletivo de Mulheres do Calafate – BA
Comissão de Organização das Mulheres do Sul da Bahia – Comisulba
Comissão Organizadora do Encontro de Jovens Negras Feministas
Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas – Nordeste – CONAQ
Cunhã Coletivo Feminista – PB
Encanto Casa da Mulher 8 de Março – TO
Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas – FENATRAD
Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense – FMAP
Fórum Nacional de Juventude Negra - FONAJUNE
Federação das Organizações Quilombolas de Santarém – FOQS
Fórum Cearense de Mulheres
Fórum de Mulheres de Pernambuco
Fórum de Mulheres do Araripe
Fórum Nacional de Mulheres Negras – Bahia
Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas
Grupo Afirmativo de Mulheres Independentes – GAMI
Grupo Consciência Negra do Tocantins
Grupo de Conscientização Negra Ôminira – MA
Grupo de Estudos de Gênero Flor & Flor – PB
Grupo de Mulheres Mãe Andresa – MA
Grupo de Mulheres Maria Firmina – MA
Grupo Matizes – PI
Grupo Mulher Maravilha – PE
Instituto Búzios – BA



Instituto de Mulheres Negras do Amapá – IMENA
Instituto de Moradia, Educação, Cultura, Saúde, Meio Ambiente e Cidadania Josué de Castro
Instituto Negra do Ceará - INEGRA
Malungu Coordenação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará
Movimento Ibiapabano de Mulheres – MIM
Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins – MIQCB
Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense – MMNEPA
Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira – PA/MMTA
Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Pescadoras de Alagoas
Movimento de Organização Comunitária de Feira de Santana – BA/MOC
Movimento de Pequenos Agricultores – Bahia/MPA
Movimento dos Pequenos Agricultores – Sergipe/MPA
Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Campo – AL/MTC
Movimento Social e Cultural Cores do Amanhã – PE
Odara Instituto da Mulher Negra – BA
Organização de Mulheres Indígenas de Pernambuco – OMI
Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas. RENFA
Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba
Rede de Mulheres Negras da Bahia
Rede de Mulheres Negras de Pernambuco
Rede de Mulheres Negras do Nordeste
Rede de Mulheres pelo Controle Social – BA
Rede de Produtoras da Bahia
Rede Fulanas Negras da Amazônia
Sindicato Doméstico da Bahia
Sociedade Omolayê – SE
União de Mulheres Indígenas da Amazonia Brasileira - UMIAB





Imagens da Exposição
"Trajetória das organizações de Mulheres
Negras e Populares no Norte e Nordeste",
realizada na sede da CESE, em Salvador
em abril de 2015.

*SOMOS TODAS AS MULHERES
(COCO) letra coletiva elaborada
pelo Fórum de Mulheres
de Pernambuco*



*A mulher está na luta
Na força e no poder*

*A mulher está rua
Com vontade de vencer*

*Há mulher que não depende
Há mulher que corre atrás*





*Nosso jeito de
fazer nas
bandas de cá*





No ano de 2013, a CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviço e o SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, identificaram no Edital de União Europeia para atores não-estatais uma possibilidade de viabilizar ações comuns para fortalecer a organização de mulheres negras e de mulheres de setores populares no Norte e Nordeste do Brasil. Considerando o debate acumulado nas equipes das duas organizações e ainda os diálogos no movimento de mulheres em geral, o objeto de atenção principal seria a questão da participação e ação política das organizações de mulheres.

O problema a enfrentar foi construído em torno da ideia de fortalecimento das organizações e da luta das mulheres e considerou vários aspectos contraditórios na realidade: ao mesmo tempo em que o número de organizações e coletivos de mulheres negras e populares crescia, percebia-se pouca visibilidade coletiva destas organizações em momentos estratégicos do debate público nacional e se observava que era frágil a reverberação das vozes de mulheres negras e populares

nos canais de interlocução com o poder público e a sociedade.

Este problema não nos parecia estar relacionado ao maior ou menor esforço das próprias organizações de mulheres, mas ao racismo e sexismo, estruturantes da formação social brasileira, que ameaçam e fragilizam institucionalmente essas organizações e suas integrantes. Entre os fatores determinantes, estão o racismo institucional, a divisão sexual do trabalho, a maior exploração do tempo e força de trabalho das mulheres e as difíceis condições de vida daí decorrentes, impostas às mulheres, entre elas a violência, a pobreza, a opressão. Contribuem para o problema as desigualdades regionais no país, que afetam as mulheres no Norte e Nordeste, tanto nos aspectos sociais como políticos, e ainda a hierarquização de poder no interior dos movimentos sociais. Todos estes fatores geram bloqueios e limites para participação política das mulheres negras e de setores populares das regiões periféricas do país, e dificuldades de acesso das organizações de mulheres, em especial destas regiões,

Mulheres negras e populares do Norte e Nordeste:
experiências que se entrelaçam

a recursos de fontes governamentais e da cooperação internacional.

Na nossa leitura, esta situação contribuía para que, em muitos lugares do país, os programas do então governo federal, voltados para o enfrentamento à pobreza, que tiveram foco nas mulheres, não tenham tido como interlocutoras principais as próprias mulheres que vivem nestas condições no plano local. No mais das vezes, as mulheres foram tomadas pelos gestores, de diferentes níveis de implementação dos programas, como beneficiárias passivas e não reconhecidas

como cidadãs portadoras de direitos nem como agentes de mudança das políticas públicas e do Estado. Na arena política mais ampla da sociedade, esta situação engendrou e poderia reforçar as ‘velhas formas de fazer política das oligarquias’ – nas quais mulheres negras e populares são tratadas como carentes e, nos tempos de hoje, como ‘público-alvo’ de projetos sociais elaborados para elas – e/ou poderia reforçar ainda a ideia de mulheres negras e populares como ‘base social’ de movimentos políticos mais amplos, mantendo a já criticada prática de hierarquização dos sujeitos políticos e de suas lutas.





Sujeito político

As teorias políticas consideram **sujeitos políticos** os partidos e forças propriamente políticas e consideram os movimentos sociais, que, em tese, não estariam disputando poder, como sujeitos sociais. Mas no feminismo são usados os dois conceitos com um mesmo sentido: agente, individual ou coletivo, que interfere no cotidiano e na história. Há quem utilize a expressão **ator** e **atriz**, porém este conceito tem mais proximidade com a ideia de *pessoas no palco da história* do que com a ideia de *pessoas disputando e influenciando os rumos da transformação histórica*. Adotamos aqui a noção de sujeito político e reivindicamos sujeito como potencialidade a todos os gêneros e aos movimentos sociais.

O **sujeito, as sujeitas e as sujeitas políticas**: na gramática portuguesa *o sujeito* é palavra masculina e significa o agente da ação, o regente. Enquanto *sujeita* significa pessoa domada e subjugada, relacionada à experiência de sofrer sujeição pelo outro. Esta diferenciação é uma das expressões do patriarcado na linguagem. Na tentativa de superar a ideia de masculino como universal e melhor, e das mulheres como pessoas subjugadas, usamos e defendemos muitas vezes a expressão *sujeitas políticas*, mesmo compreendendo os limites desta escolha que não amplia a condição de sujeito a todos os gêneros. Outras vezes, adotamos a noção de mulheres como *sujeito político*, no singular, para tornar esta ideia comum a todos os gêneros, mesmo mantendo a palavra no masculino. Estas são soluções provisórias, até que as contradições desta categoria, falsamente universal, sejam superadas pela transformação da realidade e de estruturas da sociedade como o é a linguagem.

Diante desta visão comum, nós, da CESE e SOS Corpo reafirmamos o compromisso de colocar nossos saberes e práticas a serviço do enfrentamento a esse problema, de modo a contribuir para fortalecer as organizações de mulheres populares e negras no combate

às expressões do racismo e do sexismo no Norte e Nordeste do Brasil a partir de seu lugar de *sujeito político autônomo*. Nossa disposição foi somar nossas forças e saberes às forças e saberes das organizações de mulheres negras e de setores populares



para fortalecer as organizações no enfrentamento às desigualdades; dar visibilidade aos problemas e alternativas apontadas pelos movimentos de mulheres dessas regiões a partir do reforço a ações coletivas destas organizações, fossem locais, regionais, ou reforço à presença e inserção política de organizações do Norte e Nordeste em ações estratégicas nacionais.

Apoiada pela União Europeia, essa nossa iniciativa comum, formulada entre 2013 e 2014, pôde se iniciar em 2015, ano no qual se agravava a crise política pós-eleições gerais de 2014, que veio marcar a ruptura democrática no Brasil, na forma de golpe parlamentar institucional por meio de *impeachment* à presidenta Dilma Rousseff, no ano de 2016. Mas 2015 foi também um ano especialmente importante para o fortalecimento da organização das mulheres por ser o ano para o qual estavam convocadas e em construção a IV Marcha das Margaridas e a Marcha Nacional das Mulheres Negras. Este mesmo ano foi marcado por ampla mobilização das mulheres nas principais cidades do país, a chamada ‘primavera feminista brasileira’,

Autonomia

Autonomia é um conceito importante no pensamento feminista. A partir da autonomia, as mulheres feministas – em suas diversas identidades políticas, em distintas épocas e circunstâncias – convocam todas as outras mulheres ao exercício da auto-determinação, “afirmam legitimidade para conceber-se como sujeitos sociais que, questionando as diferentes formas assumidas de sua subordinação, aspiram a identidade, a controlar e ter poder sobre suas vidas, suas circunstâncias, assim como a não ser definidas por outros, tanto a nível pessoal como político”. (OLEA; VARGAS, texto base do 12º EFLAC, 2011).

como denominado pela mídia. Assim, ao tempo em que se agravava a crise política, as mulheres saíram às ruas em defesa de direitos e políticas, denunciando retrocessos, entre elas e, com força, as mulheres negras e de setores populares.



O segundo ano desta Ação coletiva de CESE e SOS Corpo foi o ano de ruptura democrática no país, com recomposição de governo federal em novas bases, em maio de 2016. O novo governo – nascido de um golpe institucional, parlamentar, jurídico e midiático – configurou-se como um governo conservador, instalando no poder uma coalisão com a maioria dos partidos derrotados eleitoralmente em 2014. Este governo demonstrou forte caráter misógino, racista e elitista: extinguiu os ministérios da Igualdade Racial, de Direitos Humanos e de Políticas para Mulheres, do Desenvolvimento Agrário e da Pesca, instalando apenas homens, brancos e ricos nos ministérios. Este governo passou a implementar um programa ultra-neoliberal, que jamais seria aprovado nas urnas, atendendo apenas às urgências requeridas pelo mercado e por setores empresariais, no contexto da crise da economia nacional e global.

Ou seja, ao início desta Ação, formulada em um contexto adverso, o país sofreu uma reorientação profunda das políticas de governo e passou a ser conduzido, num

estado de exceção, por uma política de regressão de direitos que inclui, de diversas maneiras:

- a violação de marcos jurídico-político-institucionais; a desqualificação do contraditório no debate público;
- a repressão e militarização dos conflitos sociais;
- os ataques às causas dos sujeitos coletivos e, em particular, dos movimentos de mulheres, movimento negro, movimento LGBTTT;
- e a repressão violenta às formas de lutas dos setores populares, nas cidades e no campo.

Levar adiante essa Ação, entre 2015 e 2017, neste novo contexto, nos exigiu constante deslocamento de esforços, ora para apoiar a presença das mulheres como uma força política de contestação e resistência ao golpe, ora para assegurar apoio à ação movida pelas organizações de mulheres e aliados/as para confrontar a perda de direitos; muitas vezes para pensar juntas os sentidos da nova conjuntura no país; apoiar novas iniciativas e inovações nas práticas sociais na tentativa de enfrentar melhor as sucessivas ameaças às mulheres; além das inúmeras ações de



solidariedade às lideranças e comunidades ameaçadas pela força repressiva policial ou paramilitar.

Atravessamos esses anos buscando equilíbrio entre responder às urgências da conjuntura de ruptura democrática e manter a estratégia de fortalecimento continuado às organizações de mulheres nas duas regiões mais empobrecidas do país.

Resistindo nas margens

Norte e Nordeste são regiões territoriais brasileiras física e administrativamente delimitadas: sete estados, no Norte, e nove estados, no Nordeste. Mas nossa ação abrangeu apenas 12 dos 16 estados das duas regiões: todos os estados do Nordeste e três estados do Norte (Pará, Amapá, e Tocantins). Esta escolha deveu-se a prioridades regionais, presença e às relações de CESE e SOS Corpo em ambas as regiões, e o Norte, com menos estados, por limites orçamentários. Estes foram os estados a partir dos quais articulamos as organizações e suas integrantes para este processo, e onde as organizações foram apoiadas em sua ação nos *territórios*.

Territórios

Assumimos o conceito mais largo de *território*: o conceito de lugar do viver, mas lugar no qual a ação dos grupos populacionais, na história, cria um contexto próprio. Território é um lugar-contexto com história, heranças, cultura, memórias coletivas, espaço físico, fruto das relações sociais ali estabelecidas ao longo do tempo. Os territórios contêm e expressam hoje os conflitos de classe, raça e sexo, e as lutas do passado que o formaram e o estruturaram, mas também contêm e expressam os conflitos e correlação de forças políticas do presente que delimitam e potencializam o viver das mulheres e o agir de suas organizações nesse tempo-lugar, seja no campo, seja na cidade. Adotamos ainda a ideia feminista de CORPO como TERRITÓRIO, território onde nossa vida vive, marcado histórica e socialmente, nosso corpo é nosso primeiro território.



O Norte e o Nordeste são, como todo mundo sabe, as regiões com o maior número de pessoas vivendo em situação de pobreza no país, e que concentra a população preta, parda e indígena no país: na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2016, as pessoas que se reconhecem pretas, pardas e indígenas representavam quase

80% da população da região Norte e 75% da população da região Nordeste. Enquanto no Sul, é o inverso, a população branca representa 76,8%, ficando o Sudeste com maioria branca de 52,2% e o Centro-Oeste com maioria preta, parda e indígena (63%)¹, mas em menor proporção que Norte e Nordeste.

Em 2015, havia **45,5 milhões de pobres no país**, sendo quase a metade residente no **Nordeste, onde 24,7 milhões de pessoas vivendo com menos de US\$ 5,50 por dia, 43,5% da população**. No Norte, a proporção de pessoas vivendo nestas condições é equivalente ao Nordeste: 43,1% da população viviam com menos de US\$ 5,50 dolares/dia. A proporção era **mais do que o dobro da situação no Sudeste do país**, onde 15,9% dos residentes estavam nessa condição (13,7 milhões de pessoas).

IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2017.

¹Instituto Brasileiro Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua PNAD - 2016. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-pnad-c-moradores.html>. Acesso em: 6 jan. 2018.



Certamente o racismo explica porquê com esta realidade, nós, que vivemos em estados do Norte e Nordeste do Brasil, vivenciamos um enorme preconceito das elites e da população conservadora, que nos apontam como gente pouco inteligente, mais pobre porque preguiçosa, uma população ‘carente’, dependente, viciada na ‘ajuda de programas sociais’. Em geral é assim que o senso comum nos lê.

Não poderia ser diferente. O senso comum é desprovido da noção de assistência social como direito e é também desprovido de informação política suficiente para entender as desigualdades regionais no país como fruto das *relações sociais* de exploração que geraram no passado e reproduzem no presente as desigualdades e a pobreza. Os meios massivos de socialização de informação não difundem esta leitura crítica da realidade brasileira, porque servem a alguns poucos senhores, que não a maioria da população, preta e pobre. Desta forma, nós, povo do Norte e Nordeste, somos, nos dizeres dos outros, uns pobres coitados, “levamos uma vida severina”, nomeada no feminino nos versos

do poeta pernambucano João Cabral de Melo Neto. Sim, levamos, a maioria de nós, “vidas severinas”, vida e morte irrelevantes para a nação... que são como são as vidas e mortes de milhões em quaisquer das regiões, sempre que são ‘esses pretos, esses índios e esses pobres’.

Mas não só no Norte e Nordeste a população está racializada. Não é apenas nessas regiões que a parte empobrecida da classe trabalhadora é acusada de preguiçosa ou responsável por sua situação. Há pretos, pobres e indígenas nas demais regiões: muitos indígenas no Centro-Oeste, quase a metade da população no Sudeste se define como pretos e pardos. Já na região Sul, por força da formação social brasileira e da política de ocupação territorial e ‘embranquecimento’ populacional efetivada por atração de migrantes europeus, há grande maioria branca. Há preconceito, opressão, racismo e exploração aí também. Contudo a desigualdade regional que recai sobre Norte e Nordeste, reforça o mito destas regiões como ‘lugar de pobreza e atraso’.



Classe trabalhadora

Por *classe trabalhadora*, nos referimos a todas as pessoas que trabalham para prover seu sustento, diferente das pessoas que acumulam riquezas e vivem de renda ou da exploração do trabalho de terceiros. É a classe que vive do próprio trabalho, seja trabalho individual ou trabalho coletivo, em bases familiares. Contudo, entendemos e consideramos que na classe-que-vive-do-trabalho há desigualdades de renda e acesso a direitos, situação que decorre da divisão sexual e racial do trabalho. Por isso há desigualdades entre as mulheres, mesmo entre as mulheres da classe trabalhadora, em especial pela força do racismo.

Em contraponto, as organizações e movimentos sociais da região, intelectuais engajados, o feminismo do Nordeste e amazônico, as organizações de mulheres negras e populares tentam demonstrar

que a população da classe trabalhadora do Norte e Nordeste é uma população (o nordeste não forma um povo) violentamente explorada, mas ao mesmo tempo de grande força, capacidade produtiva e inteligência criativa. Em nossos territórios, a proporção da extração das riquezas é, em muito, superior aos investimentos em políticas sociais. É destes estados, no geral, que muito se extrai de minérios, água, madeira, etc e também onde a força de trabalho é pior remunerada, particularmente no caso das mulheres, e pior ainda entre as mulheres negras.

Sublinhamos sempre que, na dinâmica da produção e reprodução da desigualdade absurda no país, a população mais empobrecida está vivendo em localidades do Norte e Nordeste nas quais a presença do Estado é fraca ou inexistente, deixando o capital livre de regulação, permitindo assim toda sorte de exploração sobre as pessoas e a natureza, gerando, com isto, municípios com os menores índices de desenvolvimento econômico e os mais baixos índices de desenvolvimento humano²

² O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um cálculo do Sistema ONU para monitorar as mudanças nos índices de renda, educação e expectativa de vida/longevidade..



do país. Para conferir, consulte dados do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)³.

No Norte e Nordeste, nos acostumamos a viver em situação de ‘fronteira’, fronteira econômica e cultural, situação de estar ‘nas margens’ e por isto, às vezes, nos chamam de ‘Brasil profundo’. Não é pra menos, temos formas marginais de uso e controle de territórios, que não a propriedade privada. Nos estados destas duas regiões, situam-se a maior parte dos chamados territórios tradicionais, espaços comunitários com formas coletivas de posse da terra, forte identidade cultural e importantes como territórios de resistência: aqui estão a maior parte das terras de quilombo, inclusive já reconhecidas. É nos estados do Nordeste e no Norte onde se localizam, somados, a maior parte dos territórios indígenas.

Em vários estados, reconhecemos os territórios do Babaçu, que queremos livres.

No litoral do Norte e do Nordeste, e nas beiras dos rios, que são muitos na região, distribui-se boa parte dos territórios pesqueiros, com práticas de posse e uso coletivo da praia, dos manguezais, dos estuários, dos igarapés, dos açudes. No interior dos sertões, estão as comunidades de fundo de pasto, com posse e uso coletivo das terras. Todos territórios de fronteiras em relação ao capital pois, além de formas coletivas de propriedade da terra, neles prevalecem práticas colaborativas de economia comunitária e familiar, desde sempre uma economia solidária. Todos territórios que resistem à grande propriedade privada, situando-se à margem e na margem das ‘fronteiras agrícolas’ do agronegócio e do livre-mercado.

Vivemos também, na fronteira da indústria cultural de massa, para a qual somos ‘a cultura’ da periferia do país. O sotaque é localizado no plano do exótico e os costumes considerados arcaicos, entretanto exportamos ‘talentos’ para o centro-sul e mantemos forte a resistência e existência

³ Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/idh.html>. Acesso em 12 jan. 2018.



de cena cultural local no cinema, na música e na dança, no teatro, nas artes e nas festas populares, em sua diversidade. Isso se dá, ainda que muitas vezes, como toda região de fronteira, nossa produção cultural, e também acadêmica, seja nomeada de forma subalterna, apresentada como exceção ou comercializada como folclore. Ainda que os aeroportos e *resorts* nos coloquem, em especial as mulheres, vestidas de índias e baianas para receber turistas-consumidores, as vestes ancestrais reduzidas a adereços desprovidos de significados... simples mercadorias.

Nós, as mulheres do Norte e Nordeste, assim como outras mulheres do Brasil, enfrentamos uma sociedade com grande desigualdade de classe, machista e racista, estruturada pelo poder colonial; renovada pela prática patrimonialista das oligarquias dos coronéis, hoje representadas pelo latifúndio patriarcal modernizado, sob o favorecimento da economia desregulada e do desmonte do estado de direito. Mas, nós, mulheres do Norte e Nordeste, enfrentamos tudo isso a partir deste contexto regional, espaço-tempo com relações sociais aqui

articuladas de forma própria e que configura um território de dominação específica no mapa das desigualdades sociais do Brasil.

As desigualdades regionais no Brasil, nos círculos conservadores, são tratadas como ‘vocação’: nossas regiões seriam então vocacionadas ao fracasso econômico e à pobreza. Mas por aqui vivemos ciclos de muita extração de riquezas, acumulação, tanto no Norte como no Nordeste: seja pelo extrativismo ou pela monocultura agroexportadora do açúcar, do algodão, da pimenta, da borracha. Quantos fizeram fortuna aqui e a partir daqui? Fomos a região que garantiu a primeira fonte de acumulação de riquezas de alguns à custa da exploração de muita gente, quando ainda nem Brasil éramos, E a região que garante hoje energia elétrica à custa dos muitos rios daqui, e provemos riquezas às mineradoras e ao latifúndio moderno do agronegócio irrigado.

Dos tempos coloniais, ficou em nós a marca da expropriação dos territórios, destruição dos modos de vida e genocídio dos povos indígenas, processo ainda em curso, nestas



e noutras regiões do país. O tráfico e escravização do povo negro foi outra base da exploração e meio de acumulação, em especial a partir do Nordeste, sendo a maior parte da riqueza transferida à Coroa Portuguesa, mas uma parte deixada aqui para o conforto dos senhores da colonização e seus descendentes e vassallos, que vieram a se tornar depois chefes políticos do país Brasil, herdeiros das capitânias hereditárias, nomeados governadores, depois se fazendo chefes políticos, apoiando-se em patentes de coronéis.

No senso comum, e até em meios acadêmicos conservadores, é ainda frequente a visão de que o Norte e Nordeste foram regiões abandonadas pelo Estado por dificuldades de acesso na Amazônia e pela ausência de riquezas fáceis no sertão nordestino. Desconsidera-se, na provável tentativa de negar, o que estudos comprovam: a concentração de poder político no Sudeste a partir do Império e da primeira República; a acumulação de riquezas concentrada no Rio de Janeiro, com o comércio da população negra escravizada; e a drenagem de recursos de

províncias então superavitárias (do Norte e Nordeste) para Rio e São Paulo são fatos inegáveis para explicar a maior parte da desigualdade historicamente produzida entre o Norte e Nordeste e demais regiões do país.

Porém, é preciso destacar que a exploração e instalação da ordem patriarcal, racista e capitalista se fez contra fortes resistências. Foram muitas as rebeliões: Confederação dos Potiguares (Rio Grande do Norte), dos Aimorés (Bahia), dos Cariris (Paraíba e Ceará) e Guerrilha dos Muros e dos Manaus (Amazonas) e mais a Cabanada, Balaiada, Sabinada, Confederação do Equador, Levante dos Malés, Revolta de Búzios e Praieira, e ainda todos os Quilombos e a Guerra dos Palmares... Houve revoltas em outras partes do Brasil, mas aqui foram muitas. Às vezes, lidas apenas como rebeliões marginais contra a elite local. Para nós, estas rebeliões eram também expressão da resistência às condições de exploração na região. Essas rebeliões impuseram mudanças nas formas de exploração da natureza e das pessoas e constituíram negros,



indígenas e setores populares como força política que impuseram receio à classe dominante. Rebeldes que ameaçavam a 'ordem' e defendiam seus territórios, resistiram à escravização indígena e negra, confrontaram a extração e 'exportação' da riqueza aqui produzida em detrimento do sustento da população aqui vivendo. Nos anos recentes, sob governos Lula

e Dilma, políticas e programas sociais contribuíram para o aumento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Norte e Nordeste brasileiro. Entre as políticas que influenciaram diretamente a melhoria do IDH nestas duas regiões brasileiras, estão a política de valorização do salário mínimo, importante para redistribuição da riqueza, e programas sociais, como o bolsa família.



A política de salário mínimo

Antiga reivindicação da classe trabalhadora, o salário mínimo foi criado na Era Vargas (Governo Getúlio Vargas). Em países de grande igualdade não há salário mínimo, como na Noruega ou na Suécia. No Brasil, o valor do salário mínimo sempre foi muito baixo e sofreu sucessivas perdas de valor nos anos 1990 por conta dos planos econômicos nos governos Collor, Itamar e FHC. Em 2004, as Centrais Sindicais, por meio de movimento unitário, lançaram a Campanha pela Valorização do Salário Mínimo. Foram realizadas três marchas das centrais em Brasília com o objetivo de pressionar o Governo Lula e Legislativo. Dessa campanha resultou uma política de correção do valor do mínimo pela inflação + aumento real, para recuperar e ampliar o poder aquisitivo das famílias mais pobres. Foi assim que houve reajustes de 15% em 2005 e de 16% em 2006.

Essa política teve impactos positivos sobre as condições de rendimento das mulheres, especialmente entre mulheres negras e de setores populares, porque a maioria das pessoas que recebem salário mínimo no Brasil são mulheres. A partir de 2006, a correlação de forças mudou, e, com isto, as centrais sindicais e o segundo governo Lula acordaram nova regra, que submeteu o aumento do salário mínimo ao desempenho da economia e, assim, o aumento passou a ter como referência a variação no Produto Interno Bruto (PIB), aumento ou queda. Com esta medida foi



reduzido o potencial do salário mínimo de redistribuir a riqueza acumulada. Esse cálculo passou a ser adotado em 2008, com a crise global da economia, e virou lei em 2011. Por isso o salário mínimo, nesse período, já não aumentou tanto quanto antes.

Em 2015, a ex-presidenta Dilma decidiu estender essa política até 2019, com possibilidade de prorrogação até 2023, mas vetou a extensão da política para os aposentados e pensionistas do INSS. A partir deste momento, os aposentados e pensionistas que recebem mais do que o salário mínimo contam apenas com o reajuste da inflação.

Por fim, em 2016, com a subida ao poder da atual coalisão de partidos, a política de valorização do salário mínimo foi extinta. Desde então a correção do salário mínimo atém-se ao restrito cumprimento da legislação de 2011, com o agravante dos efeitos da contra-reforma das leis trabalhistas, a partir da qual a remuneração do trabalho poderá, legalmente, ser abaixo deste valor, ou seja na prática a política de salário mínimo como renda mínima de uma pessoa já acabou no Brasil, embora, diferente da Noruega e Suécia a desigualdade só tenha aumentado.



Os três mapas de IDH reproduzidos a seguir⁴ permitem visualizar a redução no grau de pobreza decorrente da política de redistribuição de renda pelo aumento continuado do salário mínimo e dos programas de distribuição de renda como o bolsa família. Mas os mapas permitem também perceber a permanência das

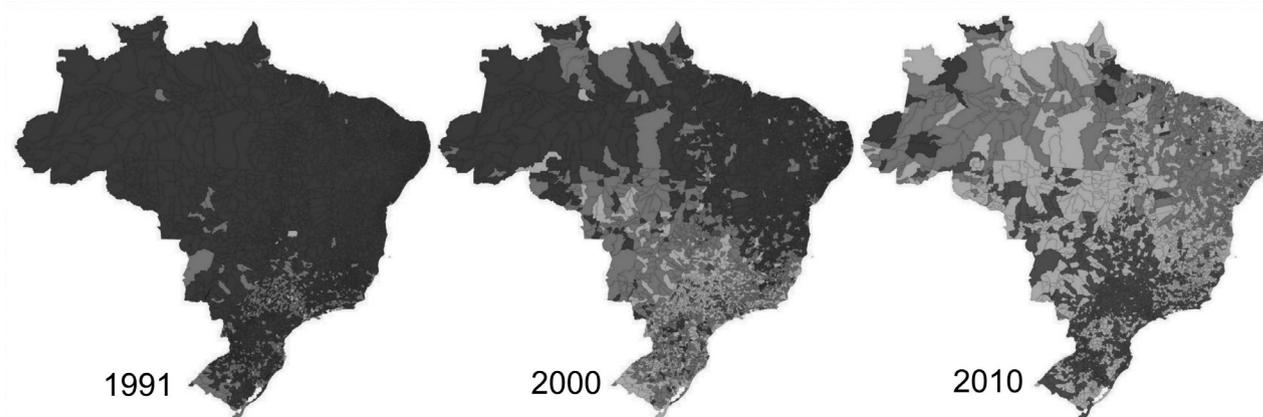
desigualdades regionais: as cidades do Norte e Nordeste mantêm-se pintadas com cores mais escuras/mais claras que o resto do país, mesmo que diminuindo a intensidade. Ou seja, a pobreza diminuiu, sim, mas as desigualdades regionais persistem. Persiste a desigualdade histórica entre norte-nordeste e o resto

⁴ Disponível em: <http://www.onu.org.br/onu-atlas-brasil-2013-mostra-reducao-de-disparidades-entre-norte-e-sul-nas-ultimas-duas-decadas/>. Acesso em 12 jan. 2018.



do país. Certamente porque políticas reestruturadoras não avançaram: nem reforma agrária, nem demarcação de terras indígenas e quilombolas, por exemplo. Também não vieram a reforma democratizante do sistema político; nem

reformas que melhorassem a justiça e a colocassem a serviço dos direitos humanos, nem reforma tributária que desonere os pobres e onere mais os ricos, nem a reforma urbana, que democratize o direito à cidade.



Legenda

IDHM

-  muito baixo desenvolvimento humano (0.000 até 0.499)
-  baixo desenvolvimento humano (0.500 até 0.599)
-  médio desenvolvimento humano (0.600 até 0.699)
-  alto desenvolvimento humano (0.700 até 0.799)
-  muito alto desenvolvimento humano (acima de 0.800)



As mulheres e as condições de seu viver

Considerando a situação das mulheres e, em especial das mulheres dos setores populares, indígenas e negras, os dados estatísticos revelam as dificuldades na sua inserção no mercado de trabalho formal, previdência social, saúde, moradia, dentre outros direitos fundamentais para um viver melhor, mesmo numa ordem injusta. Os dados revelam a face da pobreza em sua dimensão de feminização e racialização e também, em termos de geopolítica, ficando o Nordeste e o Norte do país com as piores taxas no campo do IDH, o que atinge de forma mais aguda as mulheres negras, indígenas e das periferias urbanas e rurais.

Em 2015, entre as mulheres com 15 anos ou mais de idade e **brancas**, somente **4,9% eram analfabetas**, no caso das **mulheres negras**, este número era o dobro, **10,2%**.

Retratos da desigualdade entre brancos e negros. IPEA, ONU Mulheres, 2017.

34

Em 2016, uma **mulher preta ou parda sem cônjuge e com filho** tinha alta probabilidade de ser pobre. Existiam 7,389 milhões de mulheres com essas características em 2016, das quais **64% viviam abaixo da linha da pobreza**. Dos 43,13 milhões de habitantes declarados brancos, 15,3% eram pobres.

IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2017.

Estudo sobre pobreza e desigualdade, produzido pelo SOS Corpo em 2012, apontam que

entre as transformações verificadas nas últimas décadas na situação das mulheres brasileiras, destacam-se a ampliação de sua escolarização e participação no mercado de trabalho, a queda da taxa de



fecundidade e transformações nos arranjos familiares. Entretanto, as mulheres negras e de setores populares são, ainda, a maioria da população sem direitos trabalhistas, no trabalho precarizado e informal, com menores ou sem qualquer tipo de rendimento e, portanto, em situação de pobreza (SOS CORPO, 2012).

Chefes de família - Os lares brasileiros, cada vez mais, estão sendo chefiados por mulheres. Em **1995, 23% dos domicílios tinham mulheres como pessoas de referência. Vinte anos depois**, esse número chegou a **40%**. Cabe ressaltar que as famílias chefiadas por mulheres não são exclusivamente aquelas nas quais não há a presença masculina: em 34% destas famílias, havia a presença de um cônjuge.

*Retratos das desigualdades de Gênero e Raça.
IPEA, Março de 2017.*

Esses dados revelam os limites impostos às condições do viver cotidiano das mulheres negras e de setores populares, que ficam vulneráveis a diversas situações de violência e violação de direitos humanos – incluindo à violência doméstica, à exploração sexual, ao desemprego, à falta de moradia, ou à fome. Para as mulheres rurais e de populações tradicionais, agrega-se a violação do direito a terra e território, que, no caso das mulheres vivendo em cidades, têm nas ocupações urbanas uma resposta a esta violação de direitos.

Ao longo do período de exceção que estamos vivenciando no país, vimos crescer ataques e chacinas de lideranças quilombolas e indígenas. Também vimos crescer nas periferias urbanas, de capitais e do interior dos estados localizados nas regiões Norte e Nordeste do país, a violência policial e do crime armado, com dimensão de genocídio para a juventude negra. Esta violência já foi denunciada em outras capitais do Sudeste, porém, no Norte e Nordeste, locais sem presença efetiva do Estado, via políticas públicas, a juventude negra fica ainda mais vulnerável diante da dificuldade para se enfrentar a situação.



Entre **2002-2014**, a taxa de mulheres presas no país teve crescimento superior ao crescimento geral da população carcerária: **a população carcerária feminina cresceu 567,4%**, enquanto a população carcerária total teve aumento de 119% no mesmo período. **O Brasil é o quinto país que mais prende mulheres** no mundo. A maioria das mulheres presas no país (68%) é negra, enquanto 31% são brancas e 1%, amarela.

*INFOPEN Mulheres - Ministério da Justiça
Nov. 2015.*

Cresceram também os efeitos maléficos do encarceramento das mulheres, em sua expressiva maioria, negras, por efeito da política de ‘combate às drogas’, dificultando ainda mais as possibilidades de vida familiar para mulheres chefes de família. Temos assistido também a um processo de avanço do fundamentalismo de igrejas neopentecostais no país, com inúmeros ataques violentos a territórios

sagrados de povos indígenas e de religiões de matriz africana. Tudo isto tem afetado comunidades inteiras e trazido grande dor e sofrimento para as mulheres negras e populares, pela perda de filhos e de outros familiares, ameaças a suas lideranças políticas e religiosas, de maneira violenta e com alto grau de impunidade, contribuindo também para a fragilização do poder de auto-organização política das mulheres.



Como fizemos o que fizemos

Para a CESE e o SOS Corpo, o sujeito da transformação são organizações e movimentos empenhados na luta por transformações políticas, econômicas, sociais, em especial, as organizações populares. No caso desta Ação, o sujeito coletivo priorizado foram as organizações de mulheres. Compreendemos que fortalecer a organização das mulheres é a estratégia principal para apoiar as mulheres como sujeitos de mudança das condições do seu viver e por transformações que conduzam a estruturas justas e democráticas.

Compreendemos a transformação como um *dever histórico*, isto é, um fluxo permanente, um movimento ininterrupto, que cria e transforma a realidade. Neste dever histórico, as mulheres, a população negra, a classe trabalhadora e os setores populares são sujeitos políticos que, ao agirem no mundo, reconfiguram o próprio sentido da política e da organização da vida social.

Nesta perspectiva, a auto-organização é o caminho, porque precisamos de um fazer conjunto. Só em coletivos torna-se possível

conhecer em profundidade, interpretar de forma crítica a realidade e, a partir de uma leitura compartilhada, construir caminhos e práticas comuns para transformá-la.

👁️ Em coletivo e na diversidade de experiências refletidas, torna-se possível conhecer de forma abrangente as singularidades de trajetórias de vida de cada mulher em seus territórios mas também o que há de comum em nossa experiência diversa e desigual;

👁️ No coletivo, torna-se possível o pensar saídas coletivas da opressão e injustiça, partilhando visões e leituras das realidades, contando as histórias das formas de lutas e do fazer cotidiano da resistência; refletindo os desafios do vivido no presente como experiência elaborada, criticada, analisada e compreendida; lembrando e partilhando informações do que se fez no passado, por nós e por outras/os; avaliando o que segue válido para hoje; o que é insuficiente agora; identificando o novo que vem sendo experimentado;



 Em coletivo, podemos rever criticamente nossas práticas de atuação e aprimorá-las, abandonar o que não desejamos ou não consideramos mais útil, desenvolver novas práticas, identificar e preservar práticas antigas que seguem válidas e valiosas.

Na formulação e no percurso dessa Ação, nos referenciamos na Educação Popular freireana, destacando os princípios da dialogicidade e o vínculo entre formação e transformação social, e na Pedagogia Feminista, destacando o princípio da auto-reflexão da experiência individual e coletiva das mulheres como fonte de conhecimento e a contribuição das dimensões da afetividade e subjetividade no processo formativo de cada pessoa. Buscamos fortalecer a atuação e vínculos dos sujeitos individuais (mulheres participantes) e coletivos (suas organizações) e valorizar a elaboração própria, e portanto autônoma, das organizações no campo da sua ação política. A dimensão político-pedagógica da ação foi estruturada em atividades vividas como um espaço de partilha de informações, fazeres e saberes, e como

espaço de reconhecimento das múltiplas identidades políticas e trajetórias das mulheres e suas organizações, considerando as especificidades de suas causas, metodologia de ação e estratégias de mobilização e observando o que há de comum e que entrelaça as experiências de mulheres negras e de setores populares no Norte e Nordeste.

Trouxemos para o centro da metodologia a ideia de movimento popular de mulheres como sujeito político e como força política. O primeiro como história, movimento como sujeito político que já estava antes de cada mulher hoje atuante e cada organização hoje existente, e que seguirá depois delas. A segunda ideia, ideia de movimento como força política, como presente, como ação, como expressão das vontades e autodeterminação e autonomia das mulheres e suas organizações; como força portadora do desejo presente, desejo de justiça, mudança e igualdade, como força viva presente entre as outras forças que atuam, lutam e disputam no presente, na conjuntura, os rumos das comunidades, das políticas, dos estados, dos movimentos.



Compreendemos assim a organização das mulheres negras e dos setores populares como sujeitos políticos do processo histórico das lutas sociais e como força política das lutas no presente.

O programa de atividades foi estruturado em três linhas da Ação, nossas trilhas neste percurso: apoio a projetos, formação e articulação e fomento à comunicação e visibilidade. Dado o caráter participativo, essas linhas da Ação foram estrategicamente definidas considerando

a experiência de CESE e SOS Corpo e dialogadas no momento de formulação da proposta com três organizações e duas redes locais: ODARA – Instituto da Mulher Negra, secretaria executiva da Rede de Mulheres Negras do Nordeste; CEDENPA – Centro de Desenvolvimento do Negro do Pará, articuladora da Rede Fulanas, que congrega mulheres negras de quatro estados da Amazônia Legal; INEGRA – Instituto Negra do Ceará, que integra o Fórum Cearense de Mulheres e a Articulação de Organizações de Mulheres

Negras Brasileiras; Fórum de Mulheres de Pernambuco e Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense. Todas estas organizações, assim como o SOS Corpo, são participantes da AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras e/ou da AMNB – Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras.

A sistematização, registrada nesta publicação, foi sendo processada de forma participativa a cada momento do percurso nos encontros de formação e intercâmbio, e anualmente pelo diálogo entre as equipes de CESE e SOS Corpo. Para fechar o percurso e a sistematização, duas reuniões foram realizadas: um encontro para avaliar onde avançamos com o apoio a projetos e outro momento para avaliar a estratégia geral da Ação e a metodologia. Destes dois encontros, participaram representantes de 33 das 82 organizações e redes dos diferentes estados que, ao longo dos três anos, estiveram de forma mais constante neste processo.

A divulgação e debate do conhecimento elaborado fecha o percurso com lançamento desta publicação e debates dos indicativos

para estratégias de fortalecimento organizativo na atual conjuntura. Nosso propósito com esta Ação, ao final do processo, é disseminar as ideias sistematizadas, provocar novos debates, apontando questões que ficam para pensarmos os caminhos futuros.

Fixamos uma meta de alcançar pela Ação em torno de 65 organizações e redes – sendo cerca de 45 pelo apoio financeiro a projetos e mais 20 organizações e redes pela participação em atividades de formação e articulação. Ao final dos três anos, alcançamos: 82 organizações, sendo 39 grupos ou coletivos e 43 redes, algumas interestaduais e outras redes locais, com articulação em um dos estados. Todas representando e articulando, com ampla diversidade de segmentos sociais, as mulheres negras e mulheres de setores populares, incluindo a juventude, população LGBTTT, comunidades quilombolas, moradoras de periferias urbanas, comunidades de terreiro, mulheres de diferentes povos indígenas e outras populações tradicionais.

O percurso que foi feito ao caminhar pelas trilhas

Apoio a projetos

O apoio a pequenos projetos favorece as organizações populares em momentos estratégicos de sua ação, possibilita aos grupos locais e organizações de pequeno porte, a terem governabilidade nos processos de planejamento e gestão de suas ações e estimula a busca de autonomia e sustentabilidade. O apoio a projetos de organizações coletivas, como são as redes e fóruns, permite mais que isso: promove o fortalecimento das ações coletivas e faz avançar a constituição das mulheres como força política, seja no plano local, estadual ou nacional. Nossa ação combinou estas duas modalidades de apoio a projetos acolhidos por demanda espontânea ou chamadas públicas, lançadas uma a cada ano da Ação.

A resposta às chamadas foram avaliadas com base em critérios que consideraram a relevância da ação para o fortalecimento organizativo de mulheres negras e populares; a contribuição do projeto



para a maior presença e visibilidade das causas e organizações de mulheres negras e populares na cena política local ou nacional, incluindo incidência junto à sociedade e/ou nas políticas públicas voltadas para o enfrentamento à pobreza e promoção da equidade racial e de gênero. Foi conferida relevância a iniciativas que articulassem diversidade de segmentos sociais em que se encontram as mulheres negras e mulheres de setores populares, incluindo a juventude, trabalhadoras domésticas, trabalhadoras informais, população LGBTTT, comunidades quilombolas, comunidades de terreiro, povos indígenas, populações de periferias urbanas, famílias de assentamentos, territórios da agricultura familiar e territórios pesqueiros.

Formação e Articulação

Linha de ação realizada na forma de encontros de intercâmbio e articulação para ações públicas de visibilidade. Debatemos, em mais de uma atividade, a identificação das fontes das desigualdades, seus agentes, aliados e antagonistas das causas das mulheres negras e de setores populares. Os saberes trazidos pela experiência das

participantes foram tomados como a fonte de conhecimento e partilha, incluindo-se saberes advindos da prática e reflexão de CESE e SOS Corpo e considerando as contribuições da teoria social feminista, nos referenciando no conceito de relações sociais de gênero, de classe e de raça e na ideia de ordem social que engendra a dominação sobre as mulheres negras e os setores populares.

Na abordagem às questões da prática política, o foco foi o fortalecimento da organização das mulheres no enfrentamento aos conflitos de gênero nos seus territórios e nos movimentos sociais, e construção de leitura crítica e posicionamento na conjuntura geral do país, a partir do Norte e Nordeste. A sistematização foi parte de cada encontro, com momentos específicos, onde, em comissões ou individualmente, construiu-se consenso e identificou-se convergências e divergências de conclusões a cada debate. Buscamos identificar e sistematizar coletivamente os elementos de força e fragilidade institucional das organizações de mulheres negras e populares no Norte e Nordeste, enfrentando o debate estratégico



de como superar as fragilidades. Complementamos esta linha de ação, com apoio à participação de representantes de organizações em espaços e iniciativas do movimento nacional e internacional de mulheres. São exemplos: apoio a viagens para Marcha das Mulheres Negras;, Encontro Internacional da Associação pelos Direitos das Mulheres e o Desenvolvimento (Awid); 13º Congresso Mundos de Mulheres (MM) e Seminário Internacional Fazendo Gênero 11/UFSC; e ainda 14º Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe.

Comunicação e Visibilidade

Abordamos a comunicação e visibilidade como parte da estratégia de fortalecimento organizativo das organizações de mulheres na disputa de poder na sociedade. Estas são dimensões organizativas necessárias para que as mulheres possam ser vistas e reconhecidas como força política, seja nas

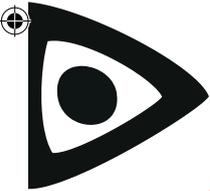
ruas, nos espaços institucionais ou nas redes sociais. O apoio a projetos incorporou também o apoio a ações de comunicação e de visibilidade desenvolvidas pelas próprias organizações como parte da estratégia geral, assim como foi valorizado o debate crítico sobre comunicação e poder, promovido na forma de oficinas. De modo a favorecer o intercâmbio, nestas oficinas, abordamos as questões das práticas de comunicação, da expressão estética das identidades políticas e exercitamos a elaboração compartilhada de peças de comunicação, em especial na forma de vídeos artesanais.

Realizamos debates públicos e criamos um canal nas redes sociais, que divulgou a voz de mulheres negras⁵ e populares sobre a conjuntura de suas lutas no contexto de ruptura democrática e que, por decisão coletiva, permanecerá no ar como espaço de memória desta Ação. Os debates públicos, que ocorreram em paralelo aos encontros

⁵ *Existimos Porque Resistimos* é o canal no YouTube criado para servir como ferramenta de divulgação da voz das mulheres negras e populares sobre a conjuntura de suas lutas no contexto do golpe contra a democracia e direitos humanos no Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCgHDtyapJ9jcLYXwWWcZsfg..>



de intercâmbio e formação, estimulavam o debate entre as mulheres e destas com outros sujeitos, em cada localidade onde se deram os encontros: Salvador e Belém. Quanto à visibilidade, todos os recursos para este item obrigatório nos editais de União Europeia foram colocados a serviço da visibilidade das mulheres negras e populares como sujeito político. Realizamos produção e distribuição estratégica de um cartaz com a carta política da Marcha de Mulheres Negras, um cartaz com o lema da resistência – EXISTIMOS PORQUE



Percurso da Ação

2015 - Seminário inicial – Salvador: resgate dos marcos da organização das mulheres negras e populares no Norte e Nordeste; leitura comum da situação dos grupos e redes de mulheres negras e de classes populares nessas regiões e reconhecimento dos elementos de identidade política entre as organizações.

RESISTIMOS – ponto alto nos consensos entre as organizações participantes, e ainda produzimos lenços, usados na Marcha das Mulheres Negras. Todo o material de visibilidade considerou a identidade visual construída para esta Ação, que inspirou os projetos gráficos.

2015 - Oficinas de comunicação - Recife: reflexão coletiva sobre relações de poder e práticas de comunicação no Brasil; comunicação como questão organizativa; visibilidade e identidade visual como política de presença do sujeito; práticas de comunicação para reforço às causas e lutas; comunicação compartilhada.

2015 - Debate público - Salvador: **A questão da participação das mulheres negras e populares e relevância de uma reforma política.** Construção coletiva da exposição da forte presença das organizações de mulheres negras e populares no Norte e Nordeste.



2016 - Seminário inter-regional – Salvador: análise de conjuntura participativa da conjuntura; análise dos efeitos sobre as mulheres negras e de setores populares no Norte e Nordeste; desafios para o agir na conjuntura na perspectiva das organizações das mulheres negras e populares.

2016 - Debate público na Biblioteca Pública do Estado da Bahia – Salvador: apresentação de leitura da conjuntura na visão das mulheres negras e populares; exposição da produção de organizações de mulheres negras e populares; intervenção político-cultural no debate (teatro invisível), elaboração de folheto, ciranda e panfletagem na calçada da biblioteca. Produção e publicação de vídeo do debate em canal próprio no YouTube.

2016 - Oficina de comunicação com mulheres quilombolas e organizações que trabalham junto a mulheres quilombolas – Recife: práticas tradicionais de comunicação; visibilidade e identidade visual como política de presença do sujeito quilombola; tecnologias de informação e desafios da comunicação das causas quilombolas; produção de vídeos.

2016 - Seminário inter-regional – Belém: Feminismo e práticas políticas nos processos de auto-organização das mulheres negras, indígenas e de setores populares, desafios do contexto para as práticas.

2016 - Ação Pública pelo primeiro ano de realização da Marcha das Mulheres Negras – 18 de novembro – Belém, numa promoção do movimento negro do Pará: conjuntura e regressão de direitos das mulheres negras e populares, intolerância e liberdade religiosa, genocídio da juventude negra, organização das mulheres negras e populares.

2017 - Encontro de Agentes dos projetos Apoiados – Salvador: reflexão sobre mudanças na atuação dos movimentos de mulheres negras e populares, e as mudanças promovidas pelas organizações em seus contextos de ação, considerando a implementação dos projetos apoiados, reflexão sobre sentido e aprimoramento da estratégia de apoio a projetos.

2017 - Oficina de comunicação com mulheres indígenas, pescadoras e quilombolas – Recife: práticas de comunicação possíveis e adequadas aos povos e comunidades com territórios ameaçados: indígenas, quilombolas e pescadoras e a luta das mulheres; desafios para comunicar as causas das mulheres nos territórios, desafios para comunicar as causas da comunidade para a sociedade. Produção e publicação de vídeos.

2017 - Encontro de avaliação – Salvador. Reflexão sobre contribuição da estratégia geral da Ação e dos encontros, oficinas e debates, para o fortalecimento organizativo de mulheres negras e de setores populares; sistematização dos caminhos possíveis para fortalecimento organizativo. e questões para aprofundamento.

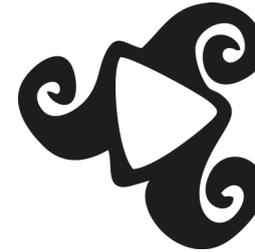


Nosso jeito de fazer nas bandas de cá

Identidade visual da Ação - simbologias



Mulheres Negras e Populares
Traçando Caminhos
e Construindo Direitos



Símbolo desmembrado de figuras pagãs africanas, simbolizando a mulher, e que, se virada, aparenta a noção da letra M de Mulher.



Símbolo desmembrado de figuras africanas, simbolizando unidade e força.

A identidade visual da Ação é a junção de vários elementos, cada desenho possui um significado, entre eles, estão



Triskle é um símbolo celta que representa movimento e equilíbrio.

Para nós, as imagens destes símbolos transmitem então as ideias de que para um *movimento com equilíbrio, na sua diversidade, é preciso unidade e força entre as mulheres negras e de setores populares.*





*Organização
e ação das
mulheres negras
e populares*



A organização das mulheres é uma ação bastante radical de resistência coletiva, potente o bastante para fazer diferença no cotidiano e ampliar a autoconfiança individual, mas também uma ação necessária à luta por direitos, por mudanças e transformações sociais.

Muito do que configura hoje a dinâmica e forma de agir das organizações de mulheres negras e de setores populares no Norte e Nordeste tem como origem a atuação das mulheres nas lutas sociais desde muitos anos, e muitas vezes em posição de liderança. Nos três anos desta Ação, em diferentes encontros e oficinas, pudemos nos perceber herdeiras, herdeiras das lutas de muitas outras mulheres, negras, indígenas, que, ao longo da formação do Brasil-colônia, resistiram, por diferentes meios, à sua dominação e buscaram a liberdade para si mesmas e para os seus povos.

É forte a certeza de que existimos hoje porque resistimos no passado. Somos herdeiras das sobreviventes. Das que sobreviveram à escravidão e ao estupro colonial, das que se rebelaram e fugiram,

das que sobreviveram à matança indígena, das que conquistaram um lugar para si e os seus nas matas, nas áreas desprezadas de antigamente, das que ocuparam terras nas periferias urbanas, das que migraram de um canto a outro, das que ocuparam sindicatos rurais para conquistar o direito à sindicalização. Somos herdeiras das que estiveram nas lutas camponesas quando nem sindicatos existiam. Dessas somos herdeiras de formas do pensar, do fazer e agir que ainda estão presentes. Herdeiras de suas práticas.

Somos beneficiárias das conquistas de outras organizações e lutas das mulheres no Brasil. É o caso das organizações criadas por mulheres que lutaram pela abolição da escravatura, pela República, pelo direito universal das mulheres à educação e instrução pública, pelo direito ao voto, por políticas de saúde pública, pela igualdade de direitos, contra a ditadura militar, pelo socialismo, enfim, nos beneficiamos de conquistas de muitas organizações de mulheres de vários matizes políticas e composições, que de alguma forma nos permitem trilhar hoje caminhos abertos pelas lutas de ontem...



Mas, no caso das mulheres negras e populares, a historiografia, geral e feminista, ainda lhes deve muito: mulheres, lutas e organizações negras e populares ainda seguem ‘apagadas’ da memória coletiva e da história ‘oficial’. É justo dizer que esta situação está mudando. Pela força e empenho das próprias mulheres e alianças que constroem, a história vai sendo recontada e, com isto, vamos recontando o país, trazendo a público a presença e ação de sujeitos políticos que estavam lá, mas foram ocultados.

Contudo, ainda estamos às margens da historiografia oficial e a historiografia feminista brasileira está ainda muito referenciada pelo que ocorreu no centro-sul do país, entre as mulheres das classes médias e majoritariamente brancas. Há muito por ser desvelado e conhecido. Por conta desta consciência, iniciamos, em abril de 2015, o primeiro momento de intercâmbio dessa Ação ‘puxando pela memória’. No seminário inicial, apontamos os momentos mais relevantes da trajetória da organização negra e popular no Norte e Nordeste, com destaque para o

surgimento das organizações de mulheres e sua ação. Foi um momento concentrado na rememoração, na recordação, nas reminiscências. Este foi o caminho para promover entre nós (re)conhecimento de nós mesmas. Pois, se, para os movimentos, a memória coletiva é um saber que fortalece sua presença pública, no caso das mulheres, mais ainda: para as mulheres ‘estar em si’ é um desafio, vez que somos muito demandadas a estarmos a serviço do outro: filhos, família, vizinhança, igrejas, movimentos...



Ecoss do primeiro encontro

Estamos fazendo um resgate da nossa história de lutas, mas também do nosso passado, para buscarmos nossas raízes, que foram abafadas pelo machismo e pelo falado desenvolvimento: curandeiras, parteiras, índias etc. Estou me vendo nessa história da qual tenho feito parte da reconstrução, saindo fortalecida daqui.

Nilma Bentes, Cedenpa

A contribuição [desse exercício de memória] é exatamente ver juntas a diferença que há entre nós de forças, saberes e aprendizados que fortalecem os grupos, redes que se apoiam.

Elisa Ramos, Organização das Mulheres Indígenas de Pernambuco

A gente vai aprendendo nessa roda de mulheres a ir fazendo movimentação social e dando sentido a nossa luta.

Luciana Barbosa, Rede de Mulheres em Articulação na Paraíba

Do que trouxemos, cada uma na sua bagagem – fotos, camisetas, jornais, folhetos, livros –, construímos juntas uma exposição e partilhamos, cada qual de seu canto, objetos da memória. A exposição foi aberta ao ‘público’ de organizações e militância de Salvador, local onde estávamos, de modo a dar visibilidade aos feitos das mulheres, pois uma política de presença é sempre necessária aos grupos que são colocados como ‘ausentes’ da vida pública comum.

Analisando coletivamente esta trajetória de organização nos estados e na região, em especial identificando as condições que facilitaram os avanços organizativos, alguns aspectos foram destacados:

As mulheres estão nos movimentos sociais do Norte e Nordeste desde sempre e por toda parte, mas avançaram muito em organização a partir do período de redemocratização do país, ao final dos anos 1980, sendo o próprio processo de redemocratização um momento de facilitação de encontros e articulação dos movimentos feministas, movimento negro e movimento sindical.



Os encontros entre mulheres durante atividades dos movimentos mistos facilitaram no passado e propiciam hoje ainda momentos importantíssimos de articulação. Para as mulheres saírem de casa, de seu território, se moverem por entre encontros e ações de movimentos mistos, é um meio de nos encontrarmos, dialogarmos e ‘arquitetarmos’ nossas lutas e estruturarmos nossa organização, sempre a partir da realidade que cada qual vivemos. Os Encontros de Negros e Negras do Nordeste, iniciados em 1981, foram um destes espaços importantes para as mulheres da região.

Os encontros de construção e articulação de movimentos mistos no campo também foram marcos apontados, como os encontros do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) e, nas cidades, os movimentos de luta por moradia e movimento popular de saúde. Lembramos também dos espaços das ações pastorais, assim como os espaços sindicais, como os da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Os processos de organização das mulheres também são

tecidos por dentro de movimentos, como é o caso do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), articulado por dentro do movimento sindical rural.

Os processos coletivos no movimento de mulheres, portanto mistos quanto a raça e mesclando setores de classe média e setores populares, também são espaços de (re)conhecimento, encontros e articulação de mulheres negras e populares, com as outras e entre si. Um marco apontado foi o processo de construção da Plataforma Política Feminista de 2002, que engendrou debates locais a partir dos quais coletivos foram se formando nessa região. Este processo possibilitou ainda a afirmação da aliança de parentescos entre mulheres indígenas e mulheres negras.

Mas há também construção em espaços próprios de algumas categorias só das mulheres, caso da organização das trabalhadoras domésticas e das quebradeiras de coco babaçu, por exemplo, que mesmo recebendo apoio aqui e ali do feminismo, movimento negro e outros movimentos, se organizaram por meio e espaços próprios, no mais das vezes, de forma solitária.



Puxando pela memória
processos nacionais importantes
na organização das mulheres no Norte e Nordeste

1988 – Processo de mobilização para a Assembleia Nacional Constituinte de 1988, destacado nas memórias das organizações do Pará, incluindo a *Carta das Mulheres aos Constituintes*, lembrada pelas organizações do Maranhão.

1994-1995 – Processo de organização política para participação na Conferência de Beijing (China), que, em vários estados das regiões Norte e Nordeste, deixou saldo organizativo importante, seja pelo surgimento de novas organizações, seja pelo fortalecimento das organizações pré-existentes, processo ao qual está vinculado o surgimento da atual Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB.

1999-2000 – Processo de organização política para participação na Conferência de Durban (África do Sul), com fortalecimento da articulação de mulheres negras e da luta contra o racismo na perspectiva das mulheres e que também deixou saldos organizativos em vários estados, processos ao qual está vinculado o surgimento da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras – AOMNB.

1999- 2009 – Os acampamentos do 8 de março das mulheres do MST na Bahia que, por dez anos, foram um espaço de formação, diálogo e articulação entre mulheres sem terra e mulheres feministas de outras organizações do movimento e da universidade.

2000 – Processo de construção da Marcha Mundial de Mulheres contra a Pobreza e Violência, lançada em 8 de março e finalizada em 17 de outubro daquele ano, somando com a ação mundial de mulheres em vários países e que resultou na permanência da Marcha Mundial de Mulheres – MMM como organização.



2000 – Processo de construção da Plataforma Feminista aprovada no mês de junho, em conferência nacional de mulheres, realizada no Congresso Nacional, cujo destaque foi conferido à articulação dos conteúdos aos debates locais para comporem a Plataforma. Estes conteúdos foram abordados numa articulação das perspectivas feministas com as questões raciais e de classe, a formulação da crítica às políticas neoliberais e os encontros presenciais que o processo promoveu, nos quais a marca foi a diversidade de mulheres: negras, indígenas, populares, sindicalistas, militantes partidárias, jovens e idosas...

2000-2015 – Processos das Marchas das Margaridas, num total de cinco neste período: uma ação estratégica das mulheres do campo e da floresta que integra a agenda permanente do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e de movimentos feministas e de mulheres e é especialmente forte nos estados do Norte e Nordeste.

2004-2011 – Os processos de organização local e debates preparatórios às conferências de políticas públicas para mulheres e de promoção da igualdade racial, em especial aquelas realizadas nesses anos;

2006 – Marcha das Donas de Casa pelo Direito à Previdência e Aposentadoria, que ocorreu em alguns estados do Brasil, culminando com uma marcha nacional em Brasília, no dia 8 de Março deste ano.

2011 – Marcha das Vadias, que passou a ser uma ação em várias cidades, nos anos seguintes.

2014-2015 – Processo de construção da Marcha das Mulheres Negras, que deixou fortíssimo saldo organizativo entre as mulheres negras em sua diversidade, do campo, da pesca, das cidades, entre a juventude e setores LGBTTT.



Presença e identidade política das organizações

No presente, muitas organizações de mulheres do Norte e Nordeste estão visíveis na arena política nacional e regional, grande parte delas com orientação feminista, articulando também a luta feminista por dentro das lutas antirracistas, por direitos e justiça social, por outra economia, por reformas estruturais no Estado brasileiro e contra a ordem vigente no mundo. Esta é uma marca da identidade política de organizações de mulheres negras e populares: todas – em maior ou menor grau, com maior ou menor nitidez de posição política – articulam em suas lutas as dimensões de classe, raça e gênero, seja por orientação política autodefinida, seja por força do lugar de mulheres negras e populares nos conflitos engendrados pelas relações sociais.

Formas organizativas

Há uma grande diversidade nas formas organizativas na região, mas muito similares a outras formas que as organizações de mulheres têm nas outras regiões do país.

São muitos grupos de atuação local: constituídos, nas áreas urbanas, por

grupos de ação na comunidade e, nas áreas rurais, por associações comunitárias em assentamentos, nas áreas de quilombo, ribeirinhas e de pesca artesanal.

Mas há outros tipos de coletivos: alguns se definem coletivos político-militantes, ou de ativistas, porém demarcam seu caráter popular, de periferia, em relação a coletivos da classe média.

Há também coletivos profissionalizados, formalizados como organizações sociais ou organizações não governamentais (ONGs).

Existem ainda os setoriais, coletivos e grupos de mulheres que são organizados por mulheres no interior de movimentos mistos quanto a sexo, nos encontros de construção e articulação de movimentos mistos no campo.

Por fim, destacamos as organizações construídas sob a base identitária do trabalho: a federação de trabalhadoras domésticas e seus sindicatos, a articulação



de mulheres pescadoras, a já mencionada organização das quebradeiras de coco babaçu; as mulheres camponesas, as produtoras rurais agroecológicas, as produtoras da economia solidária.

Complementam a composição deste grupo:

▾ As redes, fóruns e movimentos de mulheres populares, mistas quanto à raça,

alguns de abrangência local, dentro de um mesmo estado, outros de abrangência estadual e regional.

▾ E há ainda as redes e fóruns exclusivas de mulheres negras e/ou de mulheres indígenas. Alguns de abrangência local, dentro de um mesmo estado, outros de abrangência estadual e/ou regional.



Marcos do surgimento de organizações e momentos de encontros relevantes para a organização das mulheres no Norte e Nordeste:

Década 1980 – Nascem o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, a Associação de Mulheres Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande, o Grupo de Mulheres Mãe Andresa, no Maranhão. Acontece o I Encontro de Mulheres do Rio Grande do Norte e, em 1988, o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, em Valença, no Rio, com a participação de mais de 400 mulheres de 17 estados brasileiros.

Década 1990 – São criados o Grupo Maria Firmina, no Maranhão, Mãe Venina, no Quilombo Curiaú, no Amapá, e o Instituto de Mulheres Negras do Amapá (Imena). Surgem ainda a Articulação das Mulheres Trabalhadoras do Tocantins, o Coletivo de Mulheres do Calafate, em Salvador; o Grupo Mulher Maravilha, em Recife; os Fóruns de Mulheres em Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Pará, Maranhão e Piauí. Esta é a década em que surgiu também a Associação Nacional das Baianas do Acarajé, o MMNEPA – Movimento de Mulheres Negras do Pará e a Associação de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, que, em 1995, passou a ser o MIQCB – Movimento de Mulheres Quebradeiras de Coco. Como um marco desta década, foi lembrado o I Encontro de Mulheres Negras do estado do Maranhão.

Década 2000 – Criação de organizações Odara, na Bahia; Ayabás, no Piauí; Bamidelê - Organização de Mulheres Negras na Paraíba; Grupo Matizes, no Piauí; Grupo Afirmativo de Mulheres Independentes – GAMI, no Rio Grande do Norte. É a década na qual surgem redes importantes como: Rede Fulanas; a Articulação Nacional de Pescadoras; a Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba; a Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas de Tocantins e o Movimento Ibiapiano de Mulheres – MIM, Fórum de Mulheres do Araripe (PE), Criação da Rede de



Mulheres na Raça e na Cor, que hoje reúne mulheres de 12 comunidades quilombolas da região de Santarém/PA, e municípios de Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná e Alenquer.

A partir de 2010 – São destaques da memória a criação da Rede de Mulheres Negras da Bahia; Ajagum Obirim – Organização de Mulheres Negras do Rio Grande do Norte; Rede Nacional Feminista Antiproibicionista e Articulação de Resistência das Baianas na Zona Norte de Teresina.

No período da Marcha das Mulheres Negras, emergem as Redes de Mulheres Negras de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, de Alagoas; o coletivo de mulheres negras As Carolinas e a Coordenação Estadual das Mulheres Quilombolas do Tocantins.



No seminário inicial desta Ação, abril de 2015, construímos coletivamente uma visão das causas, práticas e objetivos das organizações ali presentes e aquelas que foram destacadas na memória coletiva como marcos importantes nas duas regiões. Concluímos que, seja pelas desigualdades regionais no país, seja pelas injustiças e questões que as relações sociais produzem e reproduzem, percebe-se no Norte e Nordeste um conjunto de organizações de mulheres que enfrentam problemáticas similares, desenvolvem estratégias parecidas e fazem lutas de resistência de forma semelhante, e, mais importante, reconhecem um passado

de opressão e identificam inimigos comuns no presente. Portanto, estas organizações têm muita convergência de objetivos, embora nem sempre atuem juntas ou em aliança para alcançá-los.

Todas as nossas lutas convergem para a questão de rede com a diversidade de sujeitos: setores populares, indígenas, periferia e subúrbio, quilombolas, negras, rurais, pescadoras, de Santo. Muita luta que converge e se junta em muitas ocasiões e pautas

Análise coletiva, subgrupo Bahia, Sergipe e Pernambuco

Luta contra a violência

Quando mapeamos juntas as lutas que cada organização está levando adiante, a luta contra a violência foi a que emergiu com maior força, sendo esta uma causa assumida por todas as organizações. A violência é a problemática que marca a experiência e trajetória de vida de todas as mulheres, preocupando a todas o aumento crescente do *feminicídio* entre as mulheres negras de setores populares.

Mas há nuances. A depender da identidade política da organização, a luta contra a violência algumas vezes está associada à violência no campo; em outras, à violência policial urbana contra jovens negros, em algumas ainda, à violência do agronegócio ou das forças de repressão que garantem os grandes empreendimentos em seus territórios. Em comum está a ocorrência da violência sexual, que está sempre lá, como abuso ou estupro, ou ambos, como lesbofobia ou misoginia, dentro das famílias, nas comunidades e territórios, entre povos indígenas, ou nos locais de trabalho, seja

Entre **2005-2015**, as **principais vítimas [de feminicídios] foram meninas e mulheres negras**, entre as quais a taxa de assassinatos **cresceu 22%**. **Entre as mulheres brancas**, embora o feminicídio permaneça alto, **há uma queda de 7,4% no mesmo período**. No Brasil, **mulheres negras** com idade entre 15 a 29 anos têm **2,19 vezes mais chances de serem assassinadas** do que as brancas na mesma faixa etária.

*Atlas da Violência de 2017 - IPEA/ FBSP;
Mapa da Violência 2015 - FLACSO;
Índice de Vulnerabilidade Juvenil
2017/Unesco/SNJ/FBSP.*

ele no mangue, no igarapé, na fábrica ou na 'casa de família' e, não menos importante, a violência na própria casa.



A *violência sexual* emergiu em várias dimensões e está explicada pela atitude machista dos homens que agem frente ao corpo feminino como se o mesmo estivesse à disposição deles, para seu uso, por exemplo, no sexo forçado em relações de conjugalidade; no toque no corpo de forma invasiva e não consentida; ou na exibição do próprio ‘membro’ masculino ou masturbação em presença de mulheres em locais públicos, como acontece cotidianamente nos transportes públicos urbanos, nas vielas, nas marés e igarapés... Para todas as participantes, a pior forma da violência sexual são os estupros, e pior ainda, os estupros coletivos e corretivos seguidos de assassinatos. Não são raros os casos, tanto em comunidades rurais como urbanas.

Mas são também frequentes práticas de violência que não envolvem agressão sexual, mas que são um instrumento dos homens para dominar, oprimir, humilhar e causar temor e terror entre as mulheres: variam de agressões verbais a agressões físicas, humilhações públicas, desqualificação. A *violência sexista* está compreendida como um recurso usado

pelos homens contra todas as mulheres que ousam fugir à ordem patriarcal, seja por deixarem de amá-los, seja por não mais lhes obedecerem, seja por não os desejarem sexualmente, ou por conseguirem uma renda do trabalho maior que a deles, ter mais expressão pública e legitimidade na comunidade política que eles etc. Esta violência está presente no cotidiano das mulheres que lideram as organizações do

No Brasil, em 2016, foram notificados **49.497 casos de estupros**, representando uma média de **135 estupros/dia**, 4,3% a mais que em 2015. Entre 2011 e 2016, **o número de estupros coletivos** (com dois ou mais agressores) **subiu 124%**, mais que dobrou. **Em 2016**, foram notificados 3.526 casos, perfazendo uma média de **10 estupros coletivos/dia**.

SINAN/MS 2017 e Atlas da Violência 2017 - IPEA/FBSP



campo político aqui tratado, muitas vezes, uma violência praticada por seus próprios companheiros de luta no interior dos movimentos mistos.

Há ainda a *violência policial*, orientada, em especial, para jovens negros, mas atingindo também as mulheres e suas famílias. Uma violência, às vezes, complementada ou associada com a violência de milícias ligadas a tráfico de drogas e outras contravenções. Tem forte caráter institucional, por ser perpetrada pela polícia no interior das políticas de segurança: da delegacia ao 'baculejo' na esquina de casa, nos presídios ou nas buscas de 'bandidos' nas comunidades, nas 'batidas' nos bailes, bares e festas populares.

Entre 2005-2015, os estados que apresentaram **crescimento superior a 100% nas taxas de homicídio** no período estão localizados **nas regiões Norte e Nordeste**, sendo Altamira, no Pará, o município mais violento. As regiões **Norte e Nordeste somam 22 municípios** da relação dos 30 municípios **mais violentos em 2015**.

Atlas da Violência 2017. IPEA/FBSP.

Violência territorial

No caso dos territórios em disputa, a violência toma a forma de repressão e assassinato de lideranças, entre elas, lideranças mulheres e suas famílias, filhos e filhas. Perpetrada em geral por 'jagunços' a mando de proprietários de terras, algumas vezes pelas forças de segurança nacional, em defesa dos grandes projetos de desenvolvimento nessas regiões, ou em defesa de investimentos privados, na maioria das vezes, com conivência dos poderes públicos, ou seja, governo executivo, integrantes do judiciário e parlamentares associados ao agronegócio, às mineradoras e a outros interesses corporativos.

Olhando desta perspectiva, fica a percepção muito forte que, pela força das relações sociais de classe, raça e gênero, as mulheres negras e de setores populares enfrentam hoje um cotidiano brutal marcado pela violência, um problema que em si



Em **2016**, foram **assassinados 56 indígenas**, dois a mais que em 2015, e foram registrados **106 casos de suicídio**, outro problema social que o povo indígena enfrenta.

Relatório Violência contra os Povos Indígenas do Brasil, CIMI

Entre **2011 e 2015**, foram registrados **dois assassinatos de lideranças quilombolas**, enquanto em **2016 e até outubro de 2017**, a violência contra as comunidades quilombolas chegou a **22 assassinatos**. Dos 14 registrados em 2017, **dez aconteceram na Bahia**, mais de 70% do total.

CONAQ- Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.

mesmo já é uma pauta de luta comum e é uma luta muito exigente. Esta forma de ver o problema da violência explica porque, para as organizações de mulheres dos setores populares e de mulheres negras, o enfrentamento à violência contra as mulheres só pode ser feito numa prática política e pedagógica que inclua a luta por uma vida sem violência, em todos os sentidos, incluindo, mas indo muito além da violência doméstica e familiar ou da violência sexual.

Com 60 mortes, 20% a mais que o ano anterior, **2016 tornou-se o ano mais violento no campo desde 2003**, quando **71 pessoas foram assassinadas** por lutarem pela reforma agrária e por seus territórios. Entre 2015 e 2016 houve mais de **30 ataques armados** de paramilitares e jagunços, **comandados por fazendeiros**.

Relatório dos Conflitos no Campo Brasil. Comissão Pastoral da Terra (CPT), 2016



A luta por condições de ganhar seu próprio sustento

...As mulheres dos estados do Norte e Nordeste têm história de luta conjunta que não tem como separar.

Josanira Rosa Santos da Luz,
Grupo de Mulheres Mãe Andreza-MA

Ter as condições de garantir o próprio sustento é uma necessidade apontada pelas mulheres, seja para compor a renda familiar, seja por serem as únicas provedoras da família, ou para garantir autonomia, liberdade, poder de decidir os rumos que desejam dar as suas vidas. Contudo, os contornos deste problema variam na diversidade de experiências das mulheres.

Para as mulheres nas cidades, esta situação se resolve por dois caminhos igualmente difíceis: ingressando no mercado formal de trabalho, ou seja, conquista de um emprego com carteira

assinada, ou ingressando no trabalho informal, sem quaisquer direitos assegurados ou proteção social, onde estão a maioria das mulheres negras;

A quantidade de trabalhadoras domésticas com até 29 anos de idade **caiu mais de 30 pontos percentuais** no período analisado: **de 51,5% em 1995 para 16% em 2015**. No entanto, o emprego doméstico ainda era a **ocupação de 18% das mulheres negras e de 10% das mulheres brancas** no Brasil em 2015. Já **a renda das domésticas saltou 64% nesses 20 anos**, atingindo o valor médio de R\$ 739,00 em 2015. Porém, mesmo com esse crescimento, **ainda estava abaixo do salário mínimo**, que, à época, era de R\$ 788,00.

Retratos das desigualdades de Gênero e Raça – IPEA, Março de 2017.



O **número de trabalhadoras formalizadas aumentou** entre 1995-2015: **se, em 1995, 17,8% tinham carteira, em 2015 a proporção chegou a 30,4%.**

Mas a análise dos dados da PNAD sinalizou uma **tendência de aumento na quantidade de diaristas** no país. **Elas eram 18,3% da categoria em 1995 e chegaram a 31,7% em 2015.**

Retratos das desigualdades de Gênero e Raça – IPEA, Março de 2017.

Para as mulheres no campo, o acesso à terra e à água é centro do problema, e, para aquelas que garantem seu autossustento pelo extrativismo, a questão é o acesso à pesca ou aos frutos (babaçu, por exemplo), e a defesa de seus territórios;

Para as que são assalariadas, o problema são os baixos salários, a desigualdade salarial, a ‘tercerização’, que facilita a violação dos direitos trabalhistas e rebaixa salários;

Para as que são ocupadas mas não têm contrato de trabalho formal, o problema é a luta por direitos trabalhistas e proteção social, como no caso de milhões de trabalhadoras domésticas, e também as ambulantes, as revendedoras domiciliares de produtos diversos, entre muitas outras formas da informalidade.

Para todas as mulheres em casamentos patriarcais, ou seja, aqueles nos quais o homem é o chefe da família, há mais problemas:

Em geral, nestas famílias, homens e filhos homens não dividem trabalho em casa, então estas mulheres vivem a dupla jornada de trabalho;

Para as que trabalham em regime familiar, no campo ou nas cidades, um



problema é o controle do ‘apurado’ do trabalho coletivo, muitas vezes, concentrado nas mãos do homem da casa, seja o ganho com a produção agrícola, criação de animais, ou com a pequena fábrica caseira.

Em muitas destas famílias, homens atuam para que as mulheres não tenham seu próprio sustento, como forma de mantê-las subjugadas a sua autoridade: ou se recusam a evitar gravidez, como forma de mantê-las em casa só cuidando de filhos; ou perturbam as relações no espaço de trabalho delas; ou simplesmente as ‘proíbem’ de trabalhar, por ameaças de abandono ou reprimindo violentamente as iniciativas das mulheres.

Para as mulheres negras e todas as que não são brancas, existe ainda o problema do racismo que divide e hierarquiza os postos no trabalho formal por raça/cor, segregando as mulheres negras aos piores serviços, menos valorizados socialmente e/ou insalubres, e sempre com mais baixa remuneração.

As mulheres enfrentam portanto todos os problemas da divisão do trabalho. Desde a divisão internacional do trabalho, que coloca o Brasil na sua antiga posição de fornecedor de bens primários, com baixa valorização da mão-de-obra, e ainda:

As **mulheres trabalham** em média **7,5 horas a mais que os homens** por semana. Em 2015, a **jornada total média das mulheres** era de **53,6 horas**, enquanto **a dos homens era de 46,1 horas**. Em relação às atividades não remuneradas, **mais de 90% das mulheres declararam realizar atividades domésticas** – proporção que se manteve quase inalterada ao longo de 20 anos, assim como a dos homens (em torno de 50%).

Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça – IPEA, Março de 2017.



 a divisão social do trabalho, entre proprietários e força de trabalho: que produz os conflitos no campo e nas cidades, conflitos dos quais decorrem as lutas por reforma agrária, reforma urbana, regularização fundiária, políticas agrícolas defesa dos bens comuns e luta por direitos no trabalho: previdência, proteção social, seguro defeso e salário desemprego;

O rendimento das mulheres negras foi o que mais se valorizou entre 1995 e 2015 (80%), e o dos homens brancos foi o que menos cresceu (11%). Mas, a escala de remuneração manteve-se inalterada: **homens brancos têm os melhores rendimentos, seguidos de mulheres brancas, homens negros e mulheres negras.**

Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça – IPEA, Março de 2017.

 a divisão sexual do trabalho: que está na fonte das lutas por paridade nos salários, divisão e do trabalho doméstico na família, políticas de cuidado com crianças, de saúde dos idosos, que possam liberar tempo para as mulheres viverem a própria vida;

 a divisão racial do trabalho: que impõe à maior parte da população brasileira condições desumanas de exploração, a empurra para a economia clandestina e, quando inclui no mercado formal de trabalho, o faz em geral com os mais baixos salários.

Na busca de garantir seu autossustento e o sustento de suas famílias, as mulheres negras e dos setores populares estão entre as mulheres com maiores dificuldades. Por isto, além de lutas em aliança de classe e raça com homens, promovem também muitas iniciativas voltadas exclusivamente para as mulheres: grupos de produção, de comercialização, cooperativas, iniciativas de economia solidária, tanto no campo como nas cidades.

Na maioria das vezes, em suas práticas, procuram integrar soluções imediatas



para o autossustento com valorização da organização política e luta por transformações da própria divisão sexual do trabalho e acesso aos meios de produção: a terra, o crédito, as máquinas e ferramentas, os bens comuns da natureza.

A luta por paridade na participação política

Esta é outra luta feminista que está presente entre as prioridades das organizações negras e populares de mulheres.

Expressão dessa luta é a demanda por reconhecimento das mulheres no interior de categorias profissionais concretizada nos dois TTs agregados pelas mulheres na denominação dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Hoje o movimento sindical chama-se por MSTTR.

Algo semelhante vem sendo adotado como prática no Movimento Nacional de Pescadores e Pescadoras. Trata-se de afirmar para os homens que as mulheres são parte desta classe trabalhadora, afirmar que as mulheres produzem e são produtivas, e, acima de tudo, afirmar que as mulheres têm direito à igual participação, voz e poder de definirem os rumos da organização política da categoria, assim como têm direito a ter direitos iguais aos homens da mesma categoria profissional.



No universo de 57.814 vereadores eleitos em todo o país no primeiro turno das Eleições Municipais 2016, **apenas 7.810 eram mulheres (13,4%)**. Destas, a **maioria são mulheres brancas**, 62%, enquanto as mulheres negras representam 36% (autodeclaradas pretas ou pardas). As demais declararam-se de raça amarela (38 vereadoras) e indígenas (28).

TRE/Estatísticas Eleitorais 2016.

No total de **5.568 municípios** brasileiros, **apenas 638 mulheres foram eleitas prefeitas**, representando 11,5% do cargos. **Destas, 71% eram mulheres brancas e 27% mulheres negras. Apenas uma mulher indígena foi eleita prefeita** e 23 prefeitas declaram-se de raça amarela.

TRE/Estatísticas Eleitorais 2016.

Em 2014, dos 513 deputados federais eleitos **apenas 51 eram mulheres** o que significa **9,9% das cadeiras na Câmara** dos Deputados. **No Senado, dos 27 eleitos, apenas 5 eram mulheres.**

TRE/ Estatísticas das Eleições 2014.

A **bancada federal atual**, eleita em 2014, é composta por **80% de homens brancos**. Entre os eleitos, **15,8% se declararam pardos e apenas 4,1%, pretos**. No caso das mulheres, as pardas serão 1,6% e as pretas, 0,6%, ou seja as brancas representam quase cem por cento. **Nenhum índio foi eleito.**

Portal da Câmara dos Deputados



Outra forma de luta por paridade está na organização autônoma de mulheres dentro de um campo maior de organizações. O Movimento de Mulheres Camponesas, que integra a Via Campesina, mas é em si mesmo um sujeito político. Não são ‘as mulheres da Via’. Ou a União de Mulheres da Amazônia Brasileira, que integra o movimento indígena brasileiro mas o faz em nome próprio como mulheres indígenas, mesmo que muitas de suas integrantes sejam também integrantes de organizações indígenas mistas. E ainda a Articulação Nacional de Pescadoras, que integra o movimento de pescadores e pescadoras, mas com organização própria. São caminhos para conquista de espaço, voz e poder de influir nas lutas comuns de grupos populacionais, mas reconhecendo e demarcado as mulheres como força política autodeterminada. Uma estratégia feminista, sem dúvida.

E há o engajamento de muitas organizações em campanhas de estímulo à candidaturas femininas nas eleições, mas realizadas apenas visando os contextos eleitorais. Ou seja, concorrer a eleições não é uma estratégia permanente e coletiva das organizações, mas escolha ou decisões individuais de suas integrantes a cada momento de eleição. Uma hipótese explicativa, pode estar no fato de, no Brasil, os movimentos não poderem lançar candidaturas, dos partidos, que detém o controle do acesso aos espaços de poder do Estado, mas, ao mesmo tempo, não se constituem, em sua maioria, em representação autêntica dos interesses da população, mas surgem de visões oportunistas e eleitoreiras sem programas que atendam aos anseios das mulheres negras nem das mulheres dos setores populares..



Práticas políticas e pedagógicas

...Estamos nos libertando da condição de sujeitas da complementaridade do movimento indígena misto e construindo, a duras penas, as organizações de mulheres indígenas, o espaço político específico que possibilita a reflexão de gênero entre as mulheres indígenas e de luta por direitos iguais.

Marcilene Guajajara

As práticas políticas e pedagógicas exercem muita influência sobre a possibilidade das mulheres se constituírem como sujeito político. Podem favorecer a produção de conhecimento pelas mulheres sobre suas realidades. Podem fortalecer as mulheres no enfrentamento dos conflitos derivados das relações sociais. Podem ajudar no debate e na ação cotidiana de cada uma na vida pública e privada. São portanto fundamentais nos processos de auto-organização.

Práticas potentes geram processos de tomada de consciência mais potentes, favorecem debates coletivos criativos e

críticos. Práticas fracas são esvaziadas de sentido, tendem à rotina, e podem enfraquecer a organização coletiva. Nesse processo, debatemos muitas vezes sobre práticas. Observamos coletivamente várias semelhanças.

Todas as organizações participantes deste processo conferem muita importância à prática de formação política, compreendida como base para melhor atuação das mulheres nos movimentos e espaços de articulação nos quais as mulheres e suas organizações precisam se firmar e conquistar legitimidade e respeito à sua voz. Mas o debate sobre práticas de formação foi pouco explorado, percebe-se apenas a variação entre atividades educativas, mais ou menos formais, mais ou menos participativas, mais ou menos embebidas das referências da educação popular, das formas ancestrais de formação e da pedagogia feminista. Contudo as organizações reconhecem que precisam reforçar processos de formação política.



Valoriza-se muito o uso de elementos da cultura popular para ambientação

dos espaços, integração das participantes através de cantos e danças;

☛ Há alto valor conferido ao estudo e uma política de estímulo e valorização à escolarização das mulheres e seu ingresso em cursos universitários;

☛ Algumas práticas focam aspectos instrumentais que qualificam para o trabalho ou para a política: uso de redes sociais e ação na mídia, por exemplo;

☛ São frequentes cursos e seminários com palestrantes convidadas.

No plano interno, emerge grande valorização às oficinas de identidade, prática arraigada na pedagogia feminista desde muitos anos.

☛ Um instrumento de construção de coesão em torno da categoria mulheres e para coesão em torno da identidade política mulheres negras.

☛ Entre organizações populares do campo, na reflexão sobre identidade, foram e são ainda usadas para o trabalho em torno da identidade política mulheres trabalhadoras rurais, mulheres trabalhadoras domésticas, mulheres pescadoras, extrativistas, quilombolas.

A contribuição [do trabalho educativo] nos seus territórios é, acima de tudo, para que a mulher se identifique militando por causas; quando você tem uma organização que traz discussões onde as mulheres opinam, ocorre uma identificação, um pertencimento e assim o fortalecimento de causas; não é apenas um espaço, mas um lugar onde me identifico, dou as mãos e estou ligada para garantir meus direitos individuais e coletivos.

Ligia de Jesus, Rede de Mulheres pelo Fortalecimento do Controle Social

Através do debate sobre identidade, mulheres isoladas se fazem grupo, coletivo, movimento e luta. São identidades políticas que se estruturam e de onde brotam muitas novas organizações, saberes e fazeres que estão ancorados na experiência comum das lutas e resistência contra a pressão e exploração de diferentes segmentos de mulheres negras e dos setores populares, ampliando a diversidade de identidades políticas.

A experiência de vida é em geral ponto de partida para rodas de conversa e grupos



iniciais entre mulheres, caminho ao qual se recorre com frequência como prática pedagógica de interpretação da realidade comum, sendo pela trajetória de vida que, muitas vezes, se chega à questão da subordinação das ,mulheres, ao racismo, à partilha de histórias de vivência e construção de interpretação das experiências de opressão e exploração, comuns e singulares. Na maioria das vezes, se retorna, por este caminho, ao tema das identidades políticas; em menor proporção, mas também presente, avança-se para construção de caminhos para o agir e formação de alianças com outras mulheres para a luta, defesa ou concretização de direitos.

A questão racial e o racismo estão abordados por diferentes caminhos entre as várias organizações na região, muitas vezes a partir da formação social brasileira, mas também a partir das experiências de dor e sofrimento que o racismo realiza, ou ainda pela vias do debate das atitudes nas relações interpessoais. Contudo, a imbricação das relações sociais de classe e raça está pouco debatida, o que pode levar a uma abordagem antirracista fincada

apenas no preconceito e racismo das pessoas, sem formular crítica às relações sociais racistas e à estrutura geral da sociedade brasileira, limite que preocupa muitas.

Nos movimentos em geral existe a dissonância por estarmos na disputa por questão de gênero. Precisamos avançar em algumas questões: no caso das mulheres negras, afirmar que uma mulher branca não me representa e precisamos cuidar das especificidades e particularidades; não é que eu não sinta as dores e os anseios, mas não me sinto à vontade em falar “em nome de”, mesmo sendo a questão de gênero que baliza o debate; nós não podemos repetir o que acontece no movimento social direcionado por homens; sou mulher negra de terreiro e falo; e quando alguém precisar é só fazer uma consulta e assim terá uma contribuição; assim fortalecemos a rede. Sobre a história, precisamos fazer com que se coadune com a contemporaneidade. Somos heroínas do presente, precisamos potencializar as lideranças de hoje.



*Pensar sobre a contribuição dos nossos
“griôs” que são nossos intelectuais
negros, que estão fora da academia, e
que não são reconhecidos.*

Sonia Santos, Sociedade Omolayê

As questões de classe estão presentes nos debates cotidianos, em geral, abordadas a partir de seus efeitos, a situação de exclusão de direitos e pobreza, sem enfrentar a identificação e interpretação dos conflitos. Os conflitos decorrentes desta relação social são abordados sistematicamente nas práticas das organizações que enfrentam ameaças aos seus territórios, seja em espaços urbanos ou rurais. A disputa entre modelos de produção de alimentos também é abordada em práticas que confrontam modelo da elite, o agronegócio transnacional e modelo das famílias pequenos produtoras locais.

A luta por direitos e incidência sobre o Estado é muitas vezes articulada à ação em rodas de conversa, sobre as condições do viver, sendo uma espécie de desaguador para onde escorre a pergunta: que fazer? Daí decorrem muitas práticas

de participação nas políticas públicas, seja na criação de propostas de políticas, apresentação de demandas, ou na implementação e avaliação das políticas nos espaços de Conferências e Conselhos de política e de direitos.

A dinâmica organizativa está marcada também pela participação expressiva de ampla maioria das organizações em espaços coletivos da sociedade civil: fóruns, redes e/ou articulações, seja nacional, estadual, municipal. E ainda que esta participação seja assistemática, é valor comum a importância de estar num mesmo campo de alianças, de lutas, de vivência de problemas comuns. Note-se que muitas das organizações não apenas participam, mas se colocam disponíveis e assumem espaços de direção com outras organizações, em especial nos fóruns e redes de mulheres e, em menor proporção, nos fóruns e redes e articulações mistas.

*Por estarmos em várias frentes
carregamos outra responsabilidade
de pensar e discutir as convergências.
Para transformar é necessário*



convergir. Exemplo da Economia Solidária, da Agroecologia. Temos mais essa responsabilidade de estar no movimento para fazer a discussão pra atender a convergência. Hoje precisamos fazer o inverso que é levar o saber popular pra dentro da economia, como estamos fazendo no Maranhão com a Economia Solidária; Outro aspecto muito importante é que precisamos continuar a registrar nossa história, a exemplo do que fizemos aqui com esse resgate nas regiões.

Luíza Mendes, Grupo Maria Firmina

Quanto às práticas das mulheres no enfrentamento e abordagem do problema da violência, no inventário das práticas compartilhadas nestes três anos, estão visíveis três grandes grupos de práticas:

Na dimensão pessoal, as práticas de proteção e autocuidado, solidariedade e apoio mútuo entre mulheres. Há experiências de grupos de conversa e automassagem, e são frequentes as práticas de oficinas de cuidados e beleza, cujo objetivo é favorecer a resistência à violência

racista simbólica que atinge especialmente a mulheres negras. Considerando a atuação política, há práticas de formação em proteção e segurança para militância ameaçadas de morte, e para aquelas que se enfrentam com frequência com a repressão policial, ainda que não sejam práticas generalizadas, foram muito valorizadas, pela força do contexto de estado policial e de exceção que estamos vivendo no país.

É prática recorrente, no campo e nas cidades, as mobilizações em datas específicas como 25 de novembro, e acompanhamento a casos emblemáticos de feminicídios, em geral com campanha por justiça, ou seja, prisão e julgamento dos suspeitos. A violência é pautada também e



COM OS PRÓPRIOS PÉS

(canto de autoria de Marli Fagundes, Eula Martins e Maria Monte do MPA)

**Cansei de ser domesticada
Quero andar com os próprios pés
Organizar a rebeldia
E assim deixar de ser refém**
*Mulher não nasceu pra ser escrava
Isso é coisa inventada
Pra poder nos oprimir
Já é tempo de acordar
Mulher tem o seu lugar
Vamos juntas resistir.
Mulher não é uma propriedade
Como dita a sociedade
De costume patriarcal
Precisa também se libertar
Para o mundo transformar
Derrubar o capital.
Mulher sempre foi subestimada
Reprimida e maltratada
Sem direito de dizer*



*Que ama, que sonha e que deseja
Onde quer que ela esteja
Ousadia deve ter.
Mulher nunca fuja desta luta
Pois a nossa causa é justa
Pro machismo superar
Sem construir o feminismo
Não teremos socialismo
E Igualdade alcançar.*





sempre em outras mobilizações de mulheres, como o 8 de março, e o 25 de julho.

▼ Na dimensão das políticas públicas, a prática de monitoramento da rede de serviços e da implementação da Lei Maria da Penha tem demonstrado que, realidade da vida cercada de violência, há muita insuficiência. No campo, nas pequenas cidades, nos territórios de comunidades tradicionais, esta política está demonstrando vários aspectos insuficientes: seja pela proximidade entre os agressores e poder policial local; seja pela inexistência de organismos estatais nas áreas remotas.

▼ Um desafio que está colocado é a renovação das práticas de luta das mulheres no enfrentamento à violência que possam, no longo prazo, produzir 'territórios livres de violência', uma ideia a ser melhor elaborada no coletivo mas cujas práticas pensadas apontam para o trabalho com mulheres na autodefesa, práticas coletivas de organizações de mulheres que gerem constrangimento e vergonha nos agressores...Se contudo, desresponsabilizar o Estado.

Práticas de comunicação: um desafio político e organizativo

Neste percurso de três anos, entre momentos de encontros e oficinas, a comunicação ficou afirmada como prática político-pedagógica das mais relevantes. Compreendidas por muitas como o jeito de politizar o debate na sociedade a partir das mulheres. As práticas de comunicação estão reconhecidas como valorosas para a ação das organizações de mulheres no espaço-tempo de seus territórios e relações.

▼ São formas de comunicação com as outras, de fora de suas organizações, formas de influenciar e disseminar ideias entre a comunidade próxima, formas de mobilizar e atrair novas integrantes;

▼ São formas de confrontar crenças, valores e práticas racistas, machistas, homo-lesbo-transfóbicas;

▼ Contribuem para disseminar a leitura da realidade a partir das mulheres negras e populares entre aliados/as e parceiros;

São importantes para denunciar as injustiças sociais contra as quais lutam as mulheres.

Nas práticas de comunicação, valorizamos coletivamente neste processo a importância de resgate da memória e a retomada de práticas ancestrais, em especial entre povos indígenas e comunidades quilombolas urbanas e rurais, além de estar sublinhado o desafio permanente de uso de várias linguagens, entre elas, a linguagem oral.

Há também uma presença entre as organizações negras e populares de práticas no âmbito cultural dos cantos, danças, poesia, literatura, músicas. São práticas vinculadas à resistência e fortalecimento identitário comum, muito valorizadas nas periferias urbanas e entre jovens, mas também muito tradicionais entre trabalhadoras da pesca e do campo. Presentes também entre os povos indígenas e comunidades quilombolas. Da partilha vivida nestes três anos, ficam visíveis duas tendências fortes nestas práticas:

Aquelas que procuram reorganizar a

linguagem sobre as mulheres e as formas como são representadas ou apresentadas; apontando para as novas possibilidades de sermos mulheres, afirmando as dimensões da ‘nova mulher’ que já está chegando por nós, questionando o velho modo de ser e falar de mulheres.

Aquelas que procuram e resgatam o antigo, o ancestral, que fazem resgate de cantos e danças antigas, de raiz. Neste caso, como afirmação de resistência, da ancestralidade comum e em favor da permanência nos territórios.

As tecnologias da informação antigas como o rádio, ainda são muito importantes – nas zonas remotas é o que chega algumas vezes – assim como os pequenos textos escritos, na forma de bilhete, cartilha, jornalzinho. Mas, quando a política de internet permite, a comunicação virtual é importante para aumentar e agilizar a comunicação externa e interna. E, neste caso, o mais usado são as mensagens de texto via aplicativos de celular.

Para denúncias e comunicação externa considera-se que as redes sociais são



importantes. Uma prática possível, e experimentada nas oficinas, foi a produção de vídeos artesanais e publicação em canais na net. Esta prática permite gravar o vídeo no território, e buscar sinal da internet mais próxima para divulgação, e em muitos casos de forma imediata, usando a linguagem mais acessível: oral e visual.

A lista do que compõe ‘a melhor comunicação’, que fortalece as organizações de mulheres negras e populares inclui: ser segura, estar sobre controle do grupo e ser acessível ao maior número de pessoas do grupo.

Um desafio apontado é o de ‘falar pra nós mesmas e entre nós mesmas’, ou seja, a comunicação interna ao próprio movimento e entre movimentos sociais. Falar entre nós mesmas ficou afirmado como prática estratégica para fortalecimento organizativo: ajuda todas que integram o grupo ou movimento a formularem leituras comuns em torno dos problemas e da explicação da origem dos problemas e seus agentes, leitura que é básica para se poder eleger coletivamente prioridades da ação.

Em outras palavras, a comunicação interna, o falar entre nós mesmas, é fundamental para construir consensos sem os quais o coletivo não avança. Sem falar entre nós mesmas, é mais difícil uma organização horizontal, democrática e participativa.

Mas as dificuldades de comunicação interna são muitas: distâncias geográficas e custo de deslocamento dificultam os encontros, visitas e conversas, que são formas de comunicação interna mais eficazes na construção de consensos e acordos. Tão eficazes que foram as formas de comunicação que mantiveram a resistência indígena, negra e popular nesses mais de 500 anos de país. E foi sempre a forma das mulheres construírem ações de apoio mútuo e organizar lutas, por debaixo dos panos.

Várias práticas de comunicação com a população, com forte caráter educativo, foram apresentadas e debatidas nesta Ação, algumas foram selecionadas para intercâmbio e reflexão na plenária das oficinas, destas partilhamos aqui os textos que foram elaborados para esta publicação.



Nesse processo de enfrentamento, precisamos reinventar e estabelecer novas formas de nos comunicar com a sociedade, a exemplo do teatro, as batucadas etc., lembrando que essas novas possibilidades tem um participação efetiva da juventude, junto, construindo novas linguagens.

Análise coletiva, sub-grupo Ceará,
Piauí e Rio Grande do Norte

A Mimosa ficou famosa

Liliane Carvalho, Movimento Ibiapabano de Mulheres, Ceará

O Movimento Ibiapabano de Mulheres – MIM nasceu em 2004 no processo de preparação para a I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres. Integra o Fórum Cearense de Mulheres e a Articulação de Mulheres Brasileiras. Dos nove municípios que formam o Território da Ibiapaba, o MIM tem articuladoras em seis deles. Nos seus primeiros anos de auto-organização, o MIM se estruturou com o apoio fundamental dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTRs da Ibiapaba, da Pastoral Social da Diocese de Tianguá, do Fórum Cearense de Mulheres.

O MIM integra outras organizações da sociedade civil como o Fórum Microrregional de Convivência com o Semiárido, o Território de Identidade Rural da Ibiapaba, os Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres, nos municípios de Ibiapina e de Ubajara, e o Grupo de Mulheres da Feira de Viçosa do Ceará. Não somos muitas, temos 21



companheiras mantendo uma atuação firme na defesa das frentes de luta do feminismo.

Em Viçosa do Ceará, a política local é extremamente reacionária e por isto mesmo recebe as críticas, protestos e reivindicações do Movimento. Daí se estabelece uma relação não amistosa entre ambos. Para levar as mensagens do Feminismo, o MIM costumava fazer Tribunas Livres na praça. Com uma caixa de som, um tema e algumas feministas, o assunto era iniciado, chamando o público para participar do diálogo. Mas dificilmente isto, de participar, acontecia. Os estudantes e outras pessoas, mesmo à distância, apenas acompanhavam atentamente o desenvolvimento das falas. Algumas vezes convidamos outras entidades para participarem dessa atividade. Apesar do transporte da caixa de som ser difícil, porque é pesada demais para nós, frequentemente um “cirineu” se oferecia para levá-la. Muitas vezes, rapazes embriagados, “prestativos”, faziam questão de nos ajudar.

No dia 7 de setembro de 2012, o MIM como de costume, aproveitando o “Grito dos

Excluídos”, foi à praça para falar sobre o racismo e a violência contra as mulheres, num ato que sempre realiza solitariamente.

Neste ano, foi impedido de instalar sua caixa de som no lugar onde aconteciam as Tribunas Livres. Segundo a Guarda Municipal, a “praça estava reservada e o Movimento atrapalha a cerimônia oficial”. A resistência veio de imediato! Pegamos o megafone e nos colocamos num outro espaço de frente à passagem de todas as escolas que desfilaram. Fizemos um belo protesto, criticando o autoritarismo do poder público em querer cercear nossa fala sem deixar de tratar sobre o tema escolhido naquele ano: o racismo e a violência contra as mulheres. Foi a partir desse episódio que nós, do MIM de Viçosa, começamos a pensar sobre uma alternativa que garantisse a nossa autonomia e liberdade de expressão.

Conhecendo o poder opressor desses que governam Viçosa há quase 20 anos e sabendo que ninguém “nas suas barbas” nos ofereceria apoio, resolvemos buscar outra possibilidade de comunicação. Observando as motos e bicicletas que faziam divulgação





na cidade, chegamos à conclusão de que um carrinho de picolé seria o ideal, pelo baixo custo e facilidade de locomoção, visto que a cidade é muito íngreme.

Procuramos uma pessoa especializada nesse serviço, no município vizinho de Tianguá. Foi ele que acolheu nosso projeto e o tornou real. O carrinho tem uma bateria de carro dentro dele, que é carregada na eletricidade, tem alto falante ao seu redor, entrada para CD, pendrive e microfone. Agora sim, podemos nos deslocar para qualquer lugar e falar o que queremos com autonomia e boa mobilidade!

A aquisição desse carrinho demandou um ano de campanha. Decidimos que toda a arrecadação que tivéssemos nesse período teria 70% dela destinada para a sua compra. Vários bazares foram realizados no bairro, na Feira das Mulheres Produtoras Agroecológicas, da qual fazemos parte. Vendemos chocolate quente e canja no Festival de Música da Ibiapaba, realizado em Viçosa. Fizemos bingo, rifas, vendemos camisetas...

Foi uma novidade sua apresentação na praça, junto às beneficiárias do Bolsa Família. É lá que há mais de oito anos fazemos um trabalho mensal de educação popular com as mulheres, na semana em que se formam as filas diariamente para receber o bolsa família. Antes usávamos o megafone, às vezes, ia no “gogó” mesmo, mas agora temos um som mais potente e de longo alcance. Todas podem ouvir com nitidez as temáticas que abordamos a cada dia, durante o período do pagamento do benefício. Como o carrinho está adesivado com a logomarca do MIM, ele passou a ser chamado de “MIMosa”!

O trabalho com as mulheres consiste em eleger alguns temas sobre os quais informar e conversar com as mulheres, usando como complemento folhetos produzidos pelo MIM para cada ocasião, de modo que as mulheres, além de escutarem, possam levar para casa material escrito. A comunicação é interativa, não é discurso, trata-se mais de uma conversa, com perguntas que convidam as mulheres a opinarem... a vantagem de um



som potente é que, enquanto falamos com uma numa ponta da fila, todas as outras podem escutar, e podemos ir para a frente e voltar pra trás na fila levando o carrinho, dando mais dinamismo à ação.

A Mimosa vem potencializando nossa comunicação em vários outros espaços. Todos os sábados na Feira das Mulheres Produtoras Agroecológicas, ela está lá, animando o ambiente com músicas regionais e de bom conteúdo cultural. Favorece a prática e o desenvolvimento da fala pública das mulheres feirantes, que se apresentam falando pelo microfone, divulgando seus produtos e partilhando seus saberes. Durante a feira vários temas são abordados tratando sobre as propriedades dos alimentos ali comercializados, sobre agroecologia, economia solidária, comércio justo, consumo consciente... socializamos as falas e estendemos a comunicação para quem vende, para quem compra e para quem passa pela feira.

A MIMosa já ganhou notoriedade e é requisitada para as manifestações de rua, e vai! Como é fácil de ser conduzida, qualquer pessoa pode levá-la. Já viajou para outros municípios durante os intercâmbios realizados pelo *Programa Uma Terra e Duas Águas* da ASA. Foi através dela que os grupos dançaram forró e divulgaram o Programa em praças públicas. Todos passam a gostar da MIMosa, sempre solícita, animada e lembrada!!!

A necessidade de ter um meio de comunicação alternativo, que permitisse a autonomia, mobilidade e aproximação com as pessoas, hoje materializado na MIMosa, mobilizou muito das nossas energias e criatividade, aperfeiçoando nossa capacidade de gestão, de auto-organização, diálogo e busca de parcerias.

A MIMosa facilita a comunicação externa, a divulgação e popularização do feminismo, o desenvolvimento da fala pública das mulheres e visibiliza o movimento. Ela chama atenção por onde passa e cativa todos!

Blitz Étnica

Bamidelê – Organização de Mulheres Negras na Paraíba

A Bamidelê - Organização de Mulheres Negras na Paraíba é uma ONG composta por feministas negras, criada em 2001, que tem como missão contribuir para a eliminação do racismo e do sexismo, visando a efetiva implementação dos Direitos Humanos da população negra do Brasil, em especial da Paraíba. As ações da Bamidelê objetivam o fortalecimento da identidade negra e autoestima de mulheres negras, a organização política e a garantia da implementação de políticas públicas que considerem as demandas e necessidades da população negra, sobretudo das mulheres negras.

A Bamidelê pauta sua ação a partir da perspectiva feminista negra, que, de acordo com Patrícia Hill Collins, refere-se a “Um conjunto de experiências e ideias compartilhadas por mulheres afro-americanas que oferecem um ângulo particular de visão do eu, da comunidade e

da sociedade [...] ele envolve interpretações teóricas da realidade de mulheres negras por aquelas que a vivem”.

Em 2009, a Bamidelê – Organização de Mulheres Negras na Paraíba realizou a primeira versão da Campanha de Promoção da Identidade Negra na Paraíba: Moren@, não. Eu sou negr@!, objetivando contribuir com a valorização da população negra, por meio do reconhecimento da origem racial e a afirmação da identidade negra deste segmento populacional, como também ampliar o debate junto à sociedade sobre as relações raciais e a permanência do racismo, sobretudo, a necessidade da implementação de políticas públicas que promovam a equidade racial. A campanha foi composta por diversas peças publicitárias, dentre elas vídeos com depoimento de seis personalidades negras do estado, quatro mulheres e dois homens. Em razão do excelente êxito, a campanha se tornou permanente e, no ano de 2015, alcançou sua 4ª Edição com a realização do I Prêmio Estadual de Fotografia “Mulheres Negras em Foco: Um clique contra o racismo”.



Dentro das ações da Campanha e com o objetivo de levar informações às pessoas sobre a importância da afirmação da identidade negra na luta pela superação do racismo, de uma forma mais atrativa, acessível e lúdica, criamos a “Blitz Étnica”. Trata-se de uma incidência pública que se contrapõe ao que ocorre cotidianamente com a juventude negra, que tem os direitos violados nas blitz policiais. É uma contraposição às blitz que são realizadas pela polícia, em que negra(o)s, principalmente os jovens, são abordada(o) de forma truculenta, desrespeitosa e abusiva.

Consideramos importante atingir o maior número de pessoas com informações para que mudem a mentalidade sobre os estereótipos construídos sobre a pessoa negra em nosso país, uma vez que ser negro, jovem e do sexo masculino pode ser perigoso. Pois este é o “perfil” que motiva a abordagem policial. Historicamente, o jovem negro tem sido considerado suspeito, um “bandido” em potencial, em função de tais características. E o que determina essa “desconfiança policial” é a permanência

de um racismo institucionalizado e naturalizado em nossa sociedade, que torna o jovem negro mais vulnerável a diversos tipos de violências e violações de direitos, que vão desde essa “natural desconfiança” à negação de uma vaga no mercado de trabalho ou ao assassinato, por exemplo. Nesse sentido, a Blitz Étnica é uma ação realizada em espaços com grande circulação de pessoas, a exemplo de mercados públicos, terminais rodoviários e ferroviários, praças, feiras livres, seguindo o modelo de uma “blitz convencional”, no sentido de “parar” as pessoas. Contudo, nesta ação é feita uma abordagem positiva e respeitosa com as pessoas que estão sendo paradas. É uma abordagem educativa e lúdica em que são trabalhados conteúdos informativos, educativos e positivos sobre a população negra, a defesa dos direitos humanos, e são visibilizados dados sobre o racismo no Brasil e na Paraíba, utilizando-se de imagens, músicas, poesias, expressões afro-culturais e esquetes teatrais.

Por considerar que a “Blitz Étnica” é uma ação que chama a atenção das pessoas, atinge grandes públicos e permite a



interação, desde 2010, a Bamidelê já realizou algumas versões, pautando sempre uma questão específica:

em 2010, foi realizada com o objetivo de divulgar as Campanhas de “Afirmção da Identidade Negra na Paraíba” e “No Censo 2010 – Afirmo Sua Negritude: Morena(o), Não. Eu Sou Negraa(o)”, realizadas em terminais de ônibus, trens e mercado público de João Pessoa;

no ano de 2011, objetivando ampliar a divulgação sobre o modelo de Cotas, que recentemente tinha sido aprovado na Universidade Federal da Paraíba – UFPB, realizamos em diversas escolas públicas, no intuito de incentivar a(o)s aluna(o)s para

o acesso a tal política. Neste ano, a “Blitz Étnica” teve como mote: “Cotas: Um direito Seu”;

e em 2015, considerando a conjuntura política do Brasil, o tema foi “Pelos Direitos da Juventude Negra e Contra o Golpe” na Feira Livre da cidade de Guarabira e com o mesmo tema, realizamos em João Pessoa (comunidade do Timbó), com jovens integrantes do Projeto “Ei! Não tá tudo bem!”. Por fim, vale destacar que, em todas as versões realizadas, contamos com a parceria dos movimentos sociais (negro e de juventude), e de grupos organizados da localidade em que a ação foi desenvolvida, além de contar com o apoio de financiadores, uma vez que colocamos essa ação em nossos projetos.



Comunicando o território pesqueiro com arte...

Articulação Nacional de Pescadores

Existem modos no marketing e propaganda de produzir arte e de comunicar. Estes modos estão baseados em normas e padrões que, muitas vezes, impedem que efetivamente seja comunicada a mensagem que queremos passar. O supostamente adequado muitas vezes não é suficiente ou ainda é pouco eficiente e na estratégia de comunicação. Quando isto acontece, é necessário que o artista tenha coragem de romper com regras e padrões; esta coragem é muito presente nos trabalhos do artista que tem emprestado seu talento para comunicar o movimento, seus projetos e ações.

Nós, as pescadoras e os pescadores, podemos até não dominar alguns instrumentos e técnicas de linguagens artísticas padrão, mas sabemos dizer como queremos que a arte comunique nossa identidade, nossa tradição e nossa cultura... e assim o fizemos, especialmente no processo de criação da marca da Campanha

Nacional de Regularização dos Territórios Pesqueiros, instrumento jurídico que buscar proteger e delimitar para uso preferencial das pescadoras e pescadores os territórios de pesca.

Em primeira instância a coordenação nacional do movimento demandou a Gilmar Rodrigues – educador popular e artista popular, que fosse feita uma logomarca para a Campanha Nacional de Regularização e Proteção dos Territórios Tradicionais, com base em alguns elementos como atividade profissional e tradição

Três versões da logo foram construídas e as mesmas circularam nas reuniões estaduais, várias opiniões chegaram dos estados, os pescadores e pescadoras que, aparentemente não entendem de arte, contribuíram na construção. Homens e mulheres que muito entendem de seus territórios pesqueiros tradicionais expuseram a importância dos elementos que fazem parte de sua história e de sua vida.

Para a proposta inicial fizemos algumas análises e contribuições, e tivemos





Mulheres negras e populares do Norte e Nordeste:
experiências que se entrelaçam

debates fortes com o Gilmar, ele com suas preocupações e nós com as nossas, num enfrentamento grande do que era bom e adequado para uma marca. Questão de diferenças de concepção....

Nosso olhar das três propostas de arte que ele nos oferecia era que estavam ‘pobres’, não traduziam a riqueza que queríamos. Para nós, a marca da campanha teria que ser capaz de mostrar para as pessoas toda a riqueza que existe no território tradicional de pesca: tem que ter manguezal, cultura, gente, produção, pescados, lazer, crianças...

O Gilmar contra-argumentava: “Gente, essa logo vai ficar muito cheia de informação! Vai dificultar a comunicação! O ideal é que uma marca não seja carregada! O ideal é que a marca transmita a mensagem de forma clara e rápida”.

Para nós, era importante todas as informações que pedíamos. Ainda que fossem muitos elementos. Na nossa visão, não era muita informação nem dificultaria a comunicação. Ao contrário, as pessoas iriam acessar a diversidade e a riqueza de nossos territórios... As pessoas precisam saber que nosso território é rico e diverso, que temos qualidade de vida, que a lua nos orienta, precisam compreender a importância dos manguezais...

O artista produziu mais duas novas artes com as contribuições das pescadoras e pescadores e, na reunião seguinte da coordenação, foi ‘batido o martelo’ sobre a marca que atendia a nossa necessidade de comunicar na Campanha a importância de defender a riqueza dos territórios pesqueiros. A cor ficou azul, cor da bandeira do Movimento de Pescadores e Pescadoras.



Comunicando no trem... para viver sem violência

Ildete Mendes, Fórum de Mulheres do Rio Grande do Norte

A luta pelo fim da violência contra as mulheres sempre foi uma das lutas mais presentes no Fórum de Mulheres do Rio Grande do Norte. Durante toda a sua existência, 23 anos de luta, temos atuado, tanto na luta pela implementação das delegacias da mulher, na luta por orçamento público para as políticas públicas para as mulheres em situação de violência e temos também realizado monitoramento político dos serviços, através das Blitz. Também temos atuado frente à sociedade, com vigílias pelo fim da violência contra as mulheres e outras ações de rua.

Nestes últimos anos, de 2014 para cá, o Fórum de Mulheres do Rio Grande do Norte tem realizado uma ação de comunicação direta nos trens interurbanos e ônibus urbanos, dialogando com a população sobre violência doméstica e a Lei Maria da Penha, bem como compartilhado conhecimentos

de instituições que trabalham na proteção e garantia dos direitos das Mulheres.

A ação toma a forma de uma campanha que tem como objetivo levar informação à mulher e ao homem da periferia da cidade do Natal e à grande Natal sobre a violência doméstica e a Lei Maria da Penha, bem como o conhecimento dos equipamentos sociais na garantia dos direitos das Mulheres e ocorre em datas importantes da luta feminista. Geralmente no 8 de março e no 25 de novembro, dia de luta pelo fim da violência contra a mulher.

Para realizar esta ação, o Fórum de Mulheres do Rio Grande do Norte convidou, para somar, as companheiras do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e da Secretaria Municipal dos Direitos das Mulheres, que se tornaram parceiras, principalmente em relação a cobrir custos com o material entregue às mulheres e homens, nos ônibus e trens na cidade.

A iniciativa surgiu diante dos dados e estatísticas de que as Mulheres de periferia são pouco informadas em relação às várias formas de violência, são as maiores vítimas, e a partir das experiências das promotoras

legais populares do Fórum RN. A ideia desta ação é fazer chegar à população, através das militantes feministas do Fórum de Mulheres, informações acerca da situação da violência contra as mulheres.

A prática de comunicação direta possibilita o diálogo com as pessoas. Em cada vagão, falamos dos temas e observamos o interesse e participação dos ouvintes. Esta é uma prática bem gratificante na medida em que temos contato com a população e retorno favorável de situações resolvidas. Também porque torna possível denunciar e dialogar sobre a situação de violência e quebrar com o ditado de que em “briga de marido e mulher, não se mete a colher”.

Como fazemos? Nos preparamos antes, nos reunindo entre nós para afinar o nosso discurso, para afinar a nossa compreensão acerca da violência, organizar as informações que queremos passar e as denúncias acerca da falta de investimento nas políticas públicas voltadas para o enfrentamento à violência, a carência da rede de serviços e sobre como é importante que a população se mobilize junto com o movimento nesta luta. É um momento para

‘afinar a viola’. Para que cada uma que vai participar da ação saiba o que vai dizer e o que responder de acordo com as perguntas e a interação das pessoas conosco.

Para a intervenção, nos dividimos em grupos e partimos para a ação. Entramos no trem, fazemos uma fala inicial, nos apresentando e dizendo por que estamos ali. Vamos passando de vagão em vagão, conversando com as pessoas, entregando os panfletos e fazendo uma escuta coletiva. Descemos na estação e subimos para outra. Assim também fazemos nos ônibus. Vamos mudando de linha de ônibus, dando o mesmo recado para a população.

Na maioria dos vagões e dos ônibus, sentimos muita receptividade principalmente das mulheres. Mesmo que, de vez em quando, haja piadas machistas e incômodo principalmente dos homens presentes. Escutamos depoimentos como:

- Nossa, meu marido me xinga o dia todo mas eu não sabia que era violência.
- Essa lei é muito falada, mas difícil de punir o homem .
- Ele me batia muito e agora que tomar meu filho, o que posso fazer???



Na medida em que os questionamentos, dúvidas e depoimentos são colocados, de acordo com isto, damos orientações para que procurem a rede de proteção e instituições que possam resolver os problemas e situações por elas/eles vividas.

A iniciativa se torna exitosa no momento que conseguimos atingir um público diversificado, dando visibilidade à violência contra as Mulheres bem como ao seu enfrentamento, tendo em vista que no Rio Grande do Norte temos visto

o quanto a violência contra as mulheres tem crescido nos índices, ou talvez esteja sendo mais visualizada. Os feminicídios têm aumentado. Só em agosto de 2016, 11 Mulheres foram assassinadas em 11 dias.

Acreditamos que ações como esta são uma forma de contribuir muito no combate à violência contra nós, mulheres, comunicando, informando e chamando para a luta, pois viver sem violência é um direito de todas as mulheres.



Relações sociais

Entendemos como **relações sociais** aquelas estabelecidas entre grupos sociais com interesses totalmente opostos, ou seja antagônicos, a exemplo das relações sociais entre as classes, entre os gêneros e entre as raças/etnias. São relações de poder, que engendram e estruturam a ordem social no seu todo, consolidando privilégios coletivos, dividindo e hierarquizando o valor do trabalho, concentrando riquezas para uns grupos e gerando pobreza para outros, garantindo livre acesso aos espaços de poder do estado para uns grupos e interditando outros a terem direito à voz e participação política. As relações sociais se realizam por conflito entre dois ou mais grupos, e por solidariedade entre os sub-grupos de um mesmo grupo. Por exemplo, nas relações de sexo/gênero, o grupo ‘homens-hetero-machistas’, independente de diferenças de classe, etnia e raça/cor entre eles, se unem e se opõem ao grupo ‘mulheres-LGBTT’. Nos conflitos das relações sociais de classe, diferentes sujeitos coletivos populares se solidarizam em lutas contra inimigos comuns, e vice-versa, diferentes grupos da classe dominante se unem para bloquear avanços das forças populares. O mesmo acontece nas relações sociais entre raças/etnias, ou seja, conflitos entre grupos da população branca e grupos da população negra; ou ainda entre grupos étnicos dentro de um mesmo país, no caso de países como Índia e alguns países africanos.

Relações sociais e trajetórias de vida

É importante destacar que a trajetória de vida singular de cada pessoa e as relações interpessoais que viverá serão e são sempre constituídas e delimitadas pelas relações sociais de seu tempo-lugar, pois nossa vida acontece dentro destas relações. Isto vale para nosso corpo e a vivência da corporeidade, somos corpo que se encarna, se emociona, se forma, se coloca e se contorce, nestas relações sociais. Nossa



experiência de vida e lugar no mundo está muito fortemente delimitada pelo lugar de classe, raça e gênero que ocupamos nas relações sociais. No plano individual, da pessoa, as relações sociais se materializam na construção do EU de cada pessoa e na singularidade da trajetória de vida de cada uma. Enfim, as relações sociais delimitam muito das condições objetivas e subjetivas de nosso viver: as leis, crenças, costumes, valores, estrutura do mercado de trabalho, controle e produção científica, usos e formas de exploração das pessoas, de seu corpo e energia vital, controle e acesso aos bens comuns.

Identidade política

Nas práticas políticas dos movimentos sociais a partir dos anos 1970, a questão da *identidade política* torna-se uma referência importante e hoje ainda mais, dada a grande pluralidade de sujeitos políticos. Adotamos o conceito de identidade política para nomear as identidades construídas a partir da experiência comum das lutas e reflexão crítica das características da exploração e da opressão dos sujeitos nos seus contextos e tempos. Essas identidades portanto não são natas, não definem o todo do que é uma pessoa, não existem fora da política e somente ganham sentido na política e nas lutas por direitos, pois são importantes para guiar a ação política de um grupo oprimido, no nosso caso as mulheres negras e de setores populares. As identidades políticas são relevantes também para o processo de confrontação com a ideologia. Por IDEOLOGIA, denominamos os elementos socialmente dados sobre a visão das pessoas, mulheres, negras, pobres, de periferia etc. e as distorções produzidas na visão e percepção da própria realidade. Trabalhando as identidades políticas, as pessoas em situação de opressão e exploração, em situação de negação do direito a ter direitos, constroem uma nova e melhor visão de si, percebem seu lugar nos conflitos das relações sociais e olham criticamente a ideologia dominante e seus vários elementos, entre eles, o machismo e o racismo.



*Feminismo nos
movimentos de
resistência das
mulheres*



Foi na América Latina onde emergiu a ideia do feminismo como um pensamento crítico e prática política. Esta ideia parece potente para nos estimular a compreender e explicar o feminismo, para nós mesmas e para os outros. Esta ideia está na base dos debates sobre feminismo que realizamos nestes três anos desta Ação, na qual esta concepção de feminismo sustentou a proposta metodológica que articulou momentos de autorreflexão sobre a experiência das mulheres, momentos de troca sobre concepções e críticas ao pensamento feminista e momentos de debate das práticas políticas, sua potência e limites no presente.

Dialogando com esta ideia de feminismo – como pensamento crítico e prática política - podemos explicitar uma compreensão do feminismo, válida para nós até o momento, e que contém os seguintes aspectos:

👁 Como pensamento crítico, o feminismo não pode ser doutrina, que ‘se aprende a recitar’. Para ser crítico, um pensamento deve ler criticamente a experiência situada das mulheres pelo mundo afora e em

diferentes momentos da história. Além de que, um pensamento crítico precisa ser visto e se colocar como pensamento que tem sua própria história e contexto. O feminismo é sempre pensamento e prática política situada na história e nas circunstâncias nas quais foi/é elaborado e vivido pelas mulheres;

👁 Para ser crítico, este pensamento necessariamente deve ser também *autocrítico*, de modo a acolher novas contribuições de mais e mais mulheres que desenvolvam críticas às condições de seu viver nas suas sociedades (tempo-espço de seu pensar crítico) e desenvolvam críticas ao próprio pensamento feminista, ou seja, o pensamento e a prática política feminista se renovam constantemente pelo novo que é pensado e pelas práticas renovadas em cada situação onde as mulheres instalam a luta feminista;

👁 Novas contribuições das mulheres ao feminismo instalam novas contradições no ‘corpo’ do pensamento crítico feminista e de sua prática, e quando estas contradições

são enfrentadas no debate entre feministas, o conjunto do pensamento crítico feminista se renova, ganha em capacidade de explicar melhor as diferentes condições do viver das mulheres na sua diversidade de experiências; a prática política feminista, quando confrontada criticamente, também se renova, e se torna mais potente para responder aos desafios do presente em cada contexto;

▾ Sendo prática política, é desta fonte, a prática, que emerge o pensamento, ou seja, o pensar crítico nasce da ação das mulheres, que são o sujeito da prática, e a ação das mulheres está sempre situada em um contexto, espaço-tempo-lugar;

▾ O pensamento já consolidado nasceu de práticas passadas e orienta práticas presentes, mas se renova com o pensar crítico a partir das práticas no presente;

▾ Além disso, pela diversidade de situações vividas pelas mulheres na história e nos mais diversos lugares do mundo, não há uma mesma prática em todos os lugares, mas muitas práticas feministas, que podem

até ser complementares ou contraditórias, mas serão sempre diversas;

▾ Nascendo da prática, podemos dizer que todo feminismo nasce da luta das mulheres, fundada numa experiência comum em um momento da história e num dado território com contexto particular;

▾ As práticas das mulheres se fazem por dentro das relações sociais de classe, raça e gênero, porque cada mulher está sempre situada numa classe, nas relações raciais/interétnicas e nas relações de gênero. Desta forma, as práticas feministas estão situadas num momento histórico e num território/contexto de luta e resistência das mulheres;

▾ Por fim, na tradição de pensamentos críticos, prática e pensamento são inseparáveis, a prática precisa de um pensamento crítico que a oriente e o pensamento crítico só nasce de uma prática concreta. Ou seja, sem ação e luta das mulheres não existiria o feminismo nem como prática nem como pensamento crítico, nem no passado, nem no presente.



Por muito tempo, a referência de feminismo foi uma só: o feminismo surgido nos anos 1970 entre mulheres europeias e norte-americanas, cuja prática e pensamento refletia as problemáticas vividas naqueles contextos. As práticas e ideias ali desenvolvidas são válidas e usuais em várias partes do mundo, mas a transposição pura e simples deste marco referencial de feminismo para outros contextos está hoje questionada como prática, pois é insuficiente para explicar a diversidade de situações vividas pelas mulheres e insuficiente para orientar as diversas práticas de luta necessárias aos diferentes contextos da luta feminista, embora, como todo pensamento crítico, explique muitos dos problemas vividos pelas mulheres ainda nos dias de hoje.

Desde muito tempo, a prática e o pensamento feminista estiveram sendo criados e recriados, elaborados e reelaborados, por diferentes 'fontes', por mulheres individualmente, por coletivos de mulheres, seja na perspectiva de classe, na perspectiva do antirracismo, pelas mulheres negras e indígenas e pelas latino-americanas e também pelas mulheres

de outros continentes. Hoje muitas mulheres, todas sujeitos do feminismo do presente, concretizam várias expressões e experiências de feminismo no mundo: o feminismo curdo, o feminismo na Índia, nas Filipinas, na África, na América Latina.

Contudo, devemos sempre destacar que, embora a luta das mulheres sempre tenha acontecido – porque os oprimidos são sujeitos e não apenas vítimas, e as mulheres resistem há muito tempo, o tempo todo e ao longo do tempo – o feminismo ganhou visibilidade no mundo, como movimento criado, constituído e liderado por mulheres e como força política das mulheres, no anos 1970, a partir da visibilidade alcançada nas lutas do feminismo das mulheres na Europa e Estados Unidos. A partir deste momento, pelo menos na história ocidental, podemos falar de um movimento de mulheres que organiza lutas e articula espaços de encontros entre coletivos feministas para debate e acordos sobre os rumos da luta, promove intercâmbios e debates, confronta visões divergentes no interior do próprio feminismo, articula ações de solidariedade e se internacionaliza. Ou seja, a partir deste momento, além de prática



política e pensamento crítico, podemos falar do feminismo como um movimento.

Nos anos 1970, estavam presentes debates feministas, lutas feministas e produção de pensamentos críticos feministas em outras partes do mundo, para além dos EUA e Europa, embora com pouca ou nenhuma visibilidade, no Brasil, inclusive. Só recentemente registros da época ganharam força, visibilidade e centralidade no feminismo: o pensamento e práticas do feminismo negro e do feminismo lésbico são exemplos.

Esta diversidade de ação das mulheres no interior do feminismo, com distintas perspectivas críticas e partindo de diversas experiências historicamente situadas, consolidou a crítica ao universalismo da categoria homem, elaborada pelo feminismo europeu e norte-americano, e instalou a crítica ao universalismo da categoria mulher, que também não pode ser universal. As feministas socialistas denunciaram que a experiência de opressão da mulher branca europeia da aristocracia e da burguesia não é a mesma experiência da mulher branca europeia camponesa ou operária e

apontaram para a desigualdade de classe entre mulheres. No Brasil, nos Estados Unidos, nos demais países ex-colônias latino-americanas, nos países da África e na Índia, as mulheres negras e indígenas denunciaram a desigualdade entre as mulheres brancas e as *outras*, não-brancas, apontando para diferenças nas formas de domínio patriarcal, que variam por classe e raça.

Assim, com centenas de anos de luta das mulheres sendo resgatados e sistematizados, com o pensamento feminista, que tenta explicar a situação das mulheres, sendo continuamente criticado, problematizado e enriquecido, assumimos a ideia de que o conjunto do feminismo, em sua diversidade, compreende formas comuns de opressão sobre as mulheres em pelo menos quatro campos da vida:

- no mundo do trabalho;
- nas práticas políticas e nos sistemas políticos dos países;
- no controle e exploração do corpo e sexualidade das mulheres, incluindo a reprodução biológica;
- e no uso da violência como instrumento de dominação dos homens sobre as mulheres.

Ao que parece, estes são campos de 'controle' comuns ao sistema de dominação das mulheres. Mas, destacamos, mesmo sendo 'campos' comuns, a experiência de opressão e formas de exploração vividas pelas mulheres, variam por raça, classe e contexto sócio-histórico, pois o sistema de dominação também varia no espaço-tempo da história.



SEPARADAS PELO RIO

Rosalva Silva Gomes

*Separadas pelo rio,
unidas pelo grande mar,
um mar de luta,
um mar de pauta ,
um mar de querer,
distintas pela cor, igualadas pelo amor,
o amor à vida, o amor da causa, o amor e a dor.
Quando se quer ser mulher,
e se entende o que quer
a busca, às vezes, dói.
Quando se quer ser mulher,
e se decide o que quer
a luta constrói.*

*Separadas pelo Rio
Unidas pelo um só sonhar
A liberdade, a igualdade
O mesmo amar.
Quando se quer ser mulher,
e se entende o que quer
a busca, às vezes, dói.
Quando se quer ser mulher,
e se decide o que quer
a luta constrói.*

Laralarara .

Os debates entre nós

No seminário inicial de 2015, quando ‘puxamos pela memória’ e resgatamos para nós mesmas os marcos da organização e das práticas das mulheres no Norte e Nordeste, realizamos um exercício de identificar o que nos une e caracteriza como mulheres negras e populares, e o que nos diferencia das outras mulheres nessas regiões e no interior do feminismo brasileiro. Ali destacaram-se alguns aspectos comuns a todas as mulheres feministas: a crítica à situação de subordinação aos homens, a disposição de resistir e lutar por mudanças, o interesse pela democracia, pela igualdade de condições de participação na política e a luta contra a violência sexista (de gênero).

Quanto ao que nos diferencia, ficou fortemente destacado que, no cotidiano, as relações de classe e o racismo impõem às mulheres negras e de setores populares experiências inteiramente distintas das mulheres brasileiras brancas de classe média alta ou da burguesia: a vivência da pobreza, a violação de direitos fundamentais e negação

do ‘direito a ter direitos’. Ficaram apontadas também especificidades como a vivência da negritude e vivência de ser povo indígena, que trazem outras visões de mundo, distintas do “eurocentricismo judaico-cristão”, colocam a valorização da ancestralidade, de outras linguagens e línguas, bem como da relação com a natureza.

Naquele seminário, apontamos ainda que o contexto de vida das mulheres negras e populares no Brasil, com algumas particularidades no Norte e Nordeste, impõe ainda um conjunto de lutas que são do interesse das mulheres dos setores populares e das mulheres negras, e que não são abraçadas por outros setores do feminismo: a luta por territórios; a luta contra o genocídio dos jovens negros, travada pelo movimento de mulheres negras, no campo e nas cidades; pela reforma agrária e pela reforma urbana; a luta contra a pobreza; contra os grandes projetos de desenvolvimento e a busca por alternativas econômicas solidárias e que garantam um ‘bem viver’; a luta contra o agronegócio e pela agricultura familiar agroecológica; as lutas por direitos sociais,



como o SUS de qualidade, assistência social, educação pública e gratuita, políticas de promoção da igualdade.

Essas vivências de opressão, de exploração, no passado e no presente, e estas lutas e causas do presente diferenciam as

organizações de mulheres negras e de setores populares, e seus/suas aliadas(os), no interior do feminismo. Esta diferença explica as palavras-chave que se destacaram ao apontarmos as forças das mulheres negras e populares no Norte e Nordeste: *resistência e resiliência*.

Resistência e resiliência

Adotamos a ideia de que, no plano coletivo, *resistência* é sempre um movimento de resistência, nunca uma atitude passiva. Os movimentos de resistência aglutinam pessoas e organizações que atuam juntas e somam esforços para resistir a uma situação de invasão do território ou usurpação do poder por um grupo ou uma autoridade, ou resistir a uma prática de exploração do próprio grupo. Fala-se, assim, da *resistência à ditadura*, *resistência dos povos indígenas à colonização*, *resistência da população negra à escravização*. Às vezes, o próprio feminismo é apontado como um movimento de resistência das mulheres à sua opressão.

No plano individual, também se usa resistência para nomear a disposição e capacidade de pessoas, em situações muito limitadas, conseguirem desenvolver práticas individuais para sobreviver com a situação que não podem mudar. No plano individual, resistência é uma atitude oposta à acomodação, e é chamada de resistência passiva, ou seja, mesmo de forma passiva oferecer resistência, não se deixar levar facilmente... Às vezes, no uso individual deste conceito, resistência se confunde com *resiliência*, que significa a capacidade das pessoas de se refazerem de situações difíceis. A resiliência ajuda a pessoa a não sucumbir, não se afundar numa situação, e por isto contribui para que a pessoa possa criar estratégias de resistência individual. A ações de resistência e a resiliência são práticas que podemos aprender e desenvolver para usar como recurso em várias situações de nossas vidas.



Mulheres negras e populares do Norte e Nordeste:
experiências que se entrelaçam

Nos seminários realizados em 2016, o tema da experiência comum esteve em foco, em um momento através da memória da casa de infância (Salvador, primeiro semestre) e em outro momento através de grupos de reflexão (Belém, segundo semestre). Nos dois momentos, emergiram muitos aspectos comuns na diversidade de experiências singulares entre mulheres dos setores populares e mulheres negras.

Quanto ao feminismo, ficou fortemente colocada a exigência de diversificar as perspectivas de feminismo e aprofundar a crítica ao feminismo branco e eurocêntrico como insuficiente para explicar toda a situação das mulheres negras e populares. Ficou apontada a necessidade de seguir aprofundando a leitura crítica das diferentes contribuições hoje colocadas para interpretar a experiência das mulheres e de dar lugar à disputa de narrativas sobre as mulheres em sua diversidade em nosso país.

Compreendemos que estes são desafios que irão avançar, em grande medida, na luta, pela ação das próprias mulheres



negras e populares e, especialmente, pela garantia dos espaços de enfrentamento do debate nos espaços dos movimentos de mulheres. É urgente, mas ao mesmo tempo será processual, porque há enorme diversidade nas formas de se pensar feminismo: há quem o considere apenas teoria; quem o considere um jeito de ser ou fazer ou atitude individual; quem o coloque em oposição a movimento de mulheres; quem o perceba como prática coletiva ou movimento no interior do movimento das mulheres, quem compreenda que equivale a toda ação e movimento de resistência das mulheres... Nesta diversidade, com suas tensões e contradições, é que aquelas que acolhem o feminismo como referência

de sua prática e pensamento farão o enfrentamento do debate... Seguiremos debatendo, sempre que der, por entre as lutas, os fazeres e os encontros...

Eu sou da Comunidade Quilolombola São José do Iacti, Pará. Lá a gente planta castanheira, mas demora muito para dar fruto. E exige muitos cuidados. Eu não tenho paciência pra esperar. Então eu tô pensando em plantar Abil¹ (rsrsrs) . Dá fruto mais rápido. A falta de paciência é um problema na vida, mas a demora também é.

Maria José

Como é possível pensar e transformar? Não podemos ser sexistas nem homofóbicas, não podemos simplesmente abandonar os homens negros. Não queremos homens negros machistas, mas também não queremos mulheres brancas racistas. O feminismo constrói uma contra-ideologia ao machismo, a partir das experiências históricas, O problema é que apagaram nossas histórias, nossa luta contra a sociedade escravocrata. Assim se fez, com as mulheres indígenas. Então, temos de desconstruir os privilégios e reconstruir nossas identidades.

Valdecir Pereira do Nascimento.

¹ Abil - Ou abiu é uma fruta nativa da Amazônia brasileira, mas é cultivado em quase todo Brasil, e vem ganhando mais conhecimento devido ao seu valor nutritivo e indicações terapêuticas e medicinais. Conhecido cientificamente como *Pouteria caimito* ou *Lucuma caimito*, é uma planta conhecida popularmente como abieiro que pertence à família das Sapotaceae.

Faces da luta das mulheres negras na Amazônia

*Maria das Dores do Rosário Almeida,
Instituto de Mulheres Negras do Amapá;
Maria Albenize Farias Malcher e Nilma
Bentes, Centro de Estudos e Defesa do
Negro do Pará – CEDENPA¹*

*Eu sou negra nagô
no sangue, na raça e na cor.
Quem foi que disse
que o negro não tem valor
que o negro não sente frio
que o negro não sente dor?*

Negra nagô, Ana Cleide Vasconcelos,
Quilombo Arapemã

Embora a historiografia oficial tenha nos invisibilizado, nós, *mulheres negras*, nunca estivemos ausentes da história da Amazônia, sempre existimos! Já em 1886, foi criado no Pará o grupo liderado por mulheres negras “Estrelas do Oriente”,

com a finalidade de celebrar festividades religiosas. Do mesmo período são as ‘irmãs de São Raimundo’, uma irmandade de mulheres negras e as Taieiras, grupo de mulheres lavadeiras. Na resistência, destacam-se no Pará as ações de Felipa Maria Aranha, na liderança do quilombo de Alcobaça, o qual contava com mais de 300 indivíduos (localizado hoje no que é o município de Tucuruí). Ainda no Pará, a resistência no século XIX aparece nos jornais que anunciam fugas de mulheres negras escravizadas².

A Amazônia, maior região brasileira em extensão territorial (mais de dois terços do território nacional, incluindo os estados da região Norte e parte dos estados do Maranhão e Mato Grosso), possui mais de 11 milhões de pessoas negras, pressupondo a existência de mais de seis milhões de mulheres negras. A exemplo do que ocorre em todo o Brasil, cada uma de nós busca enfrentar e sobreviver ao racismo, às vezes,

¹Ativistas da Rede Fulanas NAB: Negras da Amazônia Brasileira.

²Ver SALLES, Vicente. O negro no Pará. 2ª edição, 1988 - “Centenário da Abolição”, Secult-Centur-MinC, fls.230-231.

tentando sair deste poço ‘puxando-se pelos próprios cabelos’. Afinal, não tem sido fácil, para algumas, enfrentar o racismo e seus efeitos até dentro da própria família, já que, em alguns casos, filhos e filhas sentem vergonha por sua mãe e/ou seu pai serem negros.

No que se refere ao movimento negro, a Amazônia se destaca na luta política. Já em 1979, negros e negras fundam o Centro de Cultura Negra do Maranhão. No estado do Pará, em 1980, trazendo nas entranhas as forças de Xangô, Orixá da Justiça, foi que negros e negras começam a construir o que passou a ser conhecido como CEDENPA – Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará³. Neste contexto, é que as mulheres negras reforçam sua organização na região. O momento era de um movimento negro com face sexista, no qual as relações de gênero funcionavam como fortes repressoras da autonomia feminina e impediam que as ativistas

³ Disponível em: <http://www.cedenpa.org.br/Historico>. Acesso em: 26 dez. 2017.



negras ocupassem posições de igualdade junto aos homens negros. Por outro lado, o movimento feminista tinha sua face racista, preterindo as discussões de recorte racial e privilegiando as pautas que contemplavam somente as mulheres brancas.

O protagonismo das mulheres quilombolas é presença histórica na Amazônia, tendo na Associação de Mulheres Mãe Venina do Quilombo do Curiaú, no Amapá, criada em 1997, uma expressão forte desta organização. Na década de 1980, destacamos o Grupo de Mulheres Negra Mãe Andresa, fundado em 1986, no Maranhão, nomeado em homenagem às mães de santo, mulheres que, com sua força, tiveram presença marcante na resistência do povo negro e na cultura brasileira. Nos anos 2000, destaca-se o IMENA - Instituto de Mulheres Negras do Amapá, que nasce com a missão de combater o preconceito, a discriminação racial, o sexismo e lutar pela universalização efetiva dos direitos humanos, evitando, principalmente, a marginalização das populações negras. Com o avanço da organização, ao início

de 2008, decide-se criar uma articulação das mulheres negras para diminuir a distância geográfica e dar voz às mulheres da Amazônia. Esta rede passaria a ser a REDE FULANAS - Negras da Amazônia Brasileira.

Quando o movimento de mulheres negras surgiu, tinha o intuito de visibilizar as mulheres negras, dizer para a sociedade que estas mulheres existiam, buscavam ocupar espaços em conselhos de direitos, fóruns, redes e articulações. Hoje, as organizações de mulheres negras existentes na Amazônia buscam o protagonismo em diferentes espaços: universidades, mercado de trabalho, nos poderes legislativo e judiciário; na política partidária, entre outros. Com organizações nacionais, lutam para que as mulheres negras saiam das estatísticas como maioria no trabalho doméstico. A temática ambiental, regularização fundiária, desenvolvimento, reforma política, compreensão do papel do Estado brasileiro, racismo, violência e bem-viver fazem parte da agenda das mulheres negras da Amazônia, sem perder de vista sua ancestralidade.



No feminismo afro-amazônico, Lélia Gonzalez (1984) é referência quando aponta que a concepção do feminismo ocidental omitia a questão de raça e também o distanciamento da realidade vivida pelas mulheres negras. Assim, a autora nos mostra que a “solidariedade, fundada numa experiência histórica comum”⁴, é uma especificidade da atuação das mulheres negras e talvez, por este motivo, o movimento de mulheres negras continua fortalecido e revigorado.

O grande desafio para as redes e organizações de mulheres negras amazônicas é alinhar as questões de gênero, raça e classe social nos projetos de desenvolvimento da Região Amazônica, preservando os saberes das Mulheres das Florestas. Afinal, os contrastes na Amazônia, embora muito ligados às desigualdades inter-regionais, sócio-raciais e de gênero, também devem ser enfrentados através da defesa das tradições culturais.

Mas, como se entender a prática da luta, quando a maioria está garantindo apenas uma sobrevivência/sobrevivência, sem tempo adicional, portanto, para garantir condições de disputar, de igual a igual, espaços na sociedade que é hegemonzada por brancos e brancas? Ou ainda, como exercer um feminismo negro, para enfrentar a prática, no seio de muitas famílias, principalmente brancas e de classe média-alta, de pedir: “traz uma menina pra mim lá do Marajó”, ou “traz uma menina pra mim, lá do interior”, ou ainda, “traz uma menina pra mim lá do Maranhão”?

Por isto, as motivações de um feminismo afro-amazônico são várias: a vontade de unir o pensamento das mulheres negras da Amazônia, as aflições, e unir os sonhos e a força para enfrentar os desafios. Ter na autonomia do corpo da mulher negra amazônica uma identidade e símbolo de resistência ancestral africana e indígena. Desfazer o mito do vazio demográfico

⁴ GONZALEZ, Lélia. *The black woman's place in the Brazilian society*. In: *National Conference, African-American Political*, Caucus/Morgan Sate University, Baltimore, 1984. Disponível em: <<http://www.leviagonzalez.org.br>>. Acesso em: 23 dez. 2017.



amazônico, inclusive reconhecendo que a região possui a maior população quilombola do Brasil, que é diretamente afetada pelo racismo ambiental e pelas práticas de degradação das florestas, dos rios, da vida silvestre e, conseqüentemente, sendo impedida de bem viver em seus territórios. Promover a visibilidade das mulheres negras da Amazônia como aguerridas lideranças comunitárias e de resistência ancestral africana e indígena.

Outros desafios incluem: trazer ao debate a invisibilidade dessas mulheres, no contexto da história amazônica, sobretudo na conservação da biodiversidade. Reconhecemos o valor do protagonismo ao escrever nossas histórias, como estratégias para contribuir com o movimento de mulheres negras no Brasil. É um desafio enorme apontar as opressões praticadas contra as mulheres negras amazônicas em razão das especificidades de nossos territórios, como apresentam as estatísticas

frequentemente divulgadas pelo movimento negro dos estados amazônicos e por instituições como IBGE, IPEA, entre outras. É que tornam emergenciais ações mais articuladas e capazes de superar as desigualdades.

Ao longo dos encontros para a construção da Marcha das Mulheres Negras 2015, os depoimentos das mulheres negras afro-amazônicas evidenciaram que, independente da realidade e da história de vida, o fator emocional é algo que afeta todas. Mas, por outro lado, o processo de mobilização também acrescentou temas como a solidariedade racial como elemento de fortalecimento da autoestima e do processo organizativo. O racismo institucional, amplificado pela mídia, gera falta de reconhecimento e enfraquece a nossa autoestima.

Por fim, é um desafio manter viva a memória da ancestralidade – como



garantia dos saberes tradicionais dessas mulheres para o futuro –, que hoje está dizimada pelo modelo de desenvolvimento imposto à Amazônia, como os grandes projetos. Há uma desvalorização do saber tradicional, que é visto como atraso a partir do olhar eurocêntrico, ou seja, é o atraso do desenvolvimento do Brasil⁵. Nossas

ancestrais nos inspiraram a seguir seus passos e a não desistir de sermos mulheres negras amazônicas.

Estamos em marcha para nos fortalecermos coletivamente enquanto mulheres negras da Amazônia!

⁵ Manifesto da Rede Fulanas – Negras da Amazônia Brasileira para a Marcha das Mulheres Negras – 2015 - Adaptado. Versão na íntegra disponível em: <https://redefulanas.wordpress.com/2015/11/19/manifesto-das-rede-fulanas-negras-da-amazonia-brasileira-para-a-marcha-das-mulheres-negras-2015/>. Acesso em: 26 dez. 2017.



Feminismo para as mulheres indígenas

*Rosimery Teles, povo Arapaz,
Valéria Paye Pereira, Maria Gavião*

Como se dá a relação de subordinação das mulheres indígenas e suas sintonias com as outras sociedades (brancos)? É certo o argumento da cultura para justificar as relações de subjugação das mulheres nas sociedades indígenas? Existe relação de poder, subjugação, nas sociedades indígenas?

As evidências se diferenciam de acordo com as práticas culturais de cada povo indígena. Cada povo tem suas formas internas de se organizar socialmente, porém desde a década de 1970, início da criação das primeiras organizações indígenas, as mulheres indígenas, de forma complementar, fizeram parte do movimento de mulheres para fora.

Com o tempo as mulheres indígenas foram sentindo necessidade de serem sujeitas nas lutas e também reivindicar direitos que dizem respeito à vida das mulheres e foram construindo o espaço político das

organizações somente de mulheres. A partir da influência do movimento de mulheres e do feminismo do campo popular.

Recentemente, na roda de diálogo “Movimento Feminista e de Mulheres: conquistas e desafios no contexto atual”, com indígenas da região norte do Maranhão, do povo Guajajara (Tenetehara), a fala das companheiras mulheres indígenas era recheada de sentido feminista, na essência da palavra, de sentido de emancipação.

Existe um sentir feminista entre as mulheres indígenas. Não é à toa que estamos nos libertando da condição de sujeitas da complementariedade do movimento indígena misto e construindo, a duras penas, as organizações de mulheres indígenas, o espaço político específico que possibilita a reflexão de gênero entre as mulheres indígenas e de luta por direitos iguais.

Nós temos a nossa articulação regional, União de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira – UMIAB. Fazemos parte do EQMAN como mulheres latino-americanas e através de parcerias do movimento amazônico.



Hoje os espaços que a gente conquistou com as nossas lutas são espaços primeiros dentro de nossas comunidades, a mulher tem voz. Isto não é generalizado ainda, mas em algumas comunidades a mulher tem voz ativa, já é liderança, é cacique, já é agente de saúde, assume o papel de professora. Então essas questões básicas são fundamentais para que a mulher entenda e ocupe o espaço dentro de sua comunidade. A partir daí se torna mais fácil que essa mulher saia do seu contexto local para uma realidade maior, em nível nacional e internacional, isto é importante.

No nosso ponto de vista, referente ao feminismo, a princípio, a nossa luta foi para ter acesso a nossa participação nas discussões políticas dentro do próprio movimento indígena dentro das comunidades, para garantir que a própria mulher seja e faça a defesa dos seus direitos. Recentemente, quando a maioria das mulheres começa a entender a importância da sua participação no outro âmbito de discussão, nos níveis municipal, estadual e federal, foi preciso que mais mulheres indígenas se empoderassem e se apropriassem de mais discussões. Então,

foi muito lento o crescimento da participação das mulheres indígenas porque primeiro precisamos ter o domínio, entendimento de tudo o que é discutido em nível nacional, regional e local. Nosso entendimento indígena, nosso modo de vida e a nossa realidade são diferentes. Foi necessário primeiro nós aprendermos a ver com mais cuidado como é que as coisas funcionam fora de nossas aldeias, saber as responsabilidades de governos...

Com as mulheres, a gente discute amplamente: a questão ambiental, a questão territorial, a questão da sustentabilidade dentro de nossas terras; a segurança alimentar, a segurança mesmo contra a violência externa. Tudo isto nós temos discutido. Assim muito pouco ainda nós estamos conversando referente ao feminismo. Mas aumentar a participação das mulheres foi sempre importante. Foi necessário que pelo menos uma ou duas mulheres de cada comunidade pudesse ter esse interesse de sair de suas aldeias e começar a participar das discussões maiores sair do local, participar das discussões de políticas. Foi necessária a nossa participação como mulheres indígenas.





Mulheres negras e populares do Norte e Nordeste:
experiências que se entrelaçam

Como em qualquer sociedade, no nosso mundo indígena existe violência, existe machismo, existem diferentes formas de inserção da mulher indígena no movimento indígena para discussão e participação política. Mas nos temos tido um pouco de cuidado porque nós sabemos que primeiro a gente tem de ter participado em todas essas discussões, dominar os assuntos, entender e valorizar nossas parceiras com outras mulheres, que em nível nacional nos lidamos com várias especificidades de vários povos aqui no Brasil, e isto nos tem ensinado a valorizar as diferentes estruturas e diferentes pontos de vista sobre cada realidade de cada povo indígena. Isto tem

sido muito importante.

Mas sempre conversamos assuntos referente às mulheres indígenas principalmente num contexto das mulheres indígenas das comunidades indígenas, dentro de suas terras, fora de suas terras e também no contexto urbano, porque a maioria das mulheres também residem nas áreas urbanas, nas áreas metropolitanas das grandes cidades.

Somos poucas ainda, mas a gente precisa chamar mais mulheres e fazer com que elas tenham interesse de se inserir nessas discussões. Assim a gente pode avançar nessa caminhada, nessa luta como mulher indígena.



Feminismo camponês e popular para o MMC

Catiane Cinelli, Noeli W. Taborda e Sirlei Gasparetto, militantes do MMC

O Movimento de Mulheres Camponesas – MMC tem seu início na luta pelos direitos que historicamente foram negados às mulheres camponesas, muitos deles permanecem negados: o salário maternidade; a aposentadoria para as camponesas em condições que reconheçam a dupla jornada de trabalho; a condição de seguradas especiais; o reconhecimento de nós, camponesas, como trabalhadoras; a importância de nosso trabalho no campo ser visto e valorizado. Foi a partir dessas lutas que nos entendemos como feministas. A construção do MMC possibilitou e possibilita o nosso despertar em relação a nossa própria valorização como gente, como mulher camponesa, como portadoras de direitos e vontades.

Mesmo que, quando o MMC estava sendo criado, a palavra *feminismo* não aparecia, hoje entendemos que a luta pelo reconhecimento do nosso valor e do valor do nosso trabalho é uma luta

feminista. Temos buscado nos últimos anos aprofundar nosso conhecimento sobre o feminismo, mesmo sabendo que a nossa luta é feminista, precisamos saber de que feminismo falamos.

Nós, mulheres, não somos iguais e não vivemos uma realidade única ou uniforme, nos diferenciamos em classe, em raça, em etnia, em credos. Mesmo dentro da classe trabalhadora, temos diferenças que não nos dividem, mas que nos colocam em realidades diferentes e disso discorrem necessidades diferentes. Somos mulheres da roça, das florestas, das águas e da cidade. Por isto, entendemos e achamos positivo falar em *feminismos*, pois o feminismo não pode esconder nossas diferenças, mas precisa trazê-las à tona, para nos fazer mais fortes.

Nosso primeiro passo na construção do feminismo foi possível a partir do primeiro momento em que, como mulher camponesa, enfrentamos o desafio do “sair de casa” em busca de nossa própria libertação. O sair de casa, que em outras realidades pode parecer tão cotidiano, para nós, camponesas, representa o grande



início da mudança. Somente quando nós começamos a sair de casa – para nos reunir, organizar as companheiras, discutir a realidade que todas nós vivenciamos e decidimos lutar contra isso – foi que começamos a consolidar nosso movimento.

Estudando sobre o papel da mulher na sociedade, descobrimos que o lugar de submissão e subalternidade que nos dão hoje foi construído pelo patriarcado e aprofundado no capitalismo, ou seja, foi construído pelos donos do poder e, desta forma, não é natural.

O feminismo que estamos construindo parte da análise e discussão do que vivenciamos, enquanto mulheres, em todas as dimensões da vida. No nosso caso de camponesas, as dimensões da vida compõem a produção de alimentos saudáveis, a construção da agroecologia, o conhecimento do nosso corpo, dos nossos direitos, a luta contra o agronegócio, sendo esses, entre outros os elementos da construção do feminismo camponês e popular.

A partir da construção do movimento, vamos percebendo que nós mulheres sofremos diferentes formas de opressão, dominação

e exploração. Na imposição capitalista/patriarcal/racista, mesmo trabalhando em toda a nossa unidade de produção, a terra que temos, só é entendido como nosso a horta, os pequenos animais, o que for possível produzir no entorno de casa. Nos falta poder de decisão. Não podíamos vender, nem mesmo a venda da ‘nossa’ produção nos era permitido realizar, pois no patriarcado, o poder de decidir e administrar o dinheiro compete aos homens. Na lógica patriarcal, aos homens pertence o espaço público, enquanto a nós, mulheres camponesas, o que resta é o espaço privado: a casa e arredores, os pequenos animais, a produção e preparação da alimentação, as tarefas que estão ligadas aos cuidados.

Mas é na construção do feminismo camponês e popular que nós, do MMC, temos desconstruído esta realidade e buscado demonstrar que o cuidado é tarefa de todos, pois faz parte da vida. Todos fomos cuidados e um dia precisaremos cuidar e depois seremos cuidados novamente.

Ser mulher camponesa feminista e popular é estar em atitude vigilante e atenta na luta pela própria valorização do ser mulher.



Essa ligação que temos com a terra, com a agroecologia, a partir de nossa participação no Movimento, vai adquirindo uma identidade nova. No lugar da submissão, a determinação. No lugar de dominação do lar, agora nos identificamos como trabalhadoras, não mais submissas, obedientes, servis. Não mais objetos, mas sim sujeitos da própria libertação. É tudo isso que nos identifica como feministas. Mas é mais que isto.

Nesse processo, então, vamos entendendo que o feminismo camponês e popular faz parte do nosso projeto de sociedade que, além de tratar a mulher como gente – respeitando suas formas de viver a afetividade, a sexualidade, nossa forma de produzir – luta contra todos os tipos de violência e pela construção de uma nova sociedade. Quando dizemos que nosso feminismo camponês é popular, damos uma mensagem clara, que ele é composto por mulheres da classe trabalhadora e que faz o enfrentamento ao capitalismo – que no campo hoje é representado pelo agronegócio. Trata-se de um projeto de sociedade que, na prática cotidiana, busca construir a agroecologia como modo de vida e referência

para a construção de outras relações.

No feminismo camponês e popular, a nossa luta pela preservação e utilização das sementes crioulas, das plantas medicinais se mostram não apenas como defesa da natureza, mas vai além disso, é uma luta anticapitalista e feminista, pois reconhece e valoriza o conhecimento acumulado das mulheres e desvalorizado por este sistema capitalista/patriarcal/racista.

Outro elemento central do feminismo camponês e popular é a participação política da mulher, sendo esta participação condição para a superação da violência em suas diversas faces, seja ela relacionada à vida doméstica, ao modelo químico de padronização dos alimentos, que retira o direito da produção natural, invade as unidades da produção, criminaliza os conhecimentos da mulheres (benzedadeiras, curandeiras, entre outras).

A construção do feminismo camponês e popular pressupõe uma mulher que ama a vida, arrebenta as correntes e amarras de seu tempo e luta pela libertação de todas as



formas de escravidão, violência e opressão. E, em luta, esta mulher feminista vai construindo a transformação da sociedade sempre em defesa da vida das mulheres, mesmo que isto ocorra lentamente, mas segue evoluindo gradativamente.

O feminismo camponês e popular liga nossas lutas principais em uma só, a luta classista, a luta feminista e a luta contra o modelo do agronegócio. Uma das ações mais importantes que representa esta construção foi a ação das mulheres camponesas contra a Aracruz Celulose em 2006. Nós, mulheres, questionamos as consequências dos pinos e eucaliptos substituindo a possibilidade de uma produção de alimentos capaz de garantir vida saudável, questionamos o deserto verde. E, com esta ação construída pelas mulheres, demonstramos a capacidade das mulheres em pensar, organizar, mobilizar e fazer enfrentamentos. O feminismo camponês e popular que o

MMC vem construindo tem rompido com barreiras e provado que a luta das mulheres é fundamental para o avanço da luta de classes. Avançamos na luta feminista e socialista e acreditamos que as mulheres se assumirem numa organização camponesa e feminista é uma afronta direta ao sistema capitalista e patriarcal.

O feminismo camponês e popular é construído por nós, mulheres camponesas participantes do MMC e pelas mulheres camponesas, indígenas, extrativistas organizadas nos movimentos que compõem a Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo – CLOC. E está presente na luta e construção diária pela libertação e mudança nas relações entre as pessoas e destas com a natureza. Além de ser o caminho para a transformação social de uma sociedade capitalista e patriarcal para uma sociedade humana, justa, igualitária e solidária entre todos os seres vivos.



Caminhos e veredas do feminismo antirracista que queremos¹

Carmen Silva, Joana D'Arc, Nilde Souza, Vera Silva, integrantes da Articulação de Mulheres Brasileiras

Somos um movimento nacional, organizado na maioria dos estados com agrupamentos estaduais, que reúnem diversos tipos de organizações de mulheres: grupos populares, núcleos acadêmicos, secretarias de sindicatos e federações, organizações político-profissionais, ONGs, coletivos, e ainda muitas outras mulheres que não se encontram nestes tipos de organização. Somos jovens e mais velhas; negras e não negras; da capital e do interior; trabalhadoras sempre e, às vezes, desempregadas; heterossexuais, lésbicas e algumas sem necessidade de definições sexuais; com muito tempo neste movimento ou recém-chegadas. Somos todas mulheres feministas, enfrentando no cotidiano a violência, a exploração do nosso trabalho e

a dominação dos nossos corpos, a maioria enfrentando o racismo cotidiano.

Resistimos sempre, construindo outros modos de vida, compartilhando com outras nossos desejos e reflexões, articulando coletivamente nossas lutas, chorando nossas derrotas, comemorando nossas conquistas. Seguimos em frente, rejeitando toda norma que impeça nossa liberdade e todo poder que nos oprima. Seguimos juntas construindo no dia a dia as nossas lutas, mostrando nas ruas nossa cara, exigindo nossos direitos, perseguindo nossos sonhos.

Para nós, o racismo é o sistema de poder que cria, justifica e legitima a dominação e opressão das pessoas brancas sobre as negras e que, para se manter, renova-se continuamente, ordenando todas as dimensões da vida em sociedade e se expandindo por toda a sociedade em suas dimensões – econômica, política, jurídica, cultural e religiosa.

¹ Este texto foi construído a partir de recortes de documentos da AMB e, por isto, expressa o momento atual do debate entre todas da AMB e não apenas nosso, que organizamos e assinamos o texto.



O patriarcado é o sistema de dominação dos homens sobre as mulheres em todos os âmbitos da vida, instituindo normas, valores e bases materiais da dominação e exploração das mulheres. A divisão sexual do trabalho, o uso da violência como instrumento de dominação, o controle do corpo e da sexualidade feminina, a heteronormatividade e os obstáculos à participação política das mulheres são alguns dos seus instrumentos.

O capitalismo é o sistema que se organiza através da exploração da força de trabalho e da apropriação, por uma minoria, das riquezas produzidas pelo trabalho da maioria. Uma das principais características do capitalismo é seu caráter expansionista, marcado pela apropriação privada dos bens naturais para exploração, geração de lucro, negação e dizimação das diversidades culturais.

Para nós, o Estado brasileiro é um espaço contraditório mas tende a favorecer a acumulação e concentração de riquezas e apenas compensar os efeitos negativos que ela produz. Muitas políticas e projetos governamentais se voltam para isto, é o caso

dos benefícios fiscais para empreendimentos empresariais; projetos de desenvolvimento que causam danos sociais e ambientais; e a arrecadação de impostos que favorece os ricos, brancos e a elite masculina.

Nossa luta contra o racismo é pauta que vem ganhando força, fruto de uma disposição política e da ação das mulheres negras, maioria das mulheres que integram nosso movimento, sendo necessário enfrentá-lo na sua articulação com o capitalismo e com o patriarcado. Nosso debate nacional (em Brasília, 2011, com 800 participantes) chamou a atenção para a importância de se divulgar a história do povo negro porque muitas pessoas negras ainda não conseguem se ver como tal. As mulheres negras, por sua vez, são guardiãs de valores civilizatórios, embora ainda careçam do devido reconhecimento.

Do nosso ponto de vista, a democracia só acontecerá se incluir na sua pauta a luta contra o racismo, compreendendo que as mulheres negras não são 'público para atividades', e sim sujeitos políticos e precisam ser tratadas como iguais. Além disso, foi



discutida a necessidade de fazer o debate sobre a história do feminismo sem datá-lo a partir dos anos 1970, pois isto ajuda a ver o feminismo só a partir das mulheres brancas de classe média. O feminismo na América Latina é de muito antes, e as lutas das mulheres negras são dos 500 anos do Brasil. Também foi ressaltada a importância deste debate para as mulheres indígenas.

Neste encontro de 2011, se estabeleceu que as **lutas antirracistas** a serem assumidas por nosso feminismo são: contra a intolerância religiosa, no sentido da defesa da liberdade de culto; garantia dos territórios quilombolas; cotas para a população negra; implementação da Lei 10.639/03; re-publicação da lei que criminaliza o racismo; por uma educação não sexista e antirracista; pela implementação das políticas públicas de saúde, com ênfase nas doenças que acometem a população negra; valorização do trabalho doméstico; aprofundamento da luta pela reforma da previdência; entre outras. Na plenária de 2016 e 2017, se acrescentaram as lutas contra o genocídio da juventude negra, contra a política de drogas e o encarceramento das mulheres.

Para viabilizar estas lutas é preciso dar visibilidade às desvantagens, injustiças e exploração que as mulheres negras sofrem (número de assassinadas, as que não têm acesso às políticas, etc.); fortalecer as organizações de mulheres negras no interior de nosso movimento; realizar ações públicas como, por exemplo, ação de constrangimento nos shoppings (“dar vexame”) para repudiar as violências sofridas pela população negra naqueles espaços; enfrentar o debate do racismo institucional e denunciá-lo principalmente nas relações de trabalho no mercado privado, e manter viva a campanha contra a violência a partir da referência ao cabelo: “Solte seus cabelos e prenda o racismo”. Campanha Nacional da AMB pelo fim da violência contra as mulheres negras “Solte seus cabelos e prenda o racismo”, construída em oficinas nacionais entre militantes da AMB em 2010, lançada em 2011 no Encontro Nacional da AMB e posteriormente na tenda da AMB na III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

Precisamos criar espaços, no âmbito de nosso movimento, para as militantes fortalecerem





Mulheres negras e populares do Norte e Nordeste:
experiências que se entrelaçam

sua identidade racial, discutindo a experiência do racismo; buscando formação para resistir ao racismo individualmente e para saber lidar coletivamente com este problema; desenvolver estratégias pedagógicas sobre como abordar a questão da negritude na política de formação de nosso movimento; discutir o poder no âmbito organizacional da AMB para saber onde estão as mulheres negras e qual a estratégia de ampliação deste poder nas organizações e movimentos; aprofundar o diálogo e alianças com as organizações de mulheres negras e apoiar também participando de encontros entre mulheres indígenas e negras (diálogos), pois há organizações negras e militantes negras em nosso movimento, que é misto quanto à raça.

Um desafio importante é a articulação entre antirracismo e luta feminista anticapitalista. O capitalismo é um sistema baseado na exploração. Ele se realiza de forma imbricada com o patriarcado e o racismo. Enquanto perdurar a contradição capital/trabalho, não há como haver liberdade e autonomia para as mulheres, mas a superação desta

contradição não nos dá nenhuma garantia de superação da opressão das mulheres. Por isto, articular o feminismo antirracista com a discussão de classe é condição imprescindível para impulsionar as lutas feministas de enfrentamento ao capitalismo e formular, a partir do feminismo, qual a sociedade que a gente quer.

Nossa ética anticapitalista caminha no sentido de que queremos ser o que queremos ver na sociedade, daí a proposição de sintetizarmos as lutas anticapitalistas num projeto popular feminista para a defesa da vida das mulheres. Isto inclui o debate sobre o consumismo, a produção da pobreza, e a exploração existente também entre mulheres, por conta do racismo e das relações de classe.

Precisamos construir o caráter antipatriarcal, antirracista e anticapitalista em cada uma de nossas lutas, de forma articulada, no plano local até o plano internacional. É neste processo de lutas e auto-organização que fortaleceremos o feminismo antirracista da AMB.



Os feminismos negros e os significados das lutas das mulheres negras

Francisca Maria Rodrigues Sena,
integrante do Inegra – CE

Como mulheres, alguns de nossos problemas são comuns, outros não. Vocês, brancas, temem que seus filhos ao crescer se juntem ao patriarcado e se voltem contra vocês. Nós, em contrapartida, tememos que tirem nossos filhos de um carro e disparem contra eles à queima-roupa, no meio da rua, enquanto vocês dão as costas para as razões pelas quais eles estão morrendo.

Audre Lorde

No momento em que rabisco este texto, sou tomada pelo forte sentimento da premissa já sabida de que ser mulher negra é uma construção social permanente. Olhando

para a vida das mulheres negras com quem compartilho a vida e o ativismo político e, a partir de algumas leituras sobre nossas trajetórias, vejo que a História sempre concorreu para que nossas vozes fossem silenciadas. Porém, quando conquistamos espaço para pronunciar o verbo, muitas vezes, nossas vozes ecoaram e ecoam de forma dissonante. E que assim seja! Que usemos nossas vozes e nossos corpos para expressarem as leituras de mundo, os referenciais, os desejos, as dores que experimentamos, as rupturas que ousamos fazer, dar continuidade às nossas sabedorias ancestrais... Fazer ecoar estas vozes dissonantes é um dos caminhos e ao mesmo tempo um dos nossos objetivos de liberdade e emancipação.

Nossos passos vêm de longe...

Sempre acho significativo explicitar que a auto-organização e as lutas das mulheres negras nascem nos mais diversos contextos de exploração e ocorrem a partir de

⁷ Audre Lorde foi uma escritora americana de descendência caribenha, feminista lésbica e ativista na luta pelos direitos humanos.



diferentes matrizes: sociedades de mulheres abolicionistas, organização de empregadas domésticas, mulherismo, organização de mulheres pan-africanas, movimentos de mulheres, feministas, feministas negras, lésbicas, transexuais... Esta reflexão é feita inclusive respeitando as vozes dissonantes daquelas que, mesmo quando lutam contra as opressões que marcam as vidas das mulheres, recusam uma identidade feminista.

Se o feminismo negro nasce da crítica ao feminismo branco, sua constituição teve por base o acúmulo da nossa própria História e a trajetória de resistência e luta das mulheres negras e nossas ancestrais, tantas vezes silenciadas e invisibilizadas. No Brasil, as mulheres indígenas e as mulheres negras sequestradas de diversas partes do continente africano, além de vítimas da exploração e opressão do processo de colonização das Américas e de escravização dos povos negros, também foram sujeitos de resistência e luta contra tais regimes, com suas heranças malditas até hoje. Além disso, os feminismos negros contribuem para desacomodar os movimentos negros quando reproduzem o sexismo.



No final da década de 1970 e início da década de 1980, o pensamento de Lélia González e de Sueli Carneiro são evidências das vozes dissonantes em relação ao pensamento hegemônico sobre a categoria supostamente universal “mulher” e sobre o feminismo branco, hegemônico e eurocêntrico, permitindo lançar outro olhar sobre a realidade brasileira e latino-americana, a História, as relações sociais, as desigualdades, as mulheres negras, a auto-organização das mulheres negras, os feminismos e a importância de enegrecê-lo. Ao fazermos uma leitura à luz dessa premissa, é possível identificar as diferenças e, sobretudo, as desigualdades construídas entre as mulheres negras e as não negras.

Se a crítica elaborada pelos feminismos negros, enquanto teoria e movimento contra-hegemônico, foi e é de fundamental relevância para identificar os limites do feminismo hegemônico e elaborar uma crítica sobre ele, tensionando e ressignificando o sujeito do feminismo, as suas bandeiras de luta, estratégias de ação, metodologias de trabalho, referenciais teóricos, isto não significa dizer que é sua tarefa única.

Mulheres negras e brancas vivem de forma diferente e desigual problemas semelhantes. Nossas leituras e vivências nos levam a refletir, por exemplo, por que historicamente os movimentos feministas têm acreditado no encarceramento como forma de responsabilizar agressores e barrar a violência contra as mulheres, sem questionar que o encarceramento, estruturado a partir de premissas do sistema escravista, é usado para confinar, punir e mais ainda, vingar um ódio racista e de classe contra homens negros? Em que medida isto afeta a vida das mulheres negras que têm filhos, companheiros, netos, sobrinhos, pais encarcerados? Que outras alternativas construir para responsabilizar homens pela violência sexista, para além dos muros da prisão? Em relação aos direitos reprodutivos das mulheres, como não considerar que o Estado brasileiro adotou políticas de esterilização em massa das mulheres negras e empobrecidas como forma de reduzir o contingente populacional, violando seu direito de decidir sobre o seu corpo? Como desconsiderar que a maioria das mulheres que abortam não têm condições de fazê-lo de forma segura, são

as negras e por isso sangram, sentem dores no silêncio mesmo quando gritam e estão sujeitas a infecções que não raras vezes levam a sua morte?

Elaborar estes questionamentos, redefinindo os sujeitos, recontando a História, definindo o que é central para as mulheres negras na sua auto-organização foi e é possível a partir das feministas negras, gerando pelo menos duas contribuições: 1. Identificando os limites e as contradições do feminismo hegemônico, que acabou por reduzir sua crítica ao patriarcado e às desigualdades entre homens e mulheres, sem, no entanto, considerar as opressões históricas de raça/etnia e de classe social; 2. Deixando de considerar, criticar e combater o racismo, o etnocentrismo e as desigualdades econômicas entre homens e mulheres, entre homens negros e mulheres brancas, mas também entre as próprias mulheres.

Essas contribuições ajudam a desvelar que mesmo o feminismo hegemônico, mesmo que pretensamente radical, constitui-se como teoria e movimento racista. Explicitar

as contradições e os limites do feminismo hegemônico a partir de questionamentos como estes é tarefa política necessária e urgente. Porém, seria um equívoco considerar que os feminismos negros encerram seu papel emancipatório aqui. Se assim fosse, ao elaborarmos a crítica ao feminismo hegemônico e desconstruí-lo estaríamos rompendo com o processo de dominação a nós imposta, como herança maldita do processo de colonização e escravização e que a cada período histórico se atualiza. Mas nosso projeto político é muito maior. Ele se propõe a romper com as opressões e explorações fundamentadas na raça, no patriarcado, na classe social, na sexualidade que estruturam as desigualdades sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais... Opressões e explorações que se materializam a partir da ação de organizações públicas e privadas que afetam diretamente a vida das mulheres negras, em áreas como a educação, o mundo do trabalho, o acesso a bens duráveis e às tecnologias digitais, a situação econômica e a violência, como apontado pelo Dossiê de Mulheres Negras (2013).



Nesse debate, uma pergunta nos inquieta: O que é mais determinante na definição das desigualdades? Raça? Classe? Gênero? Sexualidade? A imbricação da raça, classe, gênero e sexualidade é tão profunda e complexa, na determinação da vida das mulheres negras e nas nossas condições de vida, que impossibilita a dissociação desses elementos para uma leitura mais ampla e coerente com a realidade, mesmo que para efeitos de análise, bem como uma suposta hierarquização de cada uma dessas opressões. Essas opressões são estruturantes das desigualdades socioeconômicas e se articulam de forma sistemática e interdependente.

Essa interseccionalidade não ocorre apenas no campo das opressões, mas também das nossas possibilidades de resistência e na nossa capacidade de criar e recriar a vida, o mundo, as relações, a nossa presença nele, com nossa militância, mas também com a nossa arte, produção acadêmica, memória

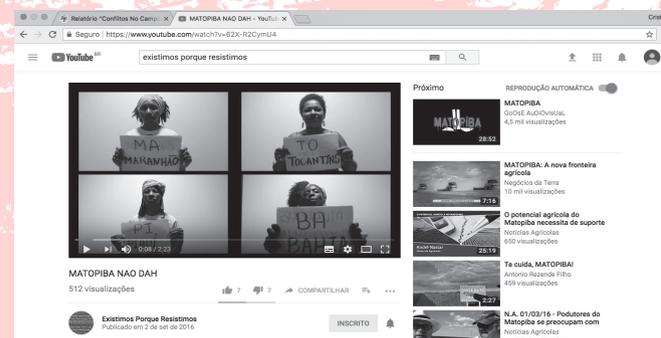
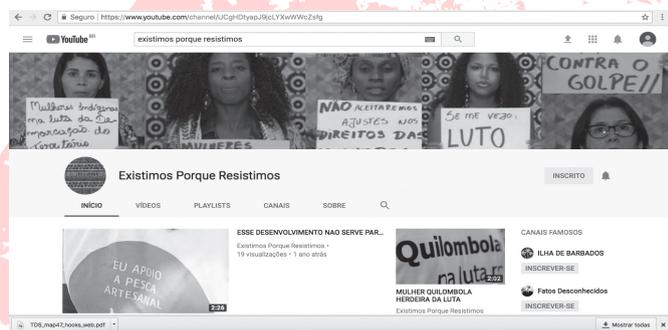
e sabedorias ancestrais, domínio das ervas e processos de cura, jeito de fazer política, preservação dos territórios tradicionais, nas religiões de matrizes africanas...

No atual contexto de retrocessos, de recrudescimento da violência racista e sexista, fortalecimento do capital, ao se apropriar e mercantilizar nossos recursos naturais e nossa mão-de-obra para prestar serviços e produzir aquilo que jamais teremos acesso; onde oito homens brancos e ricos detêm uma renda maior do que 50% da população mundial mais pobre; e do avanço do conservadorismo, os feminismos negros têm um dever histórico de fazer o enfrentamento com vozes dissonantes e práticas que podem gerar uma desordem na estrutura racista, sexista, heteronormativa e capitalista da sociedade. Que a partir da nossa auto-organização, nossas vozes dissonantes, nossas palavras de desordem e nossa rebeldia inspirem e façam prevalecer a liberdade, a cor, a alegria, o prazer, a justiça!



Existimos porque Resistimos!

Disponível em: <https://goo.gl/ZrSfZN>





*Participação
das mulheres
na política*





Uma das lutas de grande visibilidade no feminismo é a luta sufragista, a luta pelo direito ao voto. Se fez no final do século XIX e começo do século XX, momento de passagem entre as monarquias e a instalação de repúblicas nos Estados Unidos, na Europa e em algumas de suas ex-colônias, caso do Brasil, por exemplo. A luta sufragista é identificada como uma luta marcadamente do interesse das mulheres brancas da burguesia, em oposição à aristocracia decadente, o que se mantém uma ideia correta. Mas sabe-se, à luz de estudos feministas, que esta luta aglutinou também setores de mulheres da esquerda e de classes populares.

Na Europa, um dos movimentos sufragistas mais radicais foi o das sufragistas inglesas, com diversidade na sua composição e práticas de luta e organização inspiradas na organização operária e anarquista. Mas também é grande a visibilidade do sufragismo norte-americano, que também aglutinou setores populares. Contudo, ainda é pouco divulgada a presença das mulheres na instalação das democracias no mundo, mas as mulheres estiveram lá, na disputa pelo direito à participação na política, assim

como estiveram nas lutas de libertação na Ásia e África, na Revolução Francesa, na Guerra Civil Americana, assim como estiveram nos movimentos abolicionistas e republicanos no Brasil.

Para além de revoluções e conquistas de sistemas políticos democráticos, se tomarmos a política como uma atividade cotidiana para enfrentar os conflitos de interesse nas relações sociais, podemos enxergar a participação política das mulheres na história de forma muito mais ampla que a presença de rainhas, de imperatrizes e de ‘matriarcas’: é o caso das mulheres negras, no Brasil e Estados Unidos, e das mulheres brancas de setores populares, na Europa:

👁 No Brasil e nos Estados Unidos: já está documentado muito da ação política das mulheres negras no período escravocrata. As mulheres negras estavam organizadas e fazendo política: lideravam quilombos e revoltas, criaram associações abolicionistas, armaram fugas, prestaram solidariedade a fugitivos, criavam práticas de resistência no cativeiro e ao cativeiro. Foram atacadas por brancas e brancos latifundiários,



enfrentaram a força armada e se armaram.

▾ No período pós-abolição, as mulheres negras, que detinham saberes ancestrais sobre os processos saúde-doença, e que integravam o que era o movimento popular de saúde nos Estados Unidos, foram atacadas pelos médicos, no conflito entre saberes científicos masculinos brancos e o chamado curandeirismo, os saberes das mulheres, desqualificado pelo opressor.

▾ Na Europa, por 400 anos, do século X ao XIV, as mulheres chamadas de 'bruxas' atuaram fortemente na política. Eram camponesas que lideraram revoltas de homens e mulheres camponeses nos territórios dos senhores feudais enfrentando seus exércitos. Foram atacadas também pelos médicos da época, pois as bruxas detinham saberes ancestrais sobre as doenças e curas, parto e gravidez, que ameaçavam os saberes científicos masculinos de então. E foram destruídas pela igreja católica da época, através da inquisição, que levou milhares de mulheres à fogueira.

Cientes da disposição de ação política das mulheres, nos três anos desta Ação,

enfrentamos os debates sobre participação das mulheres na política brasileira atual em várias dimensões: tanto considerando os bloqueios de participação das mulheres no sistema político, como as dificuldades de participação nos movimentos e lutas sociais, assim como avaliando os limites nos espaços institucionais de participação nas políticas públicas e ainda considerando as formas de participação não institucionais, ou seja, a construção da organização autônoma das mulheres.

De modo geral, para todas estas formas possíveis de participação, esta experiência aponta três problemas que atropelam as iniciativas das mulheres:

- a legislação que rege o sistema político no país, e as regras que regem os partidos, os sindicatos, os movimentos. Todas bloqueiam e dificultam a participação das mulheres, e são alvo da luta das mulheres, por cotas, por paridade, por reforma política;
- a cultura política brasileira, machista e patriarcal, com fortíssima expressão racista, concretizada em preconceitos, estereótipos e práticas que desqualificam a contribuição de mulheres, especialmente



a contribuição das mulheres negras e de setores populares e, quando as toleram, as confinam nas atividades subalternas e secundárias;
- as condições em que vivem as mulheres negras e populares, com dupla jornada e sobrecarga de trabalho, menor renda, maior violência.

Ou seja, mulheres negras e de setores populares fazem política em situações muito mais adversas que as mulheres das camadas médias e em condições incomparavelmente mais difíceis que as mulheres da elite.

Contudo, é grande a participação e presença das mulheres negras e populares nas lutas sociais no Brasil. Nos anos 1990 e até o presente, a prática de participação institucional, nos conselhos e conferências, canalizou boa parte da energia desta participação. São milhões as mulheres que, nos anos recentes, participaram

destes espaços, instituído com o Estado Democrático de Direito. Mas este modelo de estado, tão logo conquistado, passou a ser minado pelo ideário e políticas neoliberais, que nos anos 1990 solaparam os direitos e esvaziaram políticas públicas estatais em favor de serviços privados, com ou sem fins lucrativos (Governos Collor e FHC). Na era do Governo Lula e Dilma assistimos à ascensão e queda de uma política de participação. Foram 74 conferências nos governos Lula, com 60 conselhos funcionando no período e quase 50 conferências nos governos Dilma. Ainda que os resultados sejam bons, na maioria da conferências, os efeitos sobre as políticas dos dois governos deixaram muito a desejar. Na conjuntura atual, onde os marcos jurídico-políticos do Estado de direito estão enfraquecidos e em processo de dissolução, a ação institucional foi posta em questão enquanto as lutas por resistência ganharam relevância estratégica.



O Estado democrático de direito e outros estados

A Constituição Federal de 1988 afirma que o Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito. Este é um conceito usado para nomear qualquer Estado que procura, através de leis e políticas, garantir o respeito às liberdades (de expressão, de livre organização, de opinião, de protesto e de greve); o respeito aos direitos humanos (civis, políticos, econômicos, culturais, sociais, ambientais e reprodutivos); assegura as garantias fundamentais das pessoas e grupos populacionais contra situações injustas, através do estabelecimento de uma proteção jurídica e, principalmente, asseguram pela constituição espaços de exercício e de participação democrática como os conselhos de políticas e conselhos de direitos.

Esta ideia foi uma proposta construída entre setores populares, setores dos movimentos de direitos humanos e defensores(as) dos direitos sociais, ainda no período da ditadura militar no país (1964-1985), e foi reforçada em muitos debates no processo de luta pela Assembleia Constituinte. A partir dos anos 1990, muitas organizações sociais engajaram-se na implementação do Estado Democrático de Direito, na perspectiva de construir possibilidades institucionais de universalização das políticas sociais, ampliação dos direitos, democratização da participação na política, luta pela redistribuição dos recursos e do fundo público. No período 2003-2010, o governo Lula impulsionou uma Política de Participação, orientada pelos preceitos da participação nas políticas públicas previstos no Estado Democrático de Direito. O Estado Democrático de Direito é bem diferente do chamado Estado de Direito, que foi concebido pelo pensamento liberal-ocidental, muito sustentando no direito à propriedade e aos direitos civis-políticos da democracia burguesa, simplesmente eleitoral.

Hoje temos ainda, pelo menos, mais três concepções de Estado:

- o Estado de Bem Estar é um Estado de Direito mas com forte compromisso e investimentos do fundo público na proteção social das pessoas e no acesso universal a serviços públicos de



saúde, educação e previdência social. Contudo, se mantém ancorado no marco da democracia representativa, eleições. Foi construído na Europa após a II Guerra Mundial.

- o Estado Socialista, no qual a propriedade privada é abolida, concepção construída pela esquerda socialista e comunista desde o século XIX; e

- o Estado Plurinacional, contribuição dos movimentos indígenas latino-americanos e da luta por descolonização. Nesta concepção, um Estado pode admitir a coexistência de distintas nações (indígenas) e assim os povos indígenas passariam a ser parte do Estado, e não tutelados por este, mas sem perder seu próprio governo nem territórios.

Da nossa troca de ideias nestes três anos, podemos resumir os principais problemas de participação nos espaços de institucionais nos seguintes termos:

os governos usam estes espaços mais para busca de legitimação que para controle e interlocução verdadeira sobre a implementação das políticas; conferem cada vez menos poder de decisão aos conselhos e conferências, e muitas vezes cooptam lideranças a partir desses espaços;

os representantes de movimentos nos conselhos muitas vezes atuam de forma dissociada das lutas reais, as práticas de representação são particularizadas e há representantes que não se aliam a outros internamente e são engolidos pela prática burocrática e despolitizante na maioria dos conselhos;

o orçamento público e a política de desenvolvimento nunca acolheram a participação popular em sua formulação, o



que seria muito estratégico para efetivação das políticas sociais.

Apesar dos problemas, a efetividade da participação em conselhos é reconhecida como positiva em alguns casos como conselho da igualdade racial, de políticas para mulheres, de segurança alimentar, da criança e adolescente, juventude, cidades, conselho nacional de saúde e conselho nacional assistência social, embora aquém do desejado e, na maioria das vezes, no plano federal.

Quanto à participação das mulheres na política através de partidos e eleições a cargos públicos, duas correntes de atuação mobilizam as mulheres: a busca por ‘mais mulheres no poder’, com estímulo a candidaturas femininas, e a luta pela reforma do sistema político.

Na linha ‘mais mulheres no poder’, um problema identificado é que os desafios ficam colocados individualmente para cada mulher e os movimentos que a apoiam. Quando não se elegem, em geral, apontam-se as falhas na campanha, no eleitorado feminino que supostamente não vota

em mulher, na falta de apoio político e financeiro partidário e até na ‘baixa densidade eleitoral da candidata’.

Ainda está apontado o problema da manipulação, mulheres que são candidatas para preencher a exigência de cotas de candidaturas dos partidos e mulheres de visibilidade pública que são ‘puxadoras de voto’ para a coligação, mas que não são apoiadas nem se elegerão...

Na linha de atuação pela reforma do sistema político, o problema é a pouca mobilização que esta causa ganha na sociedade, mesmo na experiência do plebiscito popular de 2013, quando milhares de pessoas participaram desta luta e debateram o problema, ainda é pouco compreendido como a estrutura do sistema eleitoral condiciona e explica a baixíssima representação de mulheres, povo negro, indígenas, trabalhadores do campo e das cidades, nos espaços de poder. Outra questão é que uma reforma política depende da classe política ser convencida e ser pressionada a fazê-la na direção de democratização do poder e não sua

concentração. Então, a organização popular nesta causa é fundamental para que avanços sejam alcançados, o que torna esta luta uma luta de longo prazo.

Nessa Ação, debatemos a reforma política e a participação nos espaços institucionais de conselhos e conferências, num primeiro momento a partir de exposições de

convidadas e participantes do processo, cujos textos estão aqui publicados, e, num segundo momento, resgatando e refletindo criticamente a experiência local de participação. Entre as formas de participação das mulheres, estão ainda as formas não institucionais: as lutas de resistência, e ações massivas, para construção e demonstração da força política





das mulheres. São os casos das Marchas das Mulheres Negras (2015), e a Marcha das Margaridas, que, em 2015, realizou sua quinta Marcha, e a ‘primavera feminista. Mas, para além das marchas, está fortemente apontada a importância e urgência de ampliar e enraizar a organização das mulheres nos territórios e por todo o país, esforço que já está sendo posto em prática, e fica o desafio de como tecer modos de atuar que garantam participação com caráter de confrontação da política de regressão de direitos neste contexto conservador e machista de tanta violência.

Nossa representatividade em questão

Luiza Bairos, ex-ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR/PR). Contribuição ao debate público “Participação Política das Mulheres no contexto da Luta por Reforma Política”, Salvador, 2015.

Quando ainda estava na SEPPIR (2011 ou 2012), conversei com militantes ligados a setores de combate ao racismo de partidos políticos de esquerda, colocando a necessidade de um debate sobre a reforma política na perspectiva dos negros, e naquele momento havia uma comissão constituída dentro do Congresso para discutir esta questão. Promovemos esta discussão diante da importância do tema e da dificuldade dessa comissão em encaminhar as propostas que emergiram de uma maneira geral da Plataforma dos Movimentos Sociais para Reforma do Sistema Político. E as respostas dos partidos, de modo geral, foram que não havia posições fechadas sobre a maioria dos pontos relativos à reforma política.



Destacar este fato agora é importante para situar várias dessas questões colocadas no debate da reforma política e participação das mulheres, e como, na verdade, essas dimensões dos partidos políticos e dos movimentos sociais acabam se imbricando na medida em que ambos são expressões de organizações políticas da sociedade. Mas diferentemente dos movimentos sociais, os partidos são expressões da sociedade civil institucionalizada e hierarquizada.

O processo de debate das organizações do movimento social sobre a reforma política teve uma repercussão ainda insuficiente, não se conformando numa prioridade dentro do movimento negro e dentro do movimento de mulheres.

O Congresso Nacional acabou por limitar esta discussão para o que muitos chamam hoje de minirreforma eleitoral, deixando de lado a dimensão da democratização do Estado. E nesse contexto restrito da reforma eleitoral, o combate ao racismo e o sexismo fica ainda mais prejudicado.

Eu disse aqui em Salvador no ano passado, durante um congresso promovido pela

UNEB, que nós, negras e negros, temos conseguido conquistas muito importantes do ponto de vista da promoção da igualdade racial; vejam que não estou falando do racismo, que está aqui olhando para nós e fazendo o jogo dele se realimentando. Por outro lado, nossas possibilidades de novas conquistas no campo da igualdade racial parecem esgotadas; é como se tivéssemos atingido um patamar, e que muito provavelmente, no curto tempo, iremos conseguir mais do mesmo.

Muita gente fica desconfortável e interpreta este posicionamento como pessimismo. Entretanto, é uma questão de analisar a política brasileira como um todo, assim como o próprio sistema político, para que possamos perceber os freios que estão sendo colocados nas nossas possibilidades além do que já conquistamos, e que foi, sem dúvida nenhuma, fruto da mobilização dos movimentos negros nas suas diversas expressões.

A dimensão de ausência de poder é algo muito importante de se ter em mente, como forma de explicar com mais propriedade as nossas próprias dificuldades de entrar nesses



debates da reforma do sistema político. A existência de órgãos de promoção da igualdade, por exemplo, é ao mesmo tempo uma conquista e também uma dimensão da falta do nosso poder político no interior da sociedade brasileira. É como se houvéssemos, a partir dessa conquista, aberto mão do confronto permanente que tem que ser feito com o Estado brasileiro.

Ampliando a visão sobre o que precisa ser reformado no sistema político, precisamos pensar que esses órgãos de promoção da igualdade foram criados e fortalecidos nos últimos 12 anos, mas daquele jeito que a gente observa no movimento, um fortalecimento reclamando sempre. Fortaleceu! Ok! Era obrigação fortalecer, mas não serve para isto, não serve para aquilo, não serve para aquilo outro, quer dizer, existe, da nossa parte, inclusive, uma tendência de pensar que são instrumentos que cada vez mais perdem a sua centralidade ou a sua importância no debate, espaços onde as nossas vozes possam efetivamente ser ouvidas.

É importante destacar que a paulatina perda de importância desses espaços não

é geral para todos os setores e nem se manifesta exatamente da mesma forma. Qual o problema? Nós batalhamos pela existência das conferências, para que essas definam as diretrizes para os órgãos executivos; nós criamos os conselhos, que são as instâncias de acompanhamento e controle das diretrizes que uma conferência define, mas nós passamos na área de igualdade racial, pelo menos por duas conferências, totalmente desarticuladas do ciclo orçamentário do governo federal. Esta crítica nós precisamos nos fazer.

Diga-se de passagem, aqui a nosso favor, a gente buscou consertar isto na última conferência de igualdade racial, fazendo dela, inclusive, um caso dentro do governo, para casar a ocorrência da mesma com as iniciativas do ministério de planejamento no processo de elaboração do próximo PPA (Plano Plurianual de Governo). Eu não sei até que ponto isto se mantém, porque teve mudanças de orientação no Ministério do Planejamento, mas são mudanças mais evidentes, e vamos ver até que ponto a gente consegue politicamente manter isto; este é um aspecto. O outro aspecto para nossa participação, ou da criação da nossa própria visão do que

seria a reforma do sistema político, tem a ver com a perda de representatividade das nossas organizações, aquilo que nós convencionamos chamar de movimento negro. Quando nós aqui participamos de processos de discussão sobre as manifestações de junho de 2013, interpretávamos que as manifestações estavam falando de uma perda de representatividade das instituições dos partidos políticos, e perdemos a chance de dizer a nós mesmas que ali também havia uma dimensão de perda de representatividade dos movimentos sociais na forma que temos feito esses movimentos ao longo desses últimos anos.

Em minha opinião, a perda de importância dos conselhos está muito ligada a esta perda de representatividade dos movimentos. Porque, teoricamente, conselheiros e conselheiras que deveriam representar a sociedade civil não repercutem a discussão para dentro do movimento social, não conseguem ter organicidade no que diz respeito a esta ponte. Tanto é assim que as conferências acabam adquirindo uma importância fundamental, constituindo-se na verdade,

como o único instrumento com bom nível de reconhecimento, pois criam um processo de mobilização no qual efetivamente milhares de pessoas no país participam. E um conselho, mesmo sendo um espaço de grande importância para os movimentos como instrumento de democracia participativa, não consegue absorver o peso dessa representação.

Outro exemplo que vou dar que também desapareceu do debate da reforma política, assim como essa questão dos conselhos, é a democracia interna dos partidos políticos. Não há como pensar numa reforma política, sem que os partidos políticos também se modifiquem, pois têm uma importância central no nosso sistema político. Estaremos brincando de participar do debate sobre a reforma política se não construirmos dentro dos partidos a possibilidade de organização desses aspectos aqui levantados.

Não podemos, enquanto negros e mulheres, esperar que as direções partidárias digam que caminhos podemos seguir. Pois esta postura é intrinsecamente contraditória ao que esperamos com a reforma que é a



pluralização das vozes, a multiplicação das opiniões e consensos construídos a partir dessa diversidade. Porque é exatamente do lugar onde me coloco na sociedade é que enxergo determinadas coisas que não estão acessíveis a outros grupos. Esta é que é a nossa grande questão, o nosso grande desafio.

Para que nós possamos incidir sobre esse processo, nós temos que recuperar aquilo que nos caracteriza enquanto movimento, seja movimento feminista, seja movimento de mulheres ou movimento negro. Porque a gente existe nesse formato de diferentes movimentos, porque nós construímos uma maneira de olhar e de ler a sociedade brasileira que está disponível a partir desse lugar identitário que eu ocupo dentro da sociedade. Se isto não vai para esse lugar mais institucionalizado da sociedade civil, que é partido político, com essa cara, não tem condições da gente pensar em absolutamente nada.

Quando eu digo que nós esgotamos as nossas possibilidades, o que eu estou dizendo é que não iremos avançar, se a nossa representação política, em todos os níveis, não se ampliar, se ela não se

modificar. No caso dos conselhos, não será possível continuar, por paritário que seja com metade da sociedade civil falando todas essas coisas que estamos falando aqui e a outra metade de servidores e servidoras públicas que nunca ouviu falar disso, não sabe o que é e adoraria saber. Por isto que digo que nossa presença é importante em todos os sentidos, como servidores e servidoras públicas, como pessoas que pertencem a diversas e diferentes instâncias no Executivo, no Legislativo e no Judiciário. Quando eu digo *nós*, eu não estou mais me referindo a pessoas negras em geral, pois temos visto muitos negros e negras que não vêm da trajetória desse nosso debate aqui, acessando os espaços e pouco fazendo no sentido de defender nossas pautas.

Então, são esses processos, me parece, nos quais estamos metidos, que apresentam questões para discutir a reforma do sistema político. Significa que precisamos entender quais as principais mudanças recentes na política racial brasileira e que essas foram e são fruto da nossa própria ação política, do sentido e do avanço do povo negro, mulheres e homens do Brasil.

Desafios das mulheres negras na política

Durica, Maria das Dores do Rosário, Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB). Contribuição ao Palestra apresentada no Debate Público “Participação Política das Mulheres no contexto da Luta por Reforma Política”, Salvador, 2015)

Falando do lugar de mulher negra, lembro que a IV Conferência Nacional de Políticas para Mulheres aconteceu com o tema *Mais direito, Participação e Poder para as Mulheres*. Isto nos coloca, enquanto mulheres negras, no dever de começar a nos perguntarmos que mulheres são estas, de onde vêm e como terão acesso a este poder. Devemos olhar não somente a desigualdade de gêneros, mas também a desigualdade entre as mulheres.

Desde 2004, a AMNB vem participando de debates que deram origem à Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político. O que percebemos nesses espaços é a dificuldade de pautar a questão racial, e ainda há muita dificuldade

para um consenso sobre o tema. Em 2013, por exemplo, houve um Projeto de Iniciativa Popular de nº 6.316, que propõe a votação em lista partidária fechada, com alternância de sexos, para enfrentar a sub-representação das mulheres no poder Legislativo. Entretanto, olhando do ponto de vista das mulheres negras, analisamos que esta alternância não é satisfatória, porque na prática, nos partidos, a mulher negra normalmente acaba levando desvantagem em relação a uma mulher branca. E também porque dentro dos partidos há a desigualdade entre gêneros. Basta verificar quantas mulheres negras existem hoje no parlamento.

Para fortalecer a pauta das mulheres na reforma política, é necessário que haja um consenso no debate entre nós, sobretudo no que se refere a trazer para o centro desse debate a desigualdade entre as mulheres, senão corremos o risco de reforçar essas desigualdades. Precisamos debatê-la em diferentes espaços, e especialmente no contexto da reforma política, e lembrar que quando eu debato a desigualdade entre as mulheres, eu sou obrigada a debater o racismo institucional e nisto deve haver um



consenso, não só das mulheres negras, mas de todas as mulheres.

Quero destacar alguns elementos da pesquisa da Ana Cláudia Pereira, consultora do projeto Mais direito e mais poder para as mulheres brasileiras, que resultou num documento Reforma política, paridade e sexo e participação das mulheres negras, elementos para discussão. O primeiro é que a partir de 2015, quando os movimentos de mulheres conquistaram a introdução do quesito raça/cor na identificação de candidaturas, somente 2% de mulheres negras (12 mulheres), que representam 25% da população, chegaram ao Congresso Nacional. Outro elemento que é apontado na pesquisa diz respeito à variável raça no quesito desempenho de candidatura não competitiva. Nesse contexto, a variável raça não influencia, mas quando a candidatura é competitiva, sim. Olhando a partir disto, nossa preocupação, enquanto mulheres negras é saber quando chegaremos à presidência desse país.

Por fim, a pesquisa trata das ações afirmativas no âmbito das políticas para as mulheres, mostrando que essas ações privilegiam as mulheres brancas. A deputada estadual Cristina Almeida do PSB-Amapá, que defende a ampliação do debate sobre a reforma política com a sociedade, afirma que o campo das ações afirmativas, por exemplo, na questão dos 5% do fundo do partido destinado à formação de mulheres, deveria se observar também a questão racial, como forma de reduzir essa desigualdade no parlamento. Na mesma linha, que dos 10% destinados à propaganda partidária pelas mulheres, 4% fossem destinados a mulheres negras; e que 30% das vagas destinadas ao sexo oposto, fossem garantidos 10% para a questão racial.

Para finalizar, eu gostaria de dizer que, a partir da Marcha das Mulheres Negras de 2015 (18 de novembro), nós, mulheres negras, estamos mais organizadas para que possamos nos apropriar desse debate da reforma política e debatê-lo a partir do nosso olhar, e assim ocupar esse espaço.



Democratizar o poder, para transformar a sociedade.

Silvia Camurça/AMB. Contribuição apresentada no debate público “Participação Política das Mulheres no contexto da Luta por Reforma Política”, Salvador, 2015.

A legitimidade da democracia burguesa nunca foi unanimidade. Desde que surgiu no mundo ocidental, a democracia, como forma política desejável de república para as nações, esteve sempre sobre a mira da crítica feminista, que denunciou a exclusão das mulheres. Esta mesma democracia, que sustenta a República Federativa do Brasil, foi constituída aqui pelo racismo e o patriarcado, e na sua origem negou o direito ao voto e à participação às mulheres, a toda população negra, aos analfabetos e a todos que não possuísem terras. Mas para avançarmos em mais democracia nesta democracia excludente, estamos numa correlação de forças muito desfavorável, pois dependemos do Congresso para a reforma política, seja pela Constituinte exclusiva, seja pela via de uma reforma por projetos de lei ou emendas constitucionais. Um Congresso formado majoritariamente por homens brancos possuidores de riquezas

e empresas, hoje apropriado por bancadas religiosas e representantes de diferentes segmentos empresariais só fará uma contrarreforma, ou seja, uma reforma para concentrar poder e nos excluir ainda mais.

Quais têm sido os piores males apontados pelo campo dos movimentos sociais em relação ao nosso sistema político? O primeiro deles é o pouco espaço para participação popular, a exemplo da reação da direita ao decreto da ex-presidenta Dilma sobre o sistema de participação popular, que vinha em debate entre governo federal e movimentos sociais desde o governo Lula. Editado no final de maio de 2014, o decreto de Dilma instituía a Polícia Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação (SNPS), mas foi rechaçado pelo Congresso em menos de 48 horas. Os governos em geral não gostam da participação popular, o legislativo detesta, pois se sente ameaçado, e o judiciário não apoia, pois não acha jurisprudência sobre o assunto. Então, esta questão fica à mercê de alguns governos que queiram, mais ou menos, participação popular, quase sem nenhuma regra. E nós não temos um sistema efetivo, as conferências acontecem e isto não



implica em nada, ao contrário, estão cada vez mais esvaziadas. Assim, vão sendo perdidos os sentidos.

Na parte da Democracia Direta, temos problemas sérios. Para criar um partido, é necessário mobilizar 500 mil assinaturas, enquanto que, para apresentar um projeto de Lei no Congresso, são necessárias um milhão e quatrocentas mil assinaturas. Ou seja, não há facilidade para que um grupo de pessoas e movimentos sociais possam apresentar um projeto de Lei, mesmo sabendo que o mesmo será votado por parlamentares e não pelo povo. E temos os problemas do plebiscito; não está definido em que situações um governo deve consultar a população para poder decidir. Ou seja, os governos podem fazer o que decidirem, sem consulta popular, mesmo em assuntos de interesse da maioria da população, como privatizações, previdência, ou terras indígenas, SUS, venda de terras a estrangeiros, controle de fluxos de capital.

Para completar, temos um judiciário totalmente sem controle dos outros poderes, sem qualquer transparência com a sociedade. Um sistema inteiro de poder,

inteiramente hermético, e que depende diretamente das indicações do Executivo, que acaba criando nichos de poder. Por fim, tem a questão da mídia, o quarto poder, que define eleições, influencia conjunturas, cria realidades e hegemoniza interpretações dessas realidades. Um sistema político não pode ser democrático sem a diversidade de vozes com iguais condições de se expressar. Hoje, a chamada liberdade de imprensa é a liberdade de alguns falarem pelos outros como se expressassem a voz de todos(as).

É nesse contexto que o campo de vários movimentos sociais destaca a importância da reforma do sistema político, que vai muito além do próprio sistema eleitoral. Ou seja, reforma de todo o sistema de poder do Estado brasileiro, na direção de democratizá-lo de fato. Uma reforma para repartir o poder e não para concentrá-lo. É para democratizar o Estado. A gente quer um sistema político que permita que os grandes grupos populacionais possam ter acesso ao comando desse Estado, em favor do bem comum, da igualdade, da justiça. Para isto, no feminismo trabalhamos muito com ideia de paridade nas condições de participação na disputa política, mas não

pensando na paridade como reserva de cargo, porque discordamos das propostas liberais de reservar cadeiras no Congresso para mulheres, como também discordamos de outras propostas neste sentido para outros setores.

Nessa linha da paridade, por exemplo, o fim do financiamento privado favorece a ter condições paritárias, ou seja, quem é pobre e quem não é terão as mesmas condições de fazer campanha. A votação em lista partidária também é muito mais paritária e temos defendido isto, mas desde que a legislação cobre democratização dos partidos, algo a conquistar. No caso dos partidos, como instituições da democracia, é preciso generalizar as regras para seu funcionamento democrático, se os partidos querem ser representativos, têm de ter cotas para espaços internos de sua direção. Isto tudo contribui para paridade na política de forma ampla: paridade para a classe trabalhadora, as mulheres, a população negra.

Mas não há consensos nas propostas. Entre o movimento negro, há grupos que consideram que o financiamento público é suficiente para promover paridade, outros setores propõem o modelo de estados plurinacionais, outros o congresso/parlamento negro. Entre movimentos indígenas, também. E há ainda uma diversidade de propostas LGBTTT, a questão da representação religiosa... enfim, muito a aprofundar sobre a democracia que queremos.

Insisto que aquilo que avançamos foi pela força das lutas populares, em todos os tempos e lugares, pois o sistema de dominação faz e fez do mecanismo de exclusão do acesso aos espaços de poder e decisão um instrumento de dominação de grandes grupos populacionais em favor da minoria, que é a classe dominante. Democratizar o Estado, o poder, a política e o sistema político é uma pauta estratégica agora e sempre. Ainda que nossa democracia vá para além da política, aponte para a forma geral de organização das sociedades, é preciso atuar na esfera da democracia política.

Participação em contexto de ruptura democrática

Em junho de 2016, um mês após o afastamento da presidenta Dilma Rousseff para julgamento de impeachment, promovemos um encontro para debater a conjuntura na perspectiva de mulheres negras e populares, repensar práticas de participação política neste novo contexto e levar estas ideias ao debate público,

chamado para a Biblioteca Pública do Barris, em Salvador. Certamente, este foi um dos momentos mais marcantes desse processo, tanto pela dificuldade daquele momento do país, como pelos desafios colocados para as organizações das mulheres, e pela metodologia adotada.

A análise de conjuntura foi resumida num folheto, distribuído amplamente e reproduzido nas organizações e suas

Passos metodológicos da análise de conjuntura vivenciada¹

- * Escolha de fatos da conjuntura considerados relevantes pelas participantes;
- * Grupalização dos fatos por proximidade/semelhanças na perspectiva das participantes;
- * Análise dos efeitos dos fatos na vida das mulheres;
- * Identificação dos agentes destes fatos, seus interesses e das forças que os promovem;
- * Intercâmbio das análises;
- * Identificação dos conflitos e o que está em disputa ou em risco;
- * Elaboração de conclusões sobre a correlação de forças.

¹ Esta é uma metodologia participativa, desenvolvida pela equipe do SOS Corpo nos anos 2000 para o trabalho com mulheres e que toma por base a metodologia elaborada por Betinho/Ibase.

mídias (murais, *Facebook*, página na internet, boletim). Parte das ideias foram filmadas, na forma de depoimentos, e se tornaram pequenos vídeos de denúncia. O conjunto das conclusões foi apresentado ao debate público, na Biblioteca do Barris, Salvador, onde o debate se fez em torno dos caminhos possíveis para enfrentar a situação de ruptura estavam apontados:

- ▼ A importância de rearticular as forças, de reforçar a organização das mulheres e a organização popular;
- ▼ De fazer circular muita informação entre nós mesmas, pois a mídia corporativa manipula informação ao apoiar a agenda ultraneoliberal do governo ilegítimo;
- ▼ A importância de promover mais e mais análises de conjuntura como instrumento de elaborar coletivamente a interpretação

dos fatos na perspectiva das mulheres de modo a tomar posse da situação para poder enfrentá-la e confrontá-la a cada momento. O debate completo foi gravado e publicado no canal *Existimos porque resistimos*². Aqui reproduzimos alguns trechos:

Uma verdadeira preocupação nossa é pensar nas consequências das primeiras ações desse governo: excluir da área ministerial o ministério das mulheres, da igualdade racial e dos direitos humanos, também o MDA³, que tratava das questões de quilombolas e indígenas, dos assentados, da agricultura familiar e a tentativa de acabar com o MINC⁴. Com essas medidas já fica evidente, de forma impactante, para quem esse governo trabalha. Com certeza não é para as minorias políticas, no que diz respeito aos direitos constitucionais. Consequentemente, a gente sabe que, quando fala-se dessas

² Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCgHDtyapJ9jcLYXwWWcZsfg>. Acesso em: 26 dez. 2017.

³ Ministério do Desenvolvimento Agrário.

⁴ Ministério da Cultura.



violações de direitos, dessas opressões, a gente está falando de um padrão de Estado que precisa ser mantido e com certeza exige o desmantelamento do Estado democrático de direito, saúde e educação pública. E tenho de mencionar a mão armada desse Estado, a polícia personificada na polícia militar. Por fim, gostaria aqui de trazer uma frase de uma música da Yzalú, que eu gosto muito. quando ela diz o seguinte: ‘o machismo, os tiros, o eurocentrismo abalam mas não deixam os nossos neurônios cativos’. É por isso que a gente continuará em marcha. Nós continuamos em marcha porque os nossos neurônios nunca foram cativos.

Priscila Estevão da Cunha
Fórum Nacional de
Juventude Negra (FONAJUNE)

Eu, enquanto mulher das águas e da florestas, mulher da lama, costume dizer a gente sempre está na luta por conta desse modelo de desenvolvimento que está aí. Este modelo ameaça nosso modo de vida, nosso bem viver, nosso jeito de fazer, nosso jeito de construir.

Quando esses empreendimentos chegam nas nossas terras, eles arrastam tudo. Tudo que tem por ali. Todo o modo de vida da gente. As mulheres estão sendo violentadas como se fossem um objeto qualquer. Então, se com o governo que a gente estava já perdíamos direitos, com este, todos os direitos de todas as pautas serão arrancados e tudo que tem pela frente. A primeira coisa que vamos perder com este governo é o nosso território, o território pesqueiro, o território quilombola, o território indígena. A gente está falando do pessoal da agricultura familiar, a gente está falando do fundo e fecho de pastos, do pessoal da quebradeira de coco babaçu, a gente está falando do povo que bota comida na boca desse país, estamos falando de uma classe trabalhadora que gera toda renda do nosso país.

Vai ficar difícil a gente não fazer mobilização; eles estão agora amedrontando o povo com polícia e não vai ser para bater, vai ser para matar. Então, a gente fica muito preocupada e a gente vê qual é o caráter do governo golpista: é um caráter de ódio a nossa classe,



elas não aceitam dividir esses espaços com a gente. Pra gente tomar de volta nossas conquistas o jeito é ir para luta, é o que a gente sempre faz. É enfrentar, daqui para frente, essas caras brancas querendo dizer o que a gente tem ou de não fazer.

Eliete Paraguaçu
Articulação Nacional de Pescadoras

*Sabemos que o ajuste fiscal está aí com a lista de cortes a perder de vista e que onde deveriam reduzir os gastos, eles estão é fragilizando quem já é frágil, que somos nós, mulheres, jovens que estão começando e precisam de incentivos para começar uma vida, para começar a buscar a sua força que começa por exemplo com educação. A gente vê que os programas sociais que estimulam a mobilidade social das mulheres, dos povos menos favorecidos, estão caindo um a um desde que esse governo golpista tomou a posse da cadeira maior, majoritária desse nosso país, Brasil.
A gente não pode ficar parado, enquanto o governo vai impulsionando*

*os internacionais, o agronegócio, a empresa farmacêutica e de equipamentos. Enquanto nossos direitos básicos que, garantidos em lei estão sendo rasgados, estão sendo desconsiderados e anulados como se tivesse sido construídos de ontem para hoje. Foram direitos que garantimos com muita luta, com muito suor, com muitas vidas que se perderam para que conseguíssemos esses direitos.
Os cortes vão reduzir serviços do SUS, que não vinha tão bom, mas vinha atendendo de alguma forma. Temos no eixo social o fim do SUAS, do programa de combate à fome, dos PAA, do Bolsa Família, fragilizando aí o empoderamento das mulheres, desvalorizando a economia comunitária. O impacto negativo na economia local vai ser ruim, porque, se não tem dinheiro, ninguém compra, ninguém vende. Não posso deixar de falar do programa Minha casa minha vida, não podemos deixar de falar em relação à segurança, com o índice do genocídio dos jovens da juventude negra, que está dia a dia... nossos futuros representantes*



morrendo um a um, quando se colocam contra esse governo golpista. Os direitos trabalhistas que nem paritários estavam ainda entre homens e mulheres, sempre ficamos com a parte menor, menos favorecida, menos salários e enfim empregadas domésticas que há poucos dias começou a pensar na possibilidade de ser reconhecida, de ter um direito quando não mais conseguir fazer os trabalhos e já tudo caindo por terra.

A palavra de ordem seria ajuste fiscal porém se tornou desajuste do direito das classes e dos grupos minoritários que somos e que estamos aí, as mulheres em todos eles.

Devemos, sim, resistir, devemos, sim, continuar por aquelas que deram a vida, por aquelas que darão e que ganharão vida. Avante a democracia, aos direitos humanos. Abaixo ao pacote Temer e as regras reformistas dos programas sociais.

Celenita Gualberto Pereira Bernieki
Coordenação Estadual de Quilombolas do
Estado do Tocantins – COEQTO

Nossa luta é contra esse modelo civilizatório falido, que vem para destruir um processo de consolidação de luta pela democracia, porque nós não éramos nem uma democracia ainda, mas nós estávamos a passos contínuos da construção de um processo democrático. Nós estávamos exercitando um processo mais participativo, mais solidário, onde pudéssemos construir uma outra nação. Entendemos que o Brasil precisa se constituir como uma nação da diversidade, como uma nação rica que somos, então, este foi o processo que foi interrompido. Não é uma queixa, nem uma crítica a um partido político, mas a uma concepção, a uma ideologia que quer nos detonar, que historicamente nos dominou e quer nos detonar. Com todas as contradições que este momento possa ter, este é um momento positivo para nós, mulheres negras, populares e do movimento social. Porque, da mesma forma que não queremos o governo golpista que faz a gente atrasar, nós queremos uma nova esquerda. Não queremos mais a esquerda machista, racista, homofóbica

que também está fragilizada porque ela não nos reconheceu. Estamos provocando esta análise de conjuntura para falar que todos que fizeram análise de conjuntura até agora não nós botaram na mesa, não nos convidaram para refletir, porque supostamente eles imaginam que nós não temos sobre o que falar sobre. Mas nós temos expertise para falar sobre opressão, exclusão e, conseqüentemente, pensamos mais do que eles qual o modelo possível para todos nós, não é para nós, mulheres, ou nós, mulheres negras, ou nós, gays. NÃO. Provavelmente nós temos mais expertise para apresentar um projeto político com a generosidade que nós somos portadoras para um novo Brasil. Nós não estamos de brincadeira. Estamos arrasadas com esse processo que atrasa, confunde as nossas comunidades, confunde os nossos jovens. Isto significa que temos que triplicar esforços para recuperar e dar visibilidade ao tamanho da violência que eles estão cometendo com a gente. Eles têm um projeto, um projeto para gente é a polícia que está matando aí todos os dias a cada dia um jovem

negro, todos os dias uma jovem negra, este é o projeto que eles tem para a gente... Nós sabemos que estamos correndo risco todo tempo porque parece que nós estamos sob a proteção de alguém. Essa ideia cristã que criaram que as mulheres são cuidadas por alguém, nós não somos cuidadas por ninguém, nós somos assassinadas todos os dias, nós somos atropeladas todos os dias, nossos companheiros de militância passam rasteiras em nós todos os dias. Então, nós temos expertise, jogo de cintura, por isto nós, podemos construir um novo país, por isto, nós queremos que os homens venham com a gente, mas venham de outro lugar, queremos que os brancos e as brancas venham com a gente. mas venham de outro lugar. A gente não está a fim de ceder um milímetro do que a gente conquistou até agora e, se não quiser ceder, NÃO VENHA! Se não tiver preparada, não venha! Só vem quem tiver preparado.

Valdecir Nascimento
ODARA Instituto da Mulher Negra
Rede de Mulheres Negras do Nordeste



Marcos da participação não institucionalizada - 2015

V Marcha das Margaridas⁵

Sob o lema “Margaridas seguem em Marcha por Desenvolvimento Sustentável com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade”, mulheres rurais lideraram mais uma vez, a tomada das ruas de Brasília para protestar contra as desigualdades sociais; para denunciar todas as formas de violência, exploração e dominação e apresentar propostas para avançar na construção da democracia e da igualdade para as mulheres. [...] A V Marcha construiu sua pauta de políticas em torno de oito eixos: Soberania alimentar; Terra, água e agroecologia; Sociobiodiversidade e acesso aos bens comuns; Autonomia econômica: trabalho e renda; Educação não sexista, educação sexual e sexualidade; Violência sexista;

Direito à saúde e direitos reprodutivos; Democracia, poder e participação. [...] A Marcha das Margaridas é uma ação realizada a cada quatro anos a partir do ano 2000. Tem revelado grande capacidade de organização e mobilização por meio de uma metodologia que inclui oficinas temáticas, elaboração de textos para discussão, encontros locais, estaduais e regionais de construção de pauta, atos locais junto ao poder público e a marcha à Brasília, sempre na data de assassinato de Margarida Maria Alves, líder camponesa da Paraíba, morta pelo latifúndio. [...] Entre seus principais objetivos estão: Fortalecer e ampliar a organização, mobilização e formação sindical e feminista das mulheres trabalhadoras rurais; Reafirmar o protagonismo e dar visibilidade à contribuição econômica, política e social das mulheres do campo, da floresta e das águas, na construção de um novo processo de desenvolvimento rural voltado para a sustentabilidade da vida

⁵ Trechos extraídos de: CADERNO DE TEXTOS 2015. Disponível em: http://www.contag.org.br/imagens/f24537_contag_livreto_marcha_2015_210x297_final-1.pdf. e JORNAL DA CONTAG N.126, AGO/SET 2015 http://www.contag.org.br/imagens/f2523jornal_ed-126_web.pdf. Acesso em 21 jan. 2018.



humana e do meio ambiente; Apresentar, por meio de proposições, a crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico a partir de uma perspectiva feminista; Lutar por aperfeiçoamento e consolidação das políticas públicas voltadas às mulheres do campo, da floresta e das águas, nas esferas municipal, estadual e federal, contribuindo para que incidam no cotidiano das mulheres rurais. [...] A V Marcha das Margaridas reuniu cerca de 70 mil participantes nos dias 11 e 12 de agosto de 2015 em Brasília.

Primavera Feminista⁶

Em 31 de outubro, e nas semanas seguintes, milhares de mulheres, 15 mil só em São Paulo, saíram às ruas contra o machismo, contra a violência e em defesa do direito ao aborto legal no caso de estupro...[...] As várias mobilizações, nas redes e nas ruas ganharam o nome de ‘primavera feminista’, ‘primavera das mulheres’. Para chamar atenção sobre o machismo e a violência, um grupo feminista organizou uma campanha

intitulada #primeiroassedio, onde se pedia às mulheres brasileiras que contassem seu primeiro caso de assédio sexual. Em quatro dias receberam 82 mil mensagens. A média de idade do primeiro abuso oscilava entre os 9 e os 10 anos. [...] O feminismo invadiu as ruas, as rodas de conversa, mas, principalmente, a vida de muitas mulheres que nunca antes imaginaram que assim se reconheceriam. [...] Foi por meio de campanhas, hashtags, denúncias e respostas espertas a machismos em geral que o movimento se popularizou na rede e mostrou como pode se fazer presente no dia a dia das mulheres. [...] Daí a sair às ruas para gritar e dizer “basta” foi um passo. O Congresso brasileiro, [...] também fez com que as mulheres saíssem à rua [...]. O projeto de lei 5069, de Eduardo Cunha e seus seguidores ultraconservadores, tramitava na Câmara e previa, entre outras coisas, dificultar o acesso ao aborto para as mulheres estupradas, circunstância em que hoje o aborto não é punido no Brasil. [...] Em outras nações as mulheres lutam por

⁶Trechos extraídos de https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/opinion/1447369533_406426.html



salários iguais, por paridade nos conselhos de administração, por leis que permitam conciliar o trabalho com a vida familiar. No Brasil, também. Mas, além disso, brigam hoje, nesta primavera brasileira, para não retrocederem em suas conquistas e, sobretudo, pelo direito de poder ir à rua (num ônibus ou no metrô) sem que ninguém as assedie ou insulte ou lhes falte com o respeito: para que as meninas de hoje não sofram os mesmos maus-tratos que sofreram e sofrem suas avós, suas mães e irmãs mais velhas.

Marcha das Mulheres Negras⁷

A repercussão local, nacional e mundial da Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver, realizada no dia 18 de novembro de 2015, foi resultado dos esforços coletivos das milhões de mulheres negras que, durante três anos e em lugares diferentes do País e do mundo, acreditaram na construção de um momento

político que revelaria e visibilizaria a luta, a resistência, as denúncias, as angústias e as vozes das 50 milhões de mulheres negras brasileiras. [...] Ao longo de três anos foram realizadas agendas, debates, rodas de diálogo, samba, bingo, passeata, seminários, exposições, oficinas, sarau de poesia, audiências públicas entre outras ações que tornou a Marcha presente nos quatro cantos do País. [...] A Marcha foi um marco para o movimento de mulheres negras brasileiras, um divisor de águas na vida das mulheres negras, o mais importante movimento político no Estado brasileiro no ano de 2015. Para a AMNB, construir este processo foi de extrema importância para garantir o fortalecimento político da luta das mulheres negras no País. Neste processo, a AMNB e suas afiliadas e entidades parceiras estiveram presentes e construindo a Marcha em todos os estados brasileiros. [...] A ocupação das ruas de Brasília – DF por mais de 50 mil mulheres negras significou denunciar o racismo,

⁷ Trechos extraídos de: E-book Marcha das Mulheres Negras, AOMNB. Disponível em <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2016/09/E-book-Marcha-das-Mulheres-Negras-comprimido-20.09.16.pdf>





Mulheres negras e populares do Norte e Nordeste:
experiências que se entrelaçam

o genocídio da população negra, romper com os estereótipos de não ser padrão de beleza, denunciar a exclusão, a pobreza, o feminicídio, a violência, significou romper com as cortinas do passado, com o ranço da escravidão, ainda presentes no cotidiano das mulheres negras, independente da posição social que ocupem na sociedade brasileira.

Participação das mulheres na política

No dia 18 de novembro de 2015, mulheres negras “aquilombaram” Brasília também para dizer que nós, mulheres negras e povo negro, queremos construir um novo modelo civilizatório para o País, centrado no bem viver e no rompimento com o racismo e todas as formas de discriminação que alijam e matam homens e mulheres negras.





PELA DEMOCRACIA

*A mulherada está na rua
Pela Democracia
Somos Contra o Golpe
Pela Democracia
Queremos Direitos
Pela Democracia*

*Contra o Racismo
A nossa Luta é todo o dia
(Repete)
Contra o Machismo
A nossa luta é todo o dia
Contra a corrupção
A nossa luta é todo dia*





Dedicatória

Queríamos te dizer, Luíza Bairros,

Não é só saudade, é alguma coisa
que não foi dita.

Tantas foram as conversas, debates,
seminários, escritos,
Tantas foram as convergências e
divergências.

Fomos cúmplices, parceiras, companheiras,
Rimos das tantas histórias, tantos causos.
Articulamos, propusemos, atuamos.

Mas parece que não dissemos – pelo menos
não com a intensidade com que deveríamos
ter dito – o quanto você foi e é importante
nas nossas vidas, na história do movimento
de mulheres, das mulheres negras, do
movimento negro, dos movimentos sociais,
na construção de um mundo sem racismo,
opressão e exploração.

De todas nós, fica o agradecimento.

Pode deixar com a gente e com as que
virão depois de nós: seu legado jamais será
esquecido, seguiremos em luta!



***“Estamos apostando hoje na
possibilidade de disputar não mais
um espaço dentro de outros projetos
para as nossas questões, que são
tidas como menores. Mas nós
estamos apostando na possibilidade
de que, através de nossas questões,
nós consigamos efetivamente tocar,
e tocar muito fundo, nas questões
que dizem respeito à sociedade
como um todo”.***

Luíza Bairros
1953 - 2016

Participantes dos seminários e oficinas desta Ação

Ana Claudia Oliveira Gonçalves – MST BA
Ana Claudia Silva – COEQTO
Ana Patrícia Rodrigues Barros – AYABAS
Analba Teixeira – SOS CORPO
Andrea Oliveira Santos – RMPBA
Andrea Santos – COOPERREDE
Ariene dos Santos Lima – UMIAB
Bernadete Ferreira – ENCANTO
Carla Emanuele Ramos Santos – Associação
Mãe Venina
Carmen Silva – SOS CORPO
Carmen Lúcia – MATIZES
Cátia Almeida – MOC
Celenita Gualberto Pereira Bernieri – COEQTO
Célia Cristina Silva Pinto – CONAQ
Celiane Damaceno – ANP PI
Cicera Maria da Silva – INEGRA
Claudia Gazola – Coletivo Autônomo
Feminista Leila Diniz
Claudiana Souza Liria – FOQS
Conceição de Maria Catanhedo - GMN Mãe
Andreza
Cristina Costa Sousa – MIM
Daguimar Vieira – FNDDTQ (Frente Nacional
Defesa do Território Quilombola)
Darlúcia Silva Sá – GMN - MA
Déborah Guaraná – SOS Corpo
Deise Mara Miranda de Oliveira – FCM
Edicléia Maria Silva – FMPE
Edna Maria Ramos Sousa – ANP MA

Edneia Santana Bonfim – MST BA
Eliana da Silva – INMPI
Eliane Pinto Teixeira – OORUN OBIRIM
Eliete Paraguassu – ANP
Eliete Paraguassu – ANP BA
Elionice Conceição Sacramento – ANP BA
Elisa Ramos – OMIN PE
Erika Francisca de Souza – Odara
Evaldira Ferreira – Instituto Buzios
Francisca Leite Coelho – MMC
Francisca Maria Rodrigues Sena – INEGRA
Francisca Neuma Ferreira da Silva
Albano – ANP CE
Francisca Nunes da Silva – FMA
Francisca Silva Santos – MPA
Geisla Godinho – MMN TO
Graça Rosana Ferreira – CESE
Haldaci Silva – AYABÁS
Ildete Mendes Silva de Souza – GAMI
Itanaci Oliveira – CMNE
Jacinta Marta Leiro – Coletivo de Mulheres
do Calafate
Jenair Silva – OBIJUV /FONAJUNE
Joana D'arc da Silva – AMB/Cunhã
Josanira Luz – GMN Mãe Andresa
Josilene Oliveira -- Flor & Flor Estudos
de Gênero
Katiucia Barbora Roicha – Indigena BA
Keila Silva da Paixão – Associação Mãe Venina
Ladisleyde Vanessa dos Santos Silva – GMM

Lídia Roberta Amaral – FOQS
Lidiane Samara da Silva Xavier – CF8
Lígia de Jesus – RMFCS
Liliane de Carvalho Silva – MIM
Lorena Cristina Araújo da Silva – IMENA/Rede
Fulanas
Luana Nascimento Almeida – CESE
Luciana Barbosa – Rede de Mulheres em
Articulação da Paraíba
Luiza Batista Pereira – FENATRAD
Marcilene Luana Guajajara – ASSOC.
INDIGENA WIRAZU
Margarida Silva – AZM PE
Maria Ângela N. dos Santos – MMTRP-AL
Maria Aparecida Batista de Oliveira – Rede de
Mulheres Negras do Nordeste
Maria Aparecida de Jesus Oliveira – MST BA
Maria Aparecida Ribeiro de Souza – COEQTO
Maria da Conceição Alves Feitosa – COPICE
Maria da Piedade Marques de Souza – Rede de
Mulheres Negras PE
Maria das Dores Almeida – AMNB/IMENA
Maria de Fatima Matos Silva – CEDENPA/AMB
Maria de Lourdes Araújo - IMENA
Maria de Lourdes da Silva – AQCC
Maria Dolores Fastoso – FMPE
Maria Franceli dos Anjos – AOMTBAM
Maria José – MALUNGO/MOCAJUBA
Maria Luiza de Carvalho Nunes – CEDENPA
Maria Luiza Mendes – GMN MF
Maria Raimunda dos Santos Lima – MMTA-CC
Maria Reni Silva – REDE FULANAS

Marilene Rosalina dos Santos – CECOQ
Marilene Rosalina dos Santos – Assoc.
Quilombola Piauí
Marlene Barreto – COOPEREDE
Marlene Freitas – GAMI
Marline Pereira Barreto - Rede de Produtoras BA
Mayra Medeiros de Azevedo – AMB/Cunhã
Meirilane Coelho – INEGRA
Mônica dos Santos – Unzô Maiala
Morenu Mana dos Santos – Assoc.
Quilombola Piauí
Nadia Batista da Silva – Povo Tupinambá
Nadiedja Silva Santos – ANP PB
Olinda Muniz Silva Wanderley – Povo
Tupinamba
Patrícia Gonçalves Santana – Rede de Mulheres
Negras da Bahia/AFOXÉ KAMBALAGWANZE
Paula Andrade - SOS Corpo
Priscila Estevão da Cunha – FONAJUNE
Raimunda Nilma Bentes - CEDENPA
Rayane Cristina Nascimento – As Carolinas
Rita de Cassia da Silva Costa – ANP RN
Rivanda de Nazaré Lima dos Santos – IMENA
CEDENPA
Rodjane Matos da Mota – MPA
Rosa da Silva Sousa – AMICE
Rosalina dos Santos – Assoc. Quilombola Piauí
Rosalva Silva Gomes – MIQCB
Rosalva Silva Gomes – MIQCB
Rosana Maria Moraes Fernandes – CESE
Rosângela Ramos – AMMVQC
Rose Meire dos Santos Silva -- Rio dos Macacos



Rosineide Francisca Lima Jorge – CDEMPA
Rosymaura da Silva Duarte – CECOQ
Sandra Jeniffer da Silva Torres de Souza – Grupo
Matizes
Sandra Monteiro – MIQCB
Sarah da Silva Neves – REDE FULANAS
Sarah da Silva Neves – REDE FULANAS
Sarah Menezes – FCM
Selma dos Santos Dealinda – CONAQ
Silvia Camurça – SOS Corpo
Sonia Santos – SOCIEDADE OMOLAIYE

Sonia Terra – AYABÀS
Terezinha Mendes da Silveira – MMNEPA
Terlúcia Maria Silva – BAMIDELÊ
Uilca Martins Evangelista – Sindoméstico BA
Valdecir Pedreira do Nascimento – ODARA
Valdirene Boaventura Santos – Fenatrad
Valéria de Jesus Almeida Carneiro - MALUNGU
Vânia Conceição Sacramento – MPP/ANP
Vera Guedes – FMA/AMB
Viviane Hermida – CESE

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**

Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Ed. da Unicamp/Cortez, 1995, 155 pp.

APOEMA, Keu; FREITAS, Patrícia Honório de. **Equidade Racial: Sistematização do Projeto de Fortalecimento Institucional.** CESE, 2015.

ASTERRAL, Judith. (1982), El feminismo como perspectiva teórica y como práctica política.

Ediciones populares feministas: Colección Teoría. CIPAF, Rep. Dominicana.

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica; ARANTES, Rivane. **Trabalho e autonomia econômica das mulheres:** uma análise crítica. Recife: Edições SOS Corpo, 2016.

BAIRROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. In: **Estudos Feministas.** Ano 3 n. 460, 2/95.

CAMURÇA, Silvia. Nós Mulheres e Nossa Experiência Comum. In: **Cadernos de Crítica Feminista.** Recife: Edições SOS Corpo, 2007, ano 1, n. 0.

CARNEIRO, Sueli. **Lélia Gonzalez:** Feminismo negro no palco da história. Rio de Janeiro: REDEH/Banco do Brasil, 2014.

CASTRO, Mary Garcia. **Engendrando poderes em tempos neoliberais:** feminismo e feminismos, reflexões a esquerda. In: **Feminismo e Gênero.** Sociedade e Estado, 1997, vol XII, n. 2.

CFEMEA. **Uma Análise Feminista sobre Políticas de Combate à Pobreza no Brasil, Paraguai e Uruguai.** Brasília: CFEMEA, 2014.

CFESS. **O Controle Social e a Consolidação do Estado Democrático de Direito.** 2011.

COLLIN, François. (2008). Práxis da Diferença: O trágico do sujeito. In: **Cadernos de Crítica Feminista,** Ano II n. 1, p. 6-29. Recife: Edições SOS Corpo, 2008.

CURIEL, Orchy: Los aportes de las afrodecendientes a la teoría e práctica feminista. Desuniversalizando el sujeto Mujeres. In: **Perfiles del Feminismo Latinoamericano,** Vol III. FEMENIAS, Maria Luisa (Org.) Ed. Catálogos, 2007b.

DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe.** São Paulo: Ed. Boitempo, 2016.

GIACOMINI, Sonia Maria. Mulatas profissionais: raça, gênero e ocupação. **Estudos Feministas.** Florianópolis, 2006, 14(1): 336, janeiro-abril.

HOOKS, bell. **El feminismo es para todo mundo.** Traficantes de Sueños. Mapas. 2017.



MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. Ed Anita Garibaldi, 2014

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: **Afrodíaspóra** n. 6 e 7, 1985.

OLEA, Cecília; VARGAS; Gina. **Texto base do 12º Encontro Feminista LatinoAmericano e Caribenho**, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. A questão regional: Hegemonia Inacabada. In: **Revista Estudos Avançados**, n. 7 (18), IEA/USP, 1993.

SCHUMAHER, Schuma; VITAL BRASIL, Érico. **Mulheres Negras no Brasil**. Rio de Janeiro: Redeh/Senac, 2006.

SILVA, Carmen S. M. **Feminismo Popular e Lutas Antissistêmicas**. Recife: Edições SOS Corpo, 2017.

SILVA, Carmen S. M., ALVES, Mércia; ARANTES, Rivane. **Participação Política das Mulheres**. Recife: Edições SOS Corpo, 2014.

SOUZA, Hebert de (Betinho). **Como se faz análise de conjuntura**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005.

TEIXEIRA, Analba Brazão. **Violência contra as Mulheres**. Recife: Edições SOS Corpo, 2017.

WERNECK, Jurema. De Ialodês y feministas, reflexiones sobre el acción de las mujeres negras en América Latina y El Caribe. In: **Revue Nouvelles Questions Féministes**, vol 24, nº 2, 2005.

Sites e Links consultados para esta publicação:

Comissão Pastoral da Terra (CPT). <https://www.cptnacional.org.br/>. Acesso em: 22 dez. 2017.

Conselho Indigenista Missionário | Cimi. <https://www.cimi.org.br/>. Acesso em: 22 dez. 2017.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública - www.forumseguranca.org.br. Acesso em: 22 dez. 2017.

Geledés Instituto da Mulher Negra <https://www.geledes.org.br/>. Acesso em: 22 dez. 2017.

<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2016/09/E-book-Marcha-das-Mulheres-Negras-comprimido-20.09.16.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2017.

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 22 jan. 2018.

Infopen - Ministério da Justiça www.justica.gov.br/news/mj-divulgara...infopen.../relatorio-depen-versao-web.pdf. Acesso em: 22 dez. 2017.

Ipea - Atlas da Violência - 2017. Disponível em www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/2017. Acesso em: 22 dez. 2017.

IPEA. Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das ... - Ipea. Disponível em: ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=20978. Acesso em: 22 dez. 2017.



Portal da Câmara dos Deputados. www2.camara.leg.br/. Acesso em: 22 dez. 2017.

Relatório “Conflitos No Campo Brasil 2016” da CPT aponta recordes... Disponível em: mpabrazil.org.br/relatorio-conflitos-no-campo-brasil-2016-da-cp. Acesso em: 22 dez. 2017.

SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação www.saude.gov.br/sinan. Acesso em: 22 dez. 2017.

Tribunal Superior Eleitoral - www.tse.jus.br/. Acesso em: 22 dez. 2017.

UOL. Cresce número de mulheres eleitas no Congresso, mas fatia ainda é de só 10%. Disponível em: <https://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/06/cresce-numero-de-mulheres-eleitas-no-congresso-mas-fatia-ainda-e-de-so-10.htm?cmpid=copiaecola&cmpid=copiaecola>. Acesso em 22 dez. 2017.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil. 1. ed. Brasília: Flacso, 2015. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/mapa/>. Acesso em: 22 jan. 2018.



No projeto gráfico deste livro foram utilizadas as fontes *Another Shabby*, *Bree Serif*, *Century Schoolbook* e *Sukhumvit Set*. O papel da capa utilizado foi o Couché 240 g/m² e, no miolo, o Offset 90g/m². Impressão e encadernação: Gráfica Provisual Recife, Pernambuco, 2018.

